



SUSTENTABILIDADE E EMANCIPAÇÃO

UM CENTRO DE ECOGASTRONOMIA SOCIAL PARA RIBEIRÃO PRETO

TGI II | ISABELA ROMA



SUSTENTABILIDADE E EMANCIPAÇÃO

projeto de um centro de ecogastronomia social para Ribeirão Preto

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTEGRADO II
Isabela Andriani Roma

Instituto de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo | São Carlos

CAP | Coordenação de Acompanhamento Permanente
David Moreno Sperling
Joubert José Lancha
Luciana Bongiovanni M. Schenk
Aline Coelho Sanches

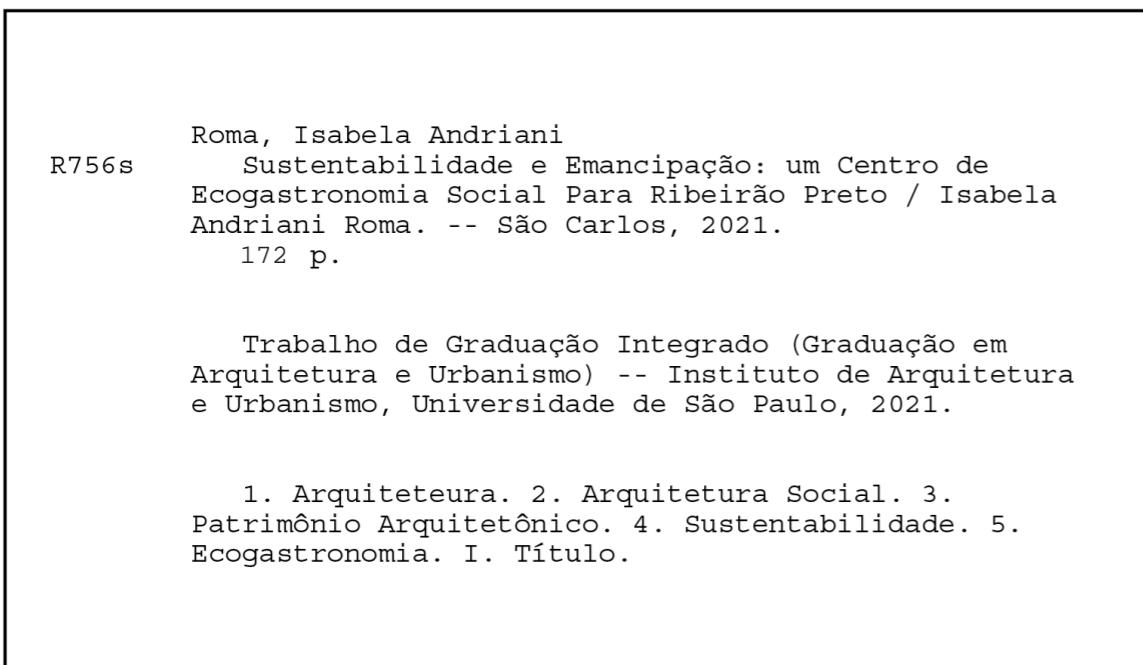
Orientador de Grupo de Trabalho
Bruno Daminelli

FEVEREIRO, 2021

ISABELA ROMA

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)



Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:

Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229



SUSTENTABILIDADE E EMANCIPAÇÃO
projeto de um centro de ecogastronomia social para Ribeirão Preto

Trabalho de Graduação Integrado apresentado ao Instituto de Arquitetura e
Urbanismo da USP–Campus de São Carlos

BANCA EXAMINADORA:

David Moreno Sperling
Universidade de São Paulo

Bruno Daminelli
Universidade de São Paulo

Victor Baldan
Faculdades Integradas Einstein

RESUMO

Localizado na cidade de Ribeirão Preto, nos galpões da antiga fábrica de tecidos Matarazzo, o centro de Ecogastronomia Social foi concebido com o intuito de inserir na cidade a discussão sobre sustentabilidade, resistir à sua intensa segregação socioespacial e adereçar o descaso público frente aos patrimônios e diretrizes ambientais.

A área de intervenção possui alta densidade habitacional, setores sociais segregados e patrimônios abandonados. O objetivo é criar uma nova malha que quebra barreiras entre dois bairros através da implantação de novas formas de circulação, consolidando um novo equipamento cultural e educacional.

Como forma de conexão entre patrimônio, sustentabilidade e práticas sociais, a Ecogastronomia e o ensino da educação ambiental são peças chave do projeto, tanto em seu programa, quanto em sua arquitetura. Para reforçar a intenção social, propõe-se também a implantação de edifícios de habitação social no terreno adjacente.

O programa arquitetônico implementa medidas voltadas à ecoeficiência, com ênfase no uso de recursos naturais, energéticos e utilizando materiais de baixo impacto ambiental. O projeto buscou evidenciar a relação entre o novo e o existente, preservando a estrutura dos galpões e intervindo pontualmente em sua fachada. Houve um esforço para manter as características originais do edifício também em seu interior, uma vez que as intervenções propostas se adaptam à grande quantidade de pilares.

No modelo de ensino proposto, os sujeitos são capacitados através de oficinas onde o conceito da sustentabilidade é aplicado de forma holística. Tanto os valores colaborativos quanto os de respeito ao meio ambiente devem ser aplicados para responsabilizar o indivíduo como cidadão, conscientizá-lo politicamente de seu impacto ecológico, e alertá-lo da sua capacidade de emancipar-se de um modo de produção e consumo capitalista extremamente nocivo ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Arquitetura Social. Patrimônio. Sustentabilidade. Ecogastronomia

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, que sempre me amou e acreditou em mim durante essa jornada da graduação;

Ao Pedro, meu companheiro e melhor amigo, que me apoiou e esteve do meu lado nos momentos fáceis e nos difíceis;

Aos professores, que mesmo em tempos de pandemia, tiveram paciência para nos orientar;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	16
2.1 história da cidade	
2.2 índices de desenvolvimento sustentável	
3. O RECORTE	32
3.1 leituras do recorte e justificativas de escolha	
3.2 levantamentos do entorno	
4. AS INDÚSTRIAS MATARAZZO	48
4.1. os galpões	
4.2 a questão do uso nas teorias preservacionistas	
4.3 o patrimônio industrial	
4.4 o reuso adaptativo como forma de reconversão sustentável	
5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR	76
5.1 educação ambiental e sustentabilidade	
5.2 a problemática da alimentação no contexto da educação ambiental	
6. O ENSINO DA ECOGASTRONOMIA – APLICAÇÃO DA EA E SEU POTENCIAL SOCIAL	88
6.1 a educação como forma de inserção social	
6.2 a gastronomia como ferramenta de redução das desigualdades	
6.3 a ecogastronomia como forma de aplicabilidade da EA	
7. O PROJETO	102
7.1 diretrizes do programa	
7.2 referências projetuais	
7.3 aspectos construtivos sustentáveis	
7.4 processos – desenvolvimentos do projeto	
7.5 proposta final	
¹⁰ 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

1. INTRODUÇÃO

1. INQUIETAÇÕES

Localizado na cidade de Ribeirão Preto, onde nasci e passei longos 23 anos, este trabalho teve como principal inquietação a urgente necessidade de se discutir sustentabilidade no contexto atual.

Escolhi Ribeirão, porque sei que ela sofre com uma intensa segregação socioespacial, vigente desde sua consolidação como núcleo colonial, com um forte descaso frente aos seus inúmeros patrimônios históricos, e com índices alarmantemente baixos de educação ambiental e sustentabilidade urbana.

Minha motivação para este projeto vem também de questões próximas a mim. Há dois anos sendo vegetariana, passei a amar a cozinha, a evitar alimentos ultraprocessados e a comprar alimentos orgânicos de pequenos produtores para incentivar esse tipo de produção.

Passei também a entender o impacto que a minha alimentação traz ao meio ambiente, e como é fácil (e benéfico) fazer as pazes com legumes, frutas e verduras. Com isso veio a indignação com um modo de produção capitalista extremamente hostil, que impede a parcela mais vulnerável da população de ter acesso à uma vida saudável ao impor alimentos de baixíssimos valores nutricionais e de banalizar gestos tão simples porém tão benéficos quanto o plantio e preparo de alimentos com insumos orgânicos.

Com esta transformação em minha vida, surgiu também uma motivação: passar adiante meus conhecimentos e ensinar que é possível e barato ter uma alimentação sustentável, aprender sobre o ciclo do alimento (de onde vem, para onde vai), impactando positivamente a vida de muitas pessoas.

Outra motivação vem também da minha conexão emocional com um edifício histórico, abandonado no coração da cidade. Passei a infância escutando histórias sobre as Indústrias Matarazzo de minha avó, que passou a vida toda trabalhando ali. Nessa indústria, ela construiu amizades, cuidou dos filhos e se aposentou junto à 3.000 funcionários. Não há dúvidas de que o que restou de sua estrutura carrega muitas histórias, e o reerguimento deste edifício junto ao resgate de sua vasta história, é também uma questão importante para mim.

Ao longo do trabalho, procurei explorar a dimensão e as questões reunidas em torno de patrimônios históricos e como seu reuso é importante para a questão da sustentabilidade urbana. Com isso, sempre tive em mente o fato de que "ressuscitar" um patrimônio, é também resgatar a memória de quem o viu, sua identidade com os bairros ao redor, e é também entender que restaurá-los com um novo uso, principalmente com um cunho social, não é apenas ser sustentável, é também necessário para resgatar a história das cidades e para planejar um futuro melhor.

Vivemos em uma época em que é quase nula uma relação íntima com aquilo que comemos. É difícil pensar no ciclo da comida, quando tudo que consumimos vem cortado e embalado. Não temos contato algum com a terra, nos alienamos de todo o processo e jogamos fora tudo que não é considerado estético no prato. Além disso, a desigualdade social impede de uma vida saudável, porque o alimento orgânico é caro e a educação ambiental não é discutida com quem mais precisa.

Como aliar a sustentabilidade que pretendo à arquitetura? De que modo aplicar uma educação ambiental de modo efetivo? Como emancipar a parcela mais vulnerável da população de um modo de produção que os impede de ter uma alimentação saudável? Qual o papel do patrimônio e do seu reuso em tudo isso? Frente à essas questões, surge o meu projeto: um Centro de Ecogastronomia Social, localizado em um antigo galpão industrial.

O intuito do projeto é o de estabelecer um vínculo entre arquitetura social e gastronomia, atentando para a educação ambiental como forma de emancipação e conscientização do sujeito em relação ao seu papel no coletivo, e sobre as ações individuais que ajudam na reprodução de uma lógica sustentável de produção e consumo.

É um local de aprendizado, onde o passado e o presente se fundem em prol de um futuro sustentável. A escola é instaurada em um patrimônio, ressignificando-o como parte da cidade e estabelecendo a possibilidade de impactar positivamente o meio ambiente.

2.

A CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

2.1 HISTÓRIA DA CIDADE

Atualmente com aproximadamente 720 mil habitantes, a cidade de Ribeirão Preto localiza-se no interior do estado de São Paulo e produz 2,8% do Produto Interno Bruto Paulista. Seu município possui o décimo primeiro maior PIB do estado de São Paulo e ocupa o vigésimo primeiro lugar de todo o país.

Seus principais setores econômicos são o terciário e o secundário, com destaque para as atividades de prestação de serviços, principalmente nas áreas de saúde e educação centradas na Faculdade de Medicina da USP e o Hospital das Clínicas, responsáveis pelo desenvolvimento do polo científico e tecnológico; a indústria sucroalcooleira e o turismo de negócios, sendo o agronegócio o de maior destaque.

Ribeirão também é marcada por uma evidente polarização entre o Norte e o Sul, que caracterizam as zonas de menor e maior renda do município, respectivamente. Essa divisão surgiu logo no início formação da cidade e se consolidou conforme sua expansão, sendo importante uma análise desta questão a partir de um estudo sobre a sua história e desenvolvimento.



<fig. 1> mapa de Ribeirão Preto (fonte: Site da prefeitura Municipal, 2012)

A região norte do Estado de São Paulo começou a ser ocupada no final do século XVIII por imigrantes de vindos do estado de Minas Gerais, que passavam pelo declínio do ouro e buscavam novas terras para se consolidar. Ribeirão Preto foi fundada em 1856 e teve um intenso impulso econômico a partir de 1880, com o início da expansão do cultivo de café. A chegada da estrada de ferro Mogiana, em 1883, fez com que a cidade passasse a ser considerada um importante polo econômico e político da região, devido ao fácil escoamento de carga e passageiros por ali.

A expansão cafeeira pelo Oeste Paulista agravou a crise no sistema escravocrata, até então vigente na economia da época. Segundo a historiadora Adriana Capretz (2011), a escravidão passou a ser incompatível com o capitalismo emergente, e com este sistema sob ameaça, o governo imperial, no começo do século XIX, buscou implantar núcleos coloniais com o objetivo de atrair trabalhadores assalariados de países europeus, ofertando pequenas propriedades como "isca", incentivando assim a ocupação do país e o surgimento de novas cidades. Esta estratégia serviu como parte do plano de "embranquecimento" da população brasileira, incentivou a estruturação de uma nova classe média no país e atraiu muitos imigrantes. Os núcleos coloniais passaram a servir como verdadeiros "viveiros de mão de obra" para as fazendas da região.

Em 1887, este plano imperial chegou em Ribeirão, implantando o Núcleo Colonial Antônio Prado, sendo a primeira expansão territorial para além do centro histórico da cidade. Os fazendeiros da região aceitaram a proposta de implantação do núcleo devido a possibilidade de diversificação da produção, pois antes era constituída basicamente pela monocultura cafeeira. A principal exigência para que os novos imigrantes conseguissem suas propriedades em solo brasileiro, era a de cultivar algum produto. Segundo Capretz, tal diversificação da produção de insumos possibilitou que Ribeirão não fosse tão abalada durante a crise de 1929, que atingiu principalmente a produção de café no Brasil.



<fig. 2> Divisão dos lotes no núcleo colonial Antônio Prado (fonte: CAPRETZ, Adriana)

A configuração espacial do núcleo tornava evidente que posteriormente se tornaria importante para a economia, sendo visível a partir do traçado das ruas e lotes, da existência de uma sede para a área urbana, das diferenças de valores e da proximidade com a linha férrea para o escoamento de produtos pela ferrovia Mogiana.

Os loteamentos feitos pelo governo e destinados aos imigrantes, em sua maioria, localizavam-se em terras marginais, distantes das principais infraestruturas da cidade, em solos drenados e pouco férteis. Aqui começava a ficar evidente o descaso com o imigrante que chegava na cidade com a esperança de um futuro melhor e de uma terra para se sustentar.

O Núcleo foi dividido em 4 seções e uma sede. Tal divisão delimitava basicamente o tamanho dos lotes à venda em cada seção. Na sede, os lotes eram iguais em tamanho aos da cidade preexistente, considerando um prolongamento na cidade, incentivando o estabelecimento do uso comercial. Na sede era encontrada também a principal Estação de escoamento de produção e transportes de passageiros. As seções por sua vez, eram constituídas majoritariamente por chácaras, com uma economia agrícola voltada à produção de insumos.

Em 1896, foi estabelecido o Serviço de Higiene e Desinfecção na cidade. Foram executadas diver-

sas obras de saneamento, canalização de águas, esgotos e arborização, e com toda a infraestrutura montada, a área central da cidade começou a receber os primeiros equipamentos de lazer e educação.

Enquanto isso, foi instaurado também um código de posturas que providenciou medidas para que os equipamentos considerados "indesejados" pela elite, fossem instalados em meio à população do núcleo colonial. O cemitério, o matadouro municipal, o hospital de leprosos, albergues, fábricas e santórios foram alguns dos equipamentos realocados com o intuito de esconder aquilo que era prejudicial para a imagem "moderna e progressista" da cidade.

A partir de 1893, após a emancipação do Núcleo Colonial em relação ao Estado, os proprietários de chácaras tiveram a chance de dividir e vender seus lotes, possibilitando a posse de terras por parte da classe trabalhadora, uma vez que estas eram mais baratas em relação as do centro da cidade, que se encareceram ainda mais após as intervenções higienistas.

O valor da terra passou a ser determinado pelo mercado imobiliário e assim, acabava a distinção entre lotes urbanos e rurais. Deste modo foram formados os primeiros bairros além do centro, sendo o primeiro deles o Barracão, que atualmente corresponde aos bairros Ipiranga e Campos Elírios.

Uma vez que a cidade se encontrava em expansão constante e o urbanismo afastava da área central os focos de contaminação por doenças e pessoas que não faziam parte da elite, estas por sua vez, encontraram na área do Núcleo Colonial, terras acessíveis para sua moradia.

Por constituírem terrenos de várzea e ficarem próximas à estrada de ferro, as terras do Núcleo eram de baixo valor comercial. Por outro lado, essas condições eram favoráveis para as indústrias que procuravam terrenos baratos e afastados da área central para estabelecer suas fábricas, obedecendo assim o código de posturas.

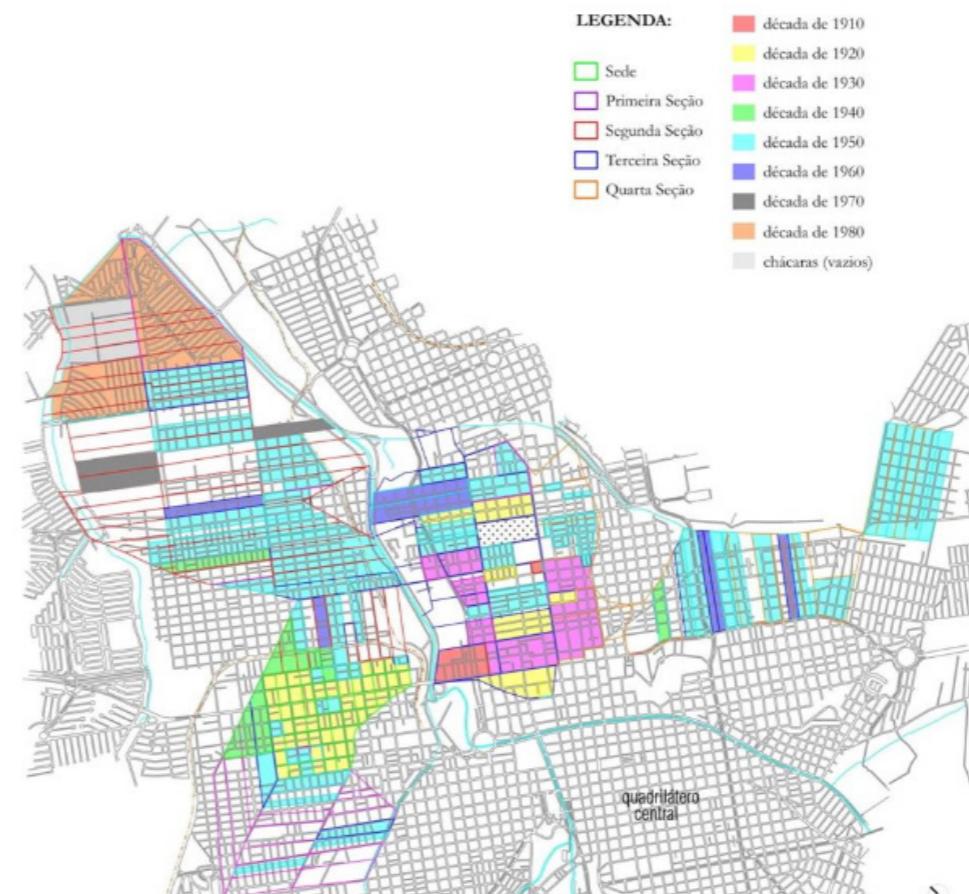


fig. 3 mapa dos loteamentos originados do fracionamento dos lotes do núcleo
(fonte: CAPRETZ, Adriana)

Mesmo com intensa ocupação, as seções que possuíam fácil acesso ao núcleo urbano principal (a sede e a terceira seção) e abrigavam muitas atividades econômicas, não receberam infraestrutura prontamente. Enquanto inúmeras obras de infraestrutura foram implementadas na área central da cidade, o Núcleo Colonial Antônio Prado somente "recebia" os pobres.

A falta de investimentos e de infraestrutura urbana desvalorizava os terrenos, levando ao aumento da procura pela classe de mais baixo poder aquisitivo, reforçando a divisão geográfica social imposta pelas leis sanitárias do Município. Assim, o isolamento dos moradores do Núcleo, que veio a constituir a zona norte pobre da cidade, não se deu unicamente devido à divisão física imposta pelo Ribeirão Preto ou pela Estrada de Ferro, mas estes limites sempre serviram como justificativa para a exclusão a que lhes foi imposta.

Na década de 30, com a crise da exportação, a população do campo migrou para a cidade, e grande parte se fixou na área do núcleo, principalmente na sede e na terceira seção. Além disso na década seguinte, Ribeirão recebeu indústrias de grande porte, aumentando a demanda por moradias para a classe operária. As Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, uma das maiores, foi implantada na terceira seção, e aproveitou o grande contingente de mão de obra e mercado consumidor ali constituído.

A década de 50 foi marcada pela implantação da indústria de base tecnológica na região, e assim foram definidas novas atividades econômicas, novos padrões de divisão do trabalho e um aumento populacional intenso, que provocou profundas mudanças no território urbano. Houve um *boom* de construções, loteamentos de glebas das seções e realização de novas obras de infraestrutura na cidade.

A área do núcleo colonial Antônio Prado contribuiu não apenas para a expansão da área urbana do município, mas para a diversidade de atividades e para o desenvolvimento da indústria e do setor terciário. Os terrenos do núcleo foram vendidos, sendo assim a aquisição da pequena propriedade ocorreu por trabalhadores que dispunham de recursos financeiros, representando um perfil privilegiado de imigrantes.

No núcleo, os moradores dispunham de condições para se tornarem consumidores, com a possibilidade de vender a mão de obra para os fazendeiros de café. Também se encontravam próximos à ferrovia e dos centros de compras, o que intensificou as relações sociais devido à proximidade com o centro urbano e a liberdade de locomoção.

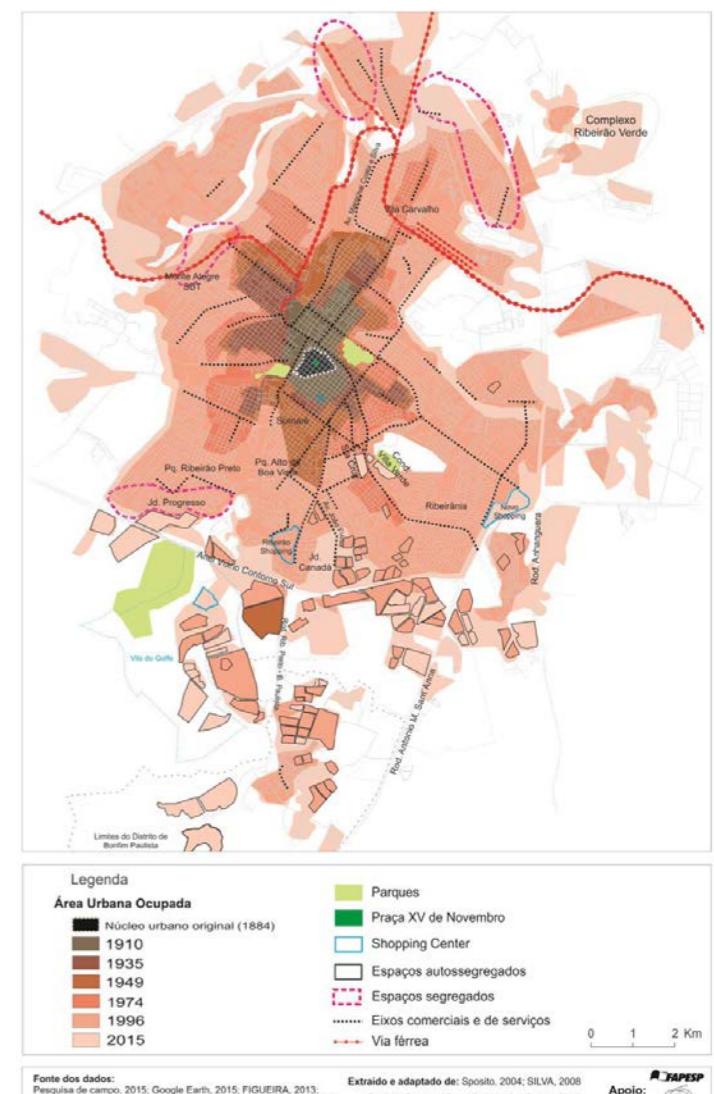
Uma vez que tais vantagens já eram previstas na implantação dos núcleos, o que não se esperava, era que a sua implantação viria a desenhar a geografia social da cidade, que perdura até os dias

atuais. O vetor de expansão Sul, que parte do "quadrilátero central", configura a centralidade da elite e concentra altos valores imobiliários, equipamentos e áreas de lazer. No sentido oposto, o eixo Norte concentra os setores de mais baixa renda da cidade.

A configuração física do núcleo já indicava essa divisão desigual. Córregos e ferrovias são elementos que formaram barreiras físicas que fragmentaram o tecido urbano do núcleo, contribuindo para a desvalorização de suas terras. Houve também a segregação imposta pela legislação urbana que implantou os equipamentos de saúde e fábricas em contato com a população.

"Construiu-se com essa sucessão de leis o outro lado da geografia social proposta, outra linha imaginária que definiu os muros da cidade: para dentro, o comércio, as fábricas não incômodas e a moradia da elite; para fora, a habitação popular e tudo o que cheira mal, polui e contamina (matadouro, fábricas químicas, asilos de loucos, hospitais de isolamento etc.)" (ROLNIK, 1997: 48).

Além de sua dimensão territorial, o núcleo constitui importante sítio histórico, que guarda a história das famílias imigrantes, bem como das primeiras fábricas, hospitais e por fim possibilita a compreensão do desenho urbano e configuração social atual de Ribeirão Preto, algo que fora de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho.



<fig. 4> mapa da expansão urbana de Ribeirão Preto entre 1884 e 2015 (fonte: POZZO, Clayton, 2015)

2.1 RIBEIRÃO ATUAL - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

POBREZA

Para este projeto de TGI, a questão da sustentabilidade foi fundamental para o desenvolvimento do programa. Tal escolha é justificada pela falta de políticas que visem a maior sustentabilidade urbana na cidade de Ribeirão Preto, que atualmente sofre com o descaso público frente a políticas ambientalmente e socialmente conscientes.

Para justificar a escolha do programa e das iniciativas de meu projeto, o Diagnóstico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de Ribeirão Preto, foram de suma importância.

Em abril de 2018, a entidade voluntária "Instituto Ribeirão 2030", foi organizada com o intuito de promover debates sobre temas pertinentes ao cotidiano do município e propor ações dentro da cidade com o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável.

O instituto realizou um levantamento completo sobre a precarização da cidade, divulgando dados que demonstram a carência de políticas públicas sustentáveis. Dentre os levantamentos realizados, destaco:

Segundo o levantamento do Instituto, mais de 11 mil famílias (35,5 mil pessoas), vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, ganham menos de R\$5 por dia. 1 a cada 20 moradores de Ribeirão vivem em situação precária e mal têm o que comer diariamente. Os números, além de alarmantes, são subnotificados. A estimativa do Governo Federal é que ao menos outras 8 mil famílias não são cadastradas no programa CadÚnico, que viabilizou este levantamento, e também vivem na extrema pobreza.

Para Alberto Borges Matias, professor da Faculdade de Economia (FEA) da USP e integrante do Instituto Ribeirão 2030, projetos de geração de renda são essenciais para a superação da pobreza. "A miséria é um problema estrutural. A pessoa está na miséria e não tem perspectivas de se inserir em uma economia mais desenvolvida. Então, a saída está centrada em algum projeto que pode gerar uma renda para essas famílias, mas com o compromisso de montar algo sustentável para o futuro".

Considerando que esse contexto de vulnerabilidade gera um ciclo vicioso da pobreza, em que crianças não conseguem oportunidades para melhorar sua condição socioeconômica. Percebe-se, portanto, a urgente necessidade da elaboração e aplicação de políticas e projetos que visem quebrar este ciclo dentro da cidade.

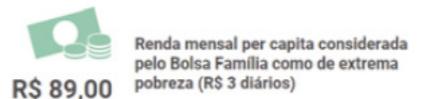
Ao menos 3 em cada 100 moradores de Ribeirão Preto vive na extrema pobreza



21,6 mil

ribeirão-pretanos vivem, sem considerar benefícios sociais, com menos de R\$ 3 ao dia, segundo cadastro do Governo Federal

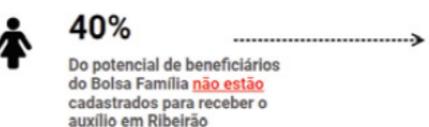
Esse número equivale a toda a população de Pradópolis



Renda mensal per capita considerada pelo Bolsa Família como de extrema pobreza (R\$ 3 diárias)



Renda diária considerada pelo Banco Mundial como linha da extrema pobreza (R\$ 7,60 no câmbio de agosto)



Do potencial de beneficiários do Bolsa Família **não estão** cadastrados para receber o auxílio em Ribeirão

8 mil

Familias que potencialmente necessitariam de ajuda do poder público, mas não estão no cadastro de benefícios

Fonte: CadÚnico (Ministério da Cidadania). Dados de novembro de 2018, considerando apenas as pessoas cadastradas para benefícios sociais.

FOME E ALIMENTAÇÃO

Quanto à alimentação no município, o levantamento demonstra que ao menos 28% das crianças de Ribeirão não possuem diversidade alimentar suficiente para um desenvolvimento saudável.

O segundo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, visado pela ONU e aplicado pelo projeto, é o de propor "acabar, até 2030 com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante o ano todo".

De acordo com Débora Falleiros, docente do Departamento de Enfermagem Materno Infantil da USP Ribeirão, "a vulnerabilidade social impacta na saúde e desenvolvimento das crianças, podendo acarretar em muitos problemas se houver estresse familiar, exposição à violência, abuso ou negligência infantil, insegurança alimentar e recursos limitados, tanto em domicílio quanto na comunidade. Experiências adversas comprometem múltiplos aspectos da vida atual e futura do indivíduo, como a aprendizagem, o comportamento e a posição socioeconômica que terá quando adulto"

Ainda segundo a alimentação das crianças de Ribeirão, o consumo reduzido de cereais, hortaliças, frutas, ovos e leite, e a alta ingestão de alimentos muito calóricos e pouco nutritivos já foram observados entre crianças pertencentes a domicílios com acesso limitado aos alimentos saudáveis, em comparação às crianças de famílias em situação de melhor condição econômica.

Demonstra-se aqui a urgência da aplicação da educação sobre o consumo de alimentos saudáveis e da soberania alimentar como um todo, para que a desnutrição deixe de ser uma realidade constante dentro da cidade.

Além de acabar com a fome, o ODS 2 prevê, em suas linhas gerais, "alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável".

Atualmente o conceito de Segurança Alimentar, abrange o "direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis", conforme define a Lei Federal 11.346 de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O município também falha no acompanhamento ativo da população vulnerável. Apenas sete em cada dez famílias beneficiárias do Bolsa Família em Ribeirão (e, portanto, em situação de pobreza) são monitoradas pela Secretaria da Saúde, segundo o Governo Federal. Na prática, isso significa que ao menos 2,3 mil famílias com vulnerabilidade confirmada não são observadas pelo poder público local.

O geógrafo e pesquisador Melhem Adas, autor do livro "A fome: crise ou escândalo", afirma que a fome "não é um fenômeno natural, mas sim um produto artificial criado por conjunturas econômicas defeituosas". Segundo ele, são as conjunturas políticas e econômicas que não se dispõem a acabar com esse flagelo da humanidade.

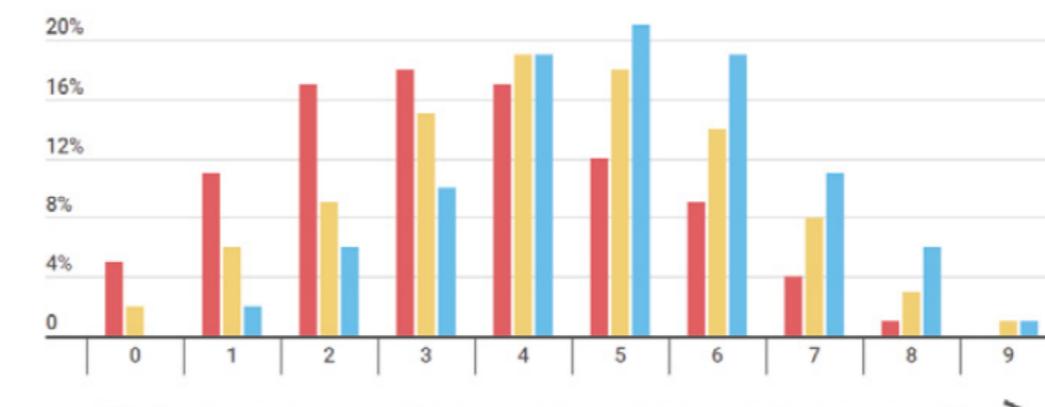
Um estudo divulgado em 2016 pelo departamento de Economia do campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) apontou que, à época, a produção nacional de alimentos era suficiente para todos os brasileiros. Entretanto, a desigualdade de renda e o desperdício ainda faziam com que 7,2 milhões de pessoas passassem fome no País.

EDUCAÇÃO

O quarto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU prevê "assegurar a educação inclusiva e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos". Indicadores acendem o sinal de alerta em Ribeirão Preto, deixando clara a necessidade de mudança de rumos para que este ODS seja alcançado.

Com escolas públicas em extremos opostos de qualidade e aprendizado e longe de ser um exemplo na educação básica, a cidade tem um dos piores índices de aprendizado do Estado. Apenas 7 das 216 escolas da cidade possuem nota mínima no Ideb, superior ou igual a 7.

● Renda de 1 a 1,5 salário mínimo ● Renda de 1,5 a 3 salários mínimos ● Renda de 3 a 7 salários mínimos



Os números representam o nível de aprendizado e as barras o quantitativo de alunos em cada um deles. Quanto mais próximo do 9, melhor a retenção de conhecimento.

Após levantamento de dados de 4,4 mil alunos do quinto ano do Ensino Fundamental da rede pública do município, e comparando os indicadores socioeconômicos (como escolaridade e renda dos pais) com os níveis de aprendizado, quanto pior a situação familiar, menor a qualidade da retenção de ensino.

O Instituto também cruzou dados de 3,3 mil alunos do nono ano do Ensino Fundamental da rede pública no município. Nesse caso, a diferença entre a renda familiar e o nível de aprendizado foi ainda maior. Crianças de famílias mais pobres (barras vermelhas) se concentram nos níveis 0 a 4 (com menor conhecimento retido).

<fig. 5> Gráfico comparativo entre renda e aprendizado na cidade de Ribeirão Preto (fonte: Instituto Ribeirão 2030, 2018)

DESIGUALDADES

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Em Ribeirão Preto não é diferente. Apesar de ostentar o 23º maior PIB (Produto Interno Bruto) nacional, a riqueza local não está ao alcance de todos.

O índice de Gini, um indicador que mede a concentração de renda, é de 0,54 em Ribeirão. O indicador vai de 0 (igualdade total) a 1 (concentração máxima de riqueza nas mãos de poucos). Das 27 cidades brasileiras que possuem entre 400 mil e 900 mil habitantes em 2010 (excluindo as capitais), Ribeirão é a nona mais desigual do grupo.

A desigualdade tem geografia bem definida no município. Dados do Censo 2010 apontam que os bairros periféricos, principalmente os da zona Norte, são os mais pobres, enquanto os da zona Sul concentram a riqueza.

Dos 15 bairros de Ribeirão com menor renda média mensal da população em 2010, segundo o Censo, 11 ficam na zona Norte e quatro na Oeste. Em contrapartida, dos 15 bairros com maior renda média da população, 9 ficam na zona Sul.

HABITAÇÃO

Um levantamento feito em 2017 pela Prefeitura e Ribeirão Preto apontou 44 mil pessoas morando em 96 favelas ou ocupações irregulares espalhadas por toda a cidade, mas localizadas principalmente na periferia da zona Norte.

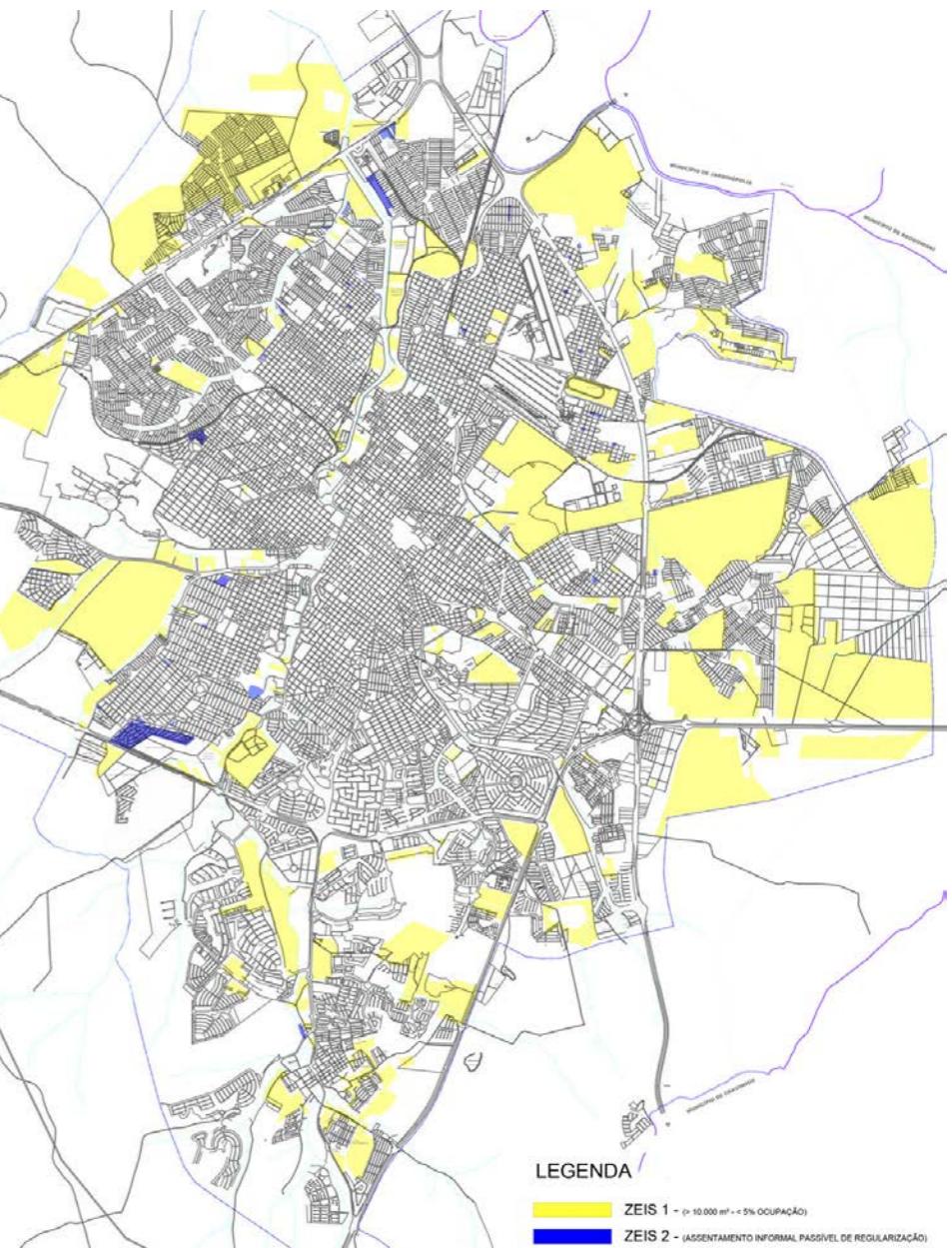
Segundo estudo da Fundação João Pinheiro, o Censo 2010 apontou que Ribeirão Preto tinha um déficit de 21,8 mil moradias, considerando desde moradores de favelas até famílias com orçamento estrangulado pelo aluguel. Em contrapartida, a cidade tinha 15,9 mil imóveis vagos. Na Cohab, há 62 mil inscritos na fila para a casa própria, sendo que um quarto ganha até um salário mínimo, o que indica um grande déficit habitacional na cidade.

O décimo primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável propõe "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis", e tem como primeira meta garantir até 2030 "o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível", além de urbanização das favelas.

Ribeirão conta com diversas áreas denominadas de ZEIs, ou Zonas Especiais de Interesse, que constam com o planejamento de implantação de Habitações de Interesse Social. Porém, a maior parte destes terrenos não foram utilizados até hoje,

sendo alguns deles comprados por instituições privadas para a implantação de estacionamentos ou futuros investimentos. Isso prejudica o bom desenvolvimento social da cidade e aponta para a necessidade de utilização desses terrenos visando o bem-estar social dos mais vulneráveis.

Evidencia-se, assim, a necessidade de utilização das ZEIs para propostas de implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e que possuam em seu entorno, uma boa infraestrutura, tanto de mobilidade, acessos e lazer, evitando a segregação de seus habitantes e providenciando bons índices de qualidade de vida.



<fig. 6> Mapa com a localização das ZEIs de Ribeirão Preto (fonte: levantamento da Secretaria de Planeamento e Gestão Pública de Ribeirão Preto, 2018)

MEIO AMBIENTE

Quanto à sustentabilidade ambiental na cidade, observa-se índices conflitantes.

O saneamento é marcado por duas realidades completamente distintas. Enquanto é referência nacional nos indicadores de coleta e tratamento de esgoto, Ribeirão ostenta uma das piores taxas de perda e desperdício de água potável entre as maiores cidades do país. 59,36% de toda a água extraída do Aquífero Guarani não chega, oficialmente, a um hidrômetro. Isso ocorre por conta de ligações clandestinas, defasagem nos equipamentos de medição e principalmente, por vazamentos. 53,1 bilhões de litros de água potável são desperdiçados por ano.

A energia, por sua vez, possui outra realidade. Em Ribeirão Preto, o acesso praticamente universal à energia elétrica é realidade há décadas. O desafio para os próximos anos é aumentar a eficiência do consumo e geração, promovendo políticas locais que incentivem a sustentabilidade e criando indicadores que possam monitorar os avanços.

A coleta seletiva também possui defasagens. Em 2017, o município produziu 214.383 toneladas de lixo. Entretanto, apenas 485 toneladas foram recuperadas e devidamente recicladas. Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso, ainda é uma realida-

de distante da cidade. Menos de 10% da população é atendida semanalmente pela coleta seletiva.

A gestão sobre as águas de Ribeirão sofre com descaso. Apenas em 2017, cerca de 15,5 toneladas foram despejadas em seus córregos por dia. O córrego Ribeirão Preto, que corta a cidade e passa ao lado de minha área de interesse, sofre com a poluição constante, sendo que o esgoto dos imóveis adjacentes ao rio é despejado ali com frequência.

Por fim, temos os índices de conservação florestal na cidade. Segundo estudo elaborado pela USP em 2017, apenas 16,7% da área urbana da cidade é coberta por árvores e as Estações Ecológicas sofrem frequentemente com incêndios.

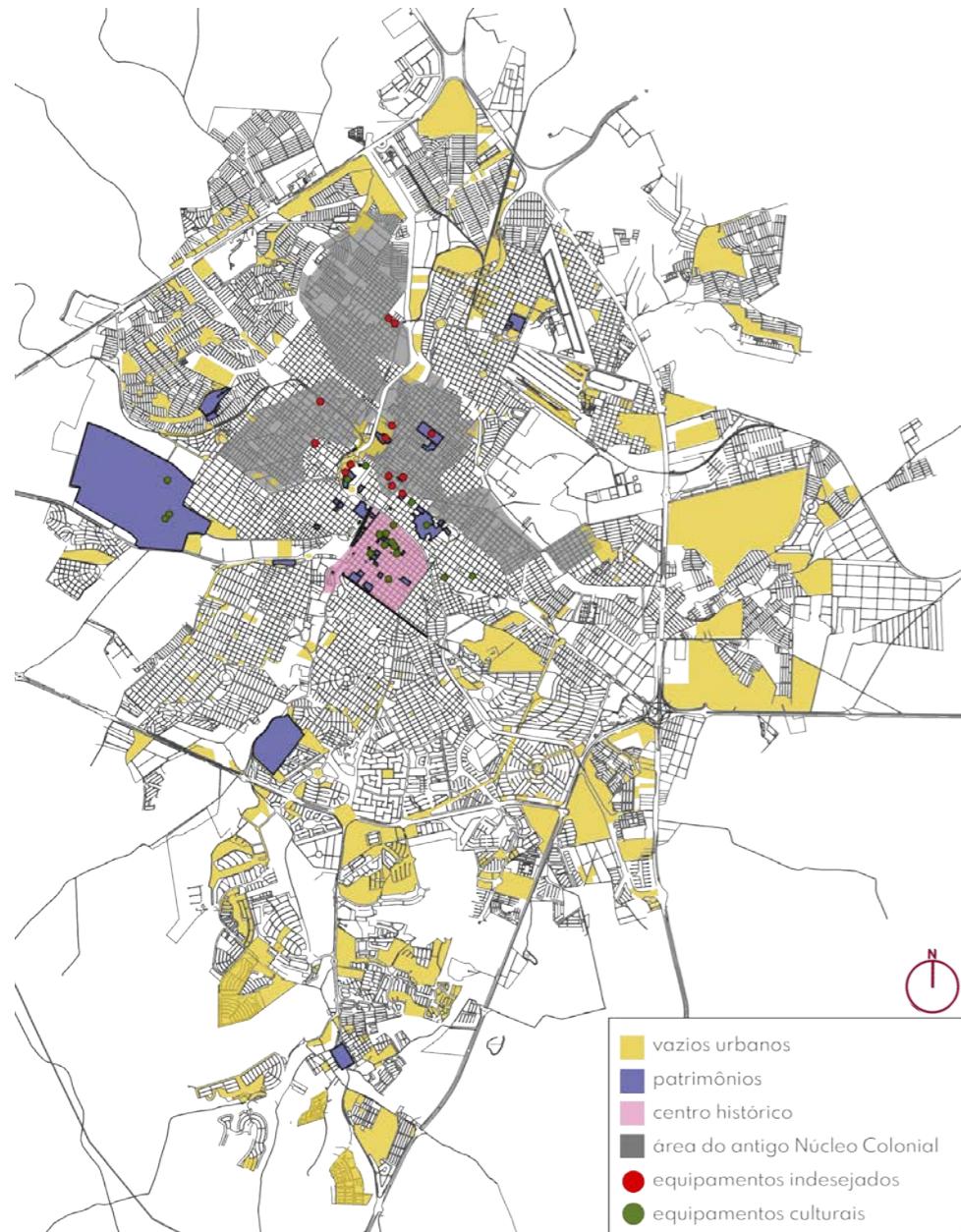
Tendo todos estes problemas relativos à sustentabilidade, justifico a escolha para o programa do projeto. Visando um impacto positivo, tanto ambientalmente quanto socialmente, a intervenção propõe novos horizontes para a cidade e uma melhora nos altos índices de vulnerabilidade e baixos índices de preservação ambiental.



fig. 7 Vegetação remanescente na área urbana de Ribeirão Preto (fonte: levantamento da Secretaria de Planeamento e Gestão Pública de Ribeirão Preto, 2018)

3. O RECORTE

3.1 LEITURAS DA CIDADE E JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA



ANÁLISE 1: vazios urbanos + patrimônios + equipamentos culturais

Nesta análise, pode-se observar uma grande quantidade de vazios urbanos, juntamente à localização dos patrimônios e equipamentos da cidade.

Há predominância de equipamentos culturais no centro (com vetor de expansão para o sul) e equipamentos "indesejáveis" próximos aos bairros que constituíram o antigo núcleo colonial Antônio Prado.

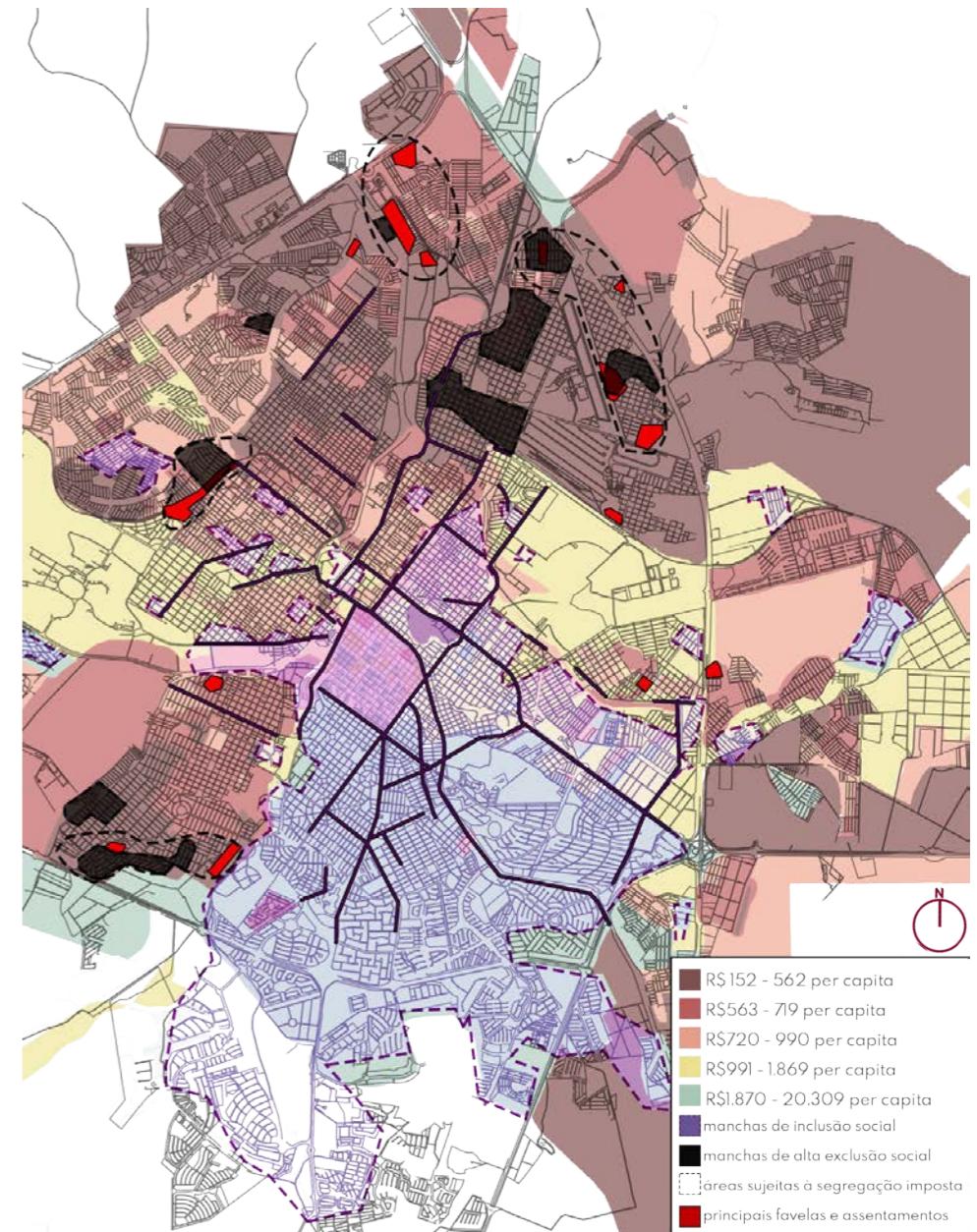
Os equipamentos "indesejáveis" são aqueles que foram realocados para os bairros mais pobres da cidade logo após o código de posturas ser implantado na cidade com o objetivo de modernizar e higienizar a cidade.

ANÁLISE 2: renda + segregação socioespacial + eixos comerciais

Atualmente, Ribeirão pode ser dividida em dois eixos, historicamente impostos conforme o crescimento da cidade.

O eixo norte configura o "território da pobreza" e o sul configura um polo de investimentos, concentração de renda e proliferação de condomínios fechados.

Ao longo do tempo, tal divisão configurou setores segregados e autossegregados. Neste mapa pode-se observar a segregação socioespacial da cidade, sendo as manchas de exclusão social localizadas predominantemente ao norte (juntamente aos assentamentos precários), e as de inclusão, ao sul.





ANÁLISE 3: fluxos de mobilidade das áreas segregadas + equipamentos

No que se refere às práticas espaciais dos moradores dos setores norte e noroeste (onde se encontram maior parte dos setores segregados), uma expressiva parcela tende a prestigiar o centro e os seus eixos comerciais.

Nota-se também a falta de equipamentos de lazer para essa população, sendo o comércio a principal atração. Tais práticas configuram e reforçam o estabelecimento de uma fragmentação socioespacial da cidade.

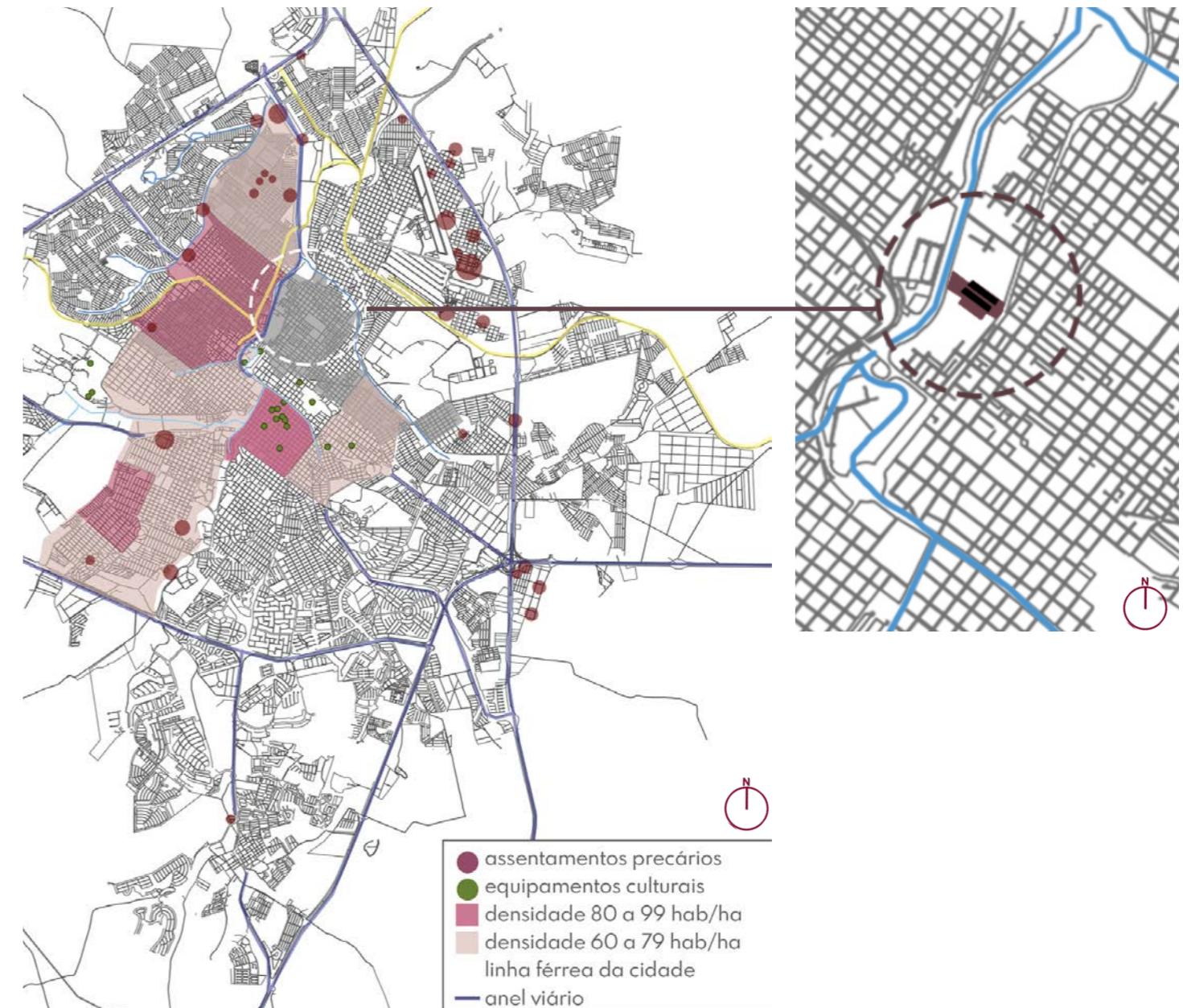
A partir de análises sobre a cidade, produzi alguns mapas que ajudaram na escolha da área de interesse mais específica para meu projeto. Para isso, levei em consideração alguns critérios baseados em meus objetivos, sendo eles:

- 1.** A área escolhida deve ser demarcada pela existência de patrimônios abandonados, com a possibilidade de reaproveitamento da construção e consequente reconfiguração do tecido urbano através da revitalização de um local importante para a história da cidade, aplicando assim os princípios da sustentabilidade em prol da preservação histórica e ambiental;
- 2.** A área deve estar próxima a áreas com alta densidade habitacional e predominantemente de baixa renda, para que a intervenção tenha a possibilidade de cumprir sua função social;
- 3.** Área deve ser de fácil acesso em função da mobilidade pública da cidade, sendo assim acessível para toda a população;
- 4.** A área deve ter um déficit de equipamentos voltados para o lazer e educação de setores segregados da cidade, tendo assim a possibilidade da aplicação da educação ambiental de modo inclusivo na sociedade.

A partir do cruzamento de dados das leituras sobre a cidade de Ribeirão Preto e de meus critérios de escolha, o local escolhido para a minha intervenção, demarcada pela circunferência no mapa à direita, localiza-se entre os bairros Ipiranga e Campos Elísios, bairros que constituíram o Núcleo Colonial, possuindo portanto uma grande carga histórica e patrimônios importantes que se encontram abandonados pelo poder público.

Com alta densidade habitacional e infraestrutura urbana consolidada, a área localiza-se na região Norte, caracterizada pela população segregada e de baixa renda, tendo também um visível déficit de equipamentos culturais e áreas de lazer, uma vez que estes se localizam predominantemente na área sul e central da cidade.

Dentro dessa área, o edifício de interesse escolhido é constituído pelos antigos galpões das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Dada a grande dimensão da área de 36 mil metros quadrados, sua condição de ruína com a possibilidade de recuperação, sua localização e a falta de políticas de sustentabilidade na cidade, proponho a implantação de um centro de Ecogastronomia Social, cuja justificativa para o programa será dada em partes adiante.



3.2 LEVANTAMENTOS DO ENTORNO



Para a estruturação do projeto, realizei diversas leituras físicas do entorno imediato da área de intervenção, que mais tarde me auxiliaram no desenvolvimento das propostas.

Uma vez que o desenvolvimento da cidade se concentrou nos limites do quadrilátero central, pode-se afirmar que sua expansão em 1887 deu origem a dois entre os bairros mais populoso do município: Ipiranga e Campos Elísios.

Com o advento da economia cafeeira na cidade, foram sendo construídas as ferrovias e suas estações pra dar suporte à chegada de imigrantes e ao escoamento da safra de café

Na área de estudo, foram construídas duas estações, que para diferenciar as terras do Núcleo, a população passou a identificar como Barracão de Cima e Barracão de Baixo.



Cione (1997), cita que com o tempo, o nome Barracão de Baixo foi substituído por Campos Elísios, e nele foi implantado as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Atualmente este bairro é bem diversificado e conta com ocupação mista, contendo serviços, comércio e pequenas indústrias, além da grande quantidade de habitações.



Em relação ao Barracão de Cima, na década de 60, o nome do bairro foi substituído por Ipiranga. Este bairro hoje é considerado como uma nova centralidade urbana, devido ao forte comércio e prestações de serviço existentes ali. Devido à grande quantidade de equipamentos urbanos abandonados na região, o valor imobiliário caiu muito nas últimas décadas.

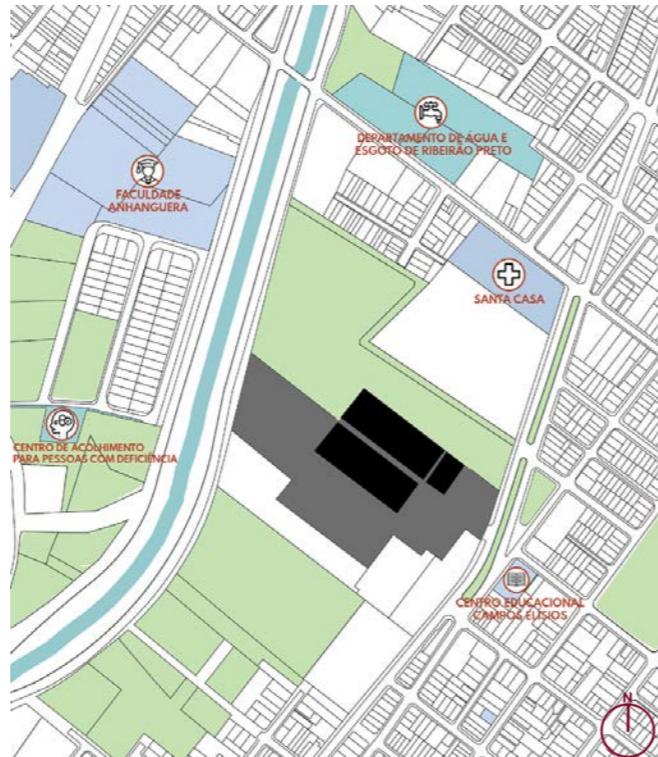
USO DO SOLO

Em relação ao uso do solo, a área é predominantemente residencial, sendo notória a presença de comércio e serviços em toda extensão das avenidas Marechal Costa e Silva, Dom Pedro I, e também às ruas Coronel Américo Batista e Luiz Barreto, configuradas como vias arteriais, com intenso tráfego de pessoas e veículos.

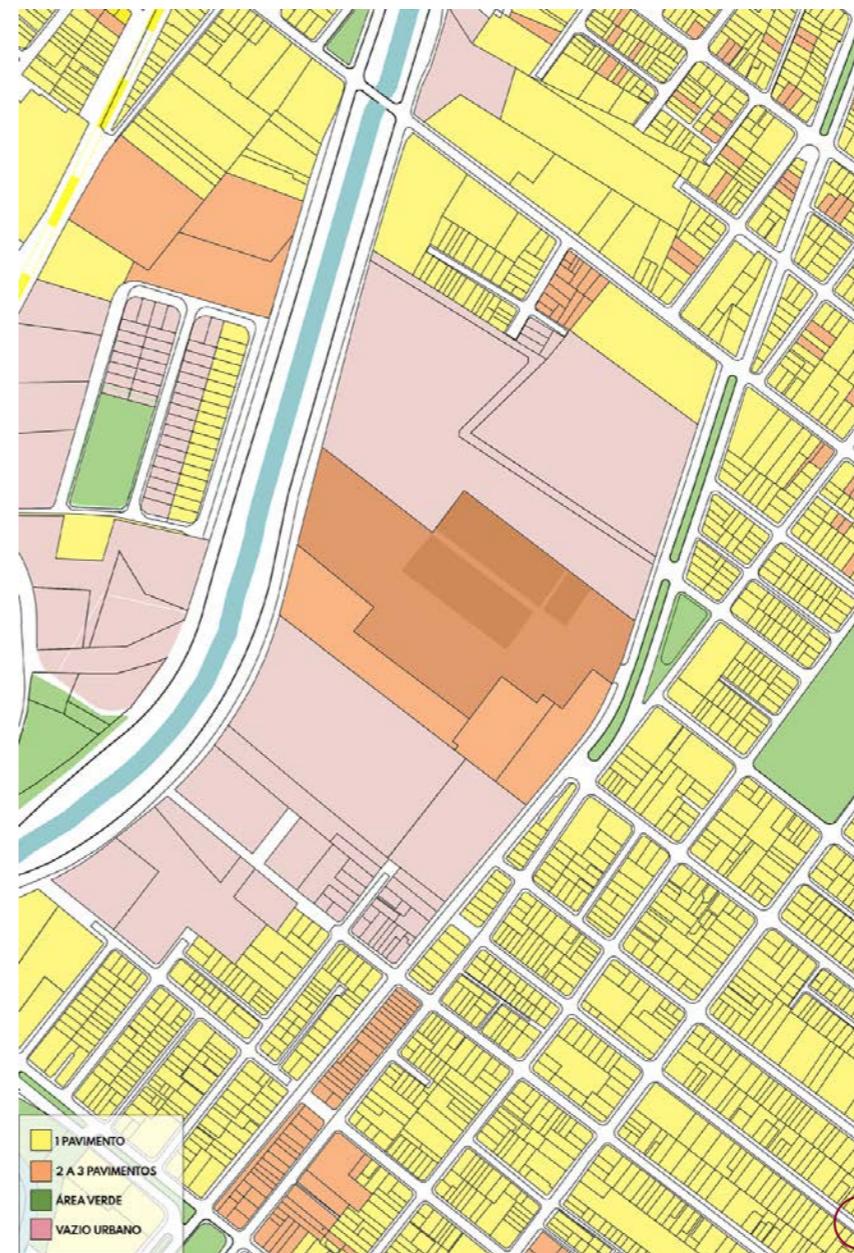


A falta de equipamentos é um dos fatores que mais agrava o problema de uso e ocupação do solo da área. Todos os equipamentos que teriam um potencial para melhorar essa área, acabam por ser implantados no centro ou mais ao sul da cidade, enquanto isso seus vazios urbanos continuam sem nenhuma manutenção ou proposta.

Os equipamentos existentes não proporcionam permanência, apenas passagem, sendo que a maioria é de uso particular.



GABARITOS



Quanto aos gabaritos, o entorno é composto por residências, e em sua maioria as edificações são térreas, com apenas algumas sendo de dois pavimentos, o que normalmente ocorre quando o uso é misto, com a presença de comércio no térreo.

SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE

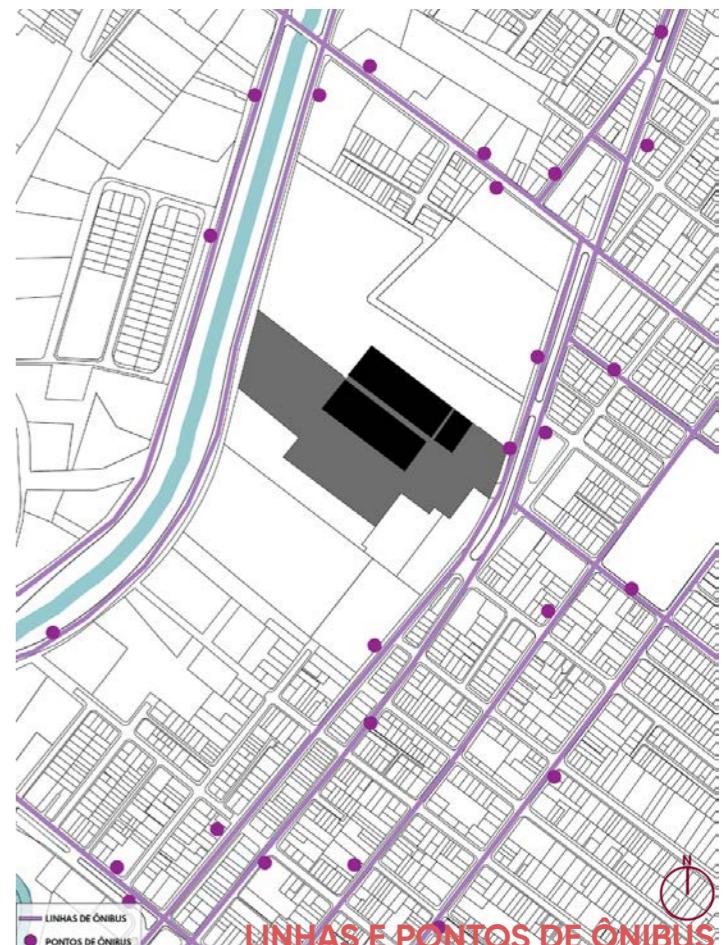


As avenidas Dom Pedro I, Capitão Salomão, Marechal Costa e Silva, Rio Pardo e a Via expressa Norte, formam um conjunto importante de vias. Em horários de pico o fluxo é muito intenso, porém a ligação com a Via expressa evita congestionamentos na região, que são mais frequentes em dias chuvosos, quando o córrego excede sua capacidade de escoamento e acaba alagando.

A avenida Eduardo Andrea Matarazzo, conhecida como Via Norte, possui um projeto para se transformar em um parque linear, e até o momento, a única coisa que foi realizada na área foi a ciclovia, com 5,3km de extensão, entre a rotatória Amim Calil e o bairro Adelino Simione. Apesar de ter sido concluída em 2012, a ciclovia é pouco utilizada pela falta de equipamentos de apoio e segurança, principalmente durante à noite. A via norte também é importante por possibilitar acesso rápido ao centro da cidade



O transporte público coletivo utiliza-se dessas vias expressas e arteriais para abastecer diversos bairros localizados no setor norte da cidade, porém, com uma requalificação da área, será necessário aumentar a oferta de transporte, possibilitando o uso por toda a população evitando a sobrecarga do serviço existente.



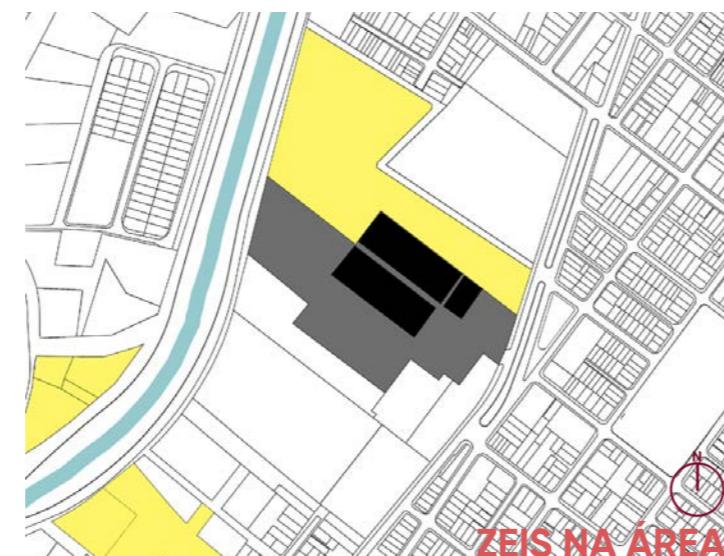
CONDICIONANTES DA ÁREA



As áreas verdes da área são dadas pelas praças existentes, que apresentam péssimas condições, sem mobiliários urbanos e manutenção dos calçamentos, e também por canteiros ou terrenos sem edificações, configurando grandes vazios urbanos sem qualquer manutenção ou propostas de intervenção. Alguns desses vazios são inclusive por Zonas de Interesse Especiais (ZEIs) onde seria possível a implantação de uma habitação de interesse social

No córrego, as poucas passarelas para pedestres estão em péssimas condições e seu canteiro não possui área com calçamento, levando o pedestre a se arriscar entre os automóveis para atravessar as avenidas da via expressa. A falta de iluminação do local também é um fator de risco para o pedestre, uma vez que a área mal iluminada não estimula a passagem em horários com menos luz.

Já o terreno em questão, onde se encontram os galpões, conta com um declive de 11 metros, o que acaba sendo suavizado por sua grande extensão, de 340 metros de comprimento. O acesso ao terreno se encontra atualmente dificultada pela presença de cercas de arame, que poderiam ser facilmente retiradas e também pela presença de um mato alto, também de fácil remoção.



Com base no levantamento de dados na área, é possível fazer uma análise do perfil dos trabalhadores e usuários da área de estudo, e de suas necessidades.

Quanto à estrutura, o local é bem dotado de comércio, instituições educacionais, hospitais, praças de pequeno porte, e conta com equipamentos como ciclofaixa, a via expressa e uma estação de energia.

Os moradores dessa região em sua maioria trabalham em outros pontos da cidade, necessitando locomover-se diariamente até seus postos de trabalho. Em relação aos equipamentos de lazer, os moradores afirmam não ter muitas opções para a prática de atividades físicas ou culturais.

Os equipamentos presentes na região são em sua maioria, particulares, e a falta de segurança inibe a circulação de pessoas em determinados horários e dias da semana.

A ciclovía implantada não possui nenhum atrativo aos moradores, sendo que durante a noite seu trajeto é mal iluminado e perigoso. Além de ter ligações restritas com os bairros estudados, não permitindo também a transição e circulação entre eles, e principalmente permitindo o uso do pedestre.

O objetivo da intervenção deve ser, portanto, o de criar uma nova malha onde o espaço se torna uma área de circulação e quebra barreiras entre os dois bairros através da implantação de novas formas de circulação, além de um equipamento cultural e educacional. Deste modo, reabilita-se uma área urbana sem nenhuma estrutura, criam-se elementos de interação, permanência e passagem, tanto diurnos quanto noturnos para a população.

Com o objetivo de reforçar a intenção social da intervenção nos galpões e melhorar o déficit habitacional da cidade, proponho a implantação de edifícios de habitação social no terreno adjacente. A proposta aqui é de que a intervenção se integre aos novos edifícios propostos, fazendo com que os habitantes não se sintam segregados e sim, acolhidos pelo projeto.

4. AS INDÚSTRIAS MATARAZZO



4.1 OS GALPÕES

A antiga unidade de fiação e tecelagem Matarazzo localizada no bairro Campos Elísios foi uma das maiores e primeiras indústrias a serem implantadas na cidade. O império industrial Matarazzo foi fundamental na construção e desenvolvimento da industrialização do estado de São Paulo.

Os galpões foram instalados em Ribeirão Preto no ano de 1945 e funcionaram até 1981. No mesmo ano, o edifício foi passado para a empresa Cianê, também de tecelagem e funcionou até falir, em 1994.

Em 2010 o conjunto de galpões foi tombado pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto e até então o edifício já havia sido alvo de diversas propostas de revitalização que nunca saíram do papel, como a implantação de uma biblioteca parque, de uma Fatec, do museu da Imagem e Som (MIS), o arquivo público e histórico de Ribeirão e até mesmo a criação de um campus do IFSP (Instituto Federal de educação ciência e tecnologia de São Paulo) nos barracões.

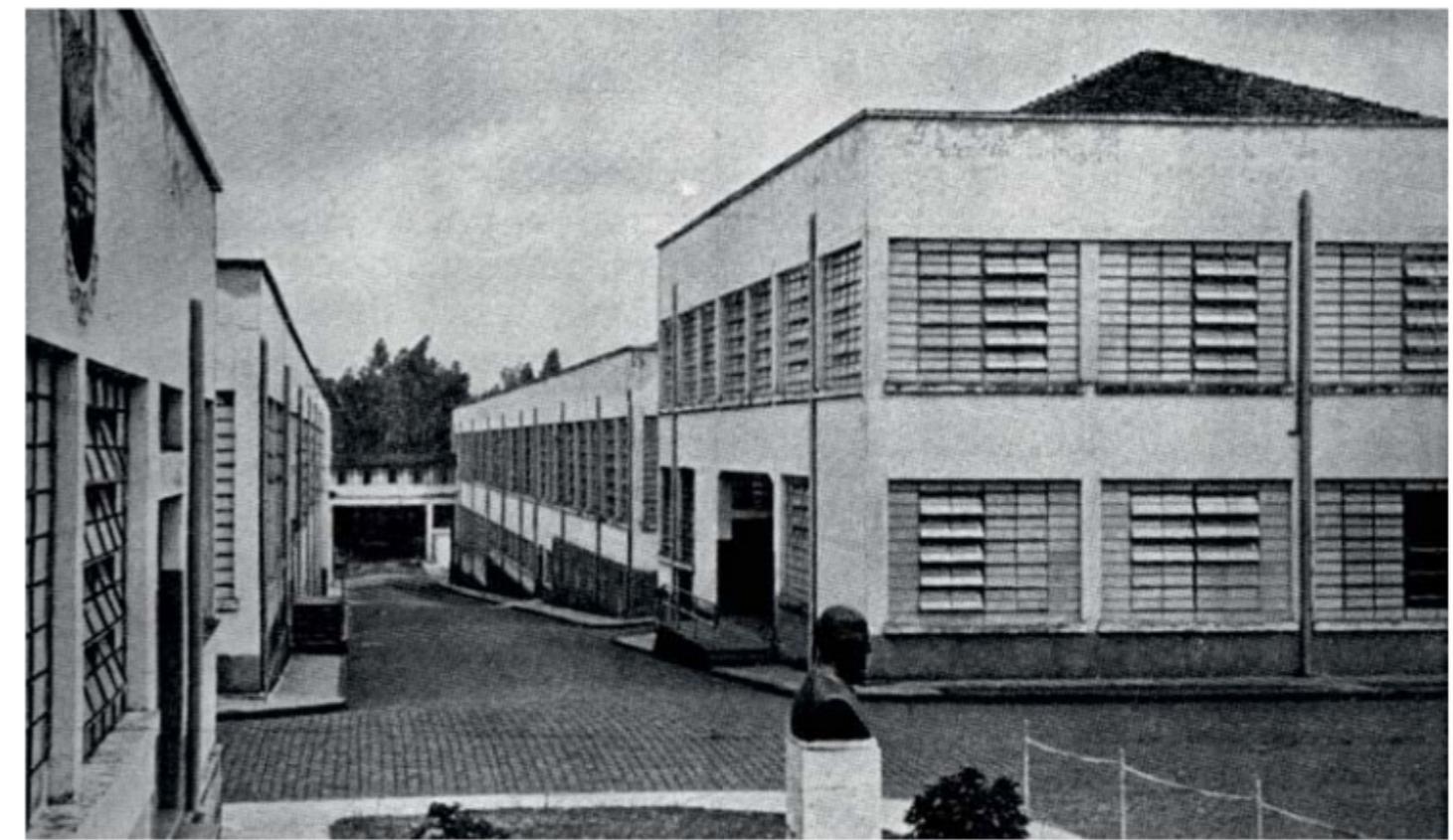
Em 2011 um incêndio danificou boa parte do edifício e derrubou sua cobertura totalmente, mas sua estrutura de concreto permanece em boas condições. Hoje, os galpões se encontram completamente abandonados, sem qualquer previsão de revitalização ou até mesmo limpeza do local, tomado por árvores, entulho e eventuais usuários de drogas.

No início de 2020 tive a oportunidade de explorar os galpões abandonados. Com seu exterior totalmente deteriorados, interiores depredados, e uma selva tomando conta, ambos galpões continuam desafiando o tempo e as intempéries, permanecendo firme no sítio, principalmente por conta de sua estrutura fabril extremamente resiliente, que um dia sustentou toneladas de maquinário para tecelagem.

Tive uma breve oportunidade de visualizar minha proposta no local e de me inspirar quanto à propostas futuras. As fotos a seguir foram fruto desta visita e mostram o atual descaso com o local.

Um dos problemas que os edifícios fabris encontram para a sua preservação é a questão da sua reutilização, em função de vários fatores atrelados, de um lado, às suas características físicas e espaciais, de outro às áreas em que foram implantados, um tempo periféricas, mas tornadas estratégicas na cidade contemporânea.

Para justificar a intervenção que proponho, falarei um pouco sobre as teorias intervencionistas, sobre o patrimônio industrial e por fim, sobre o reuso adaptativo como forma de reconversão sustentável.



<fig. 8> Edifício do almoxerifado e galpões.
Ribeirão Preto, anos 50.
(fonte: CONTE E SANTO: s/d, s/p)

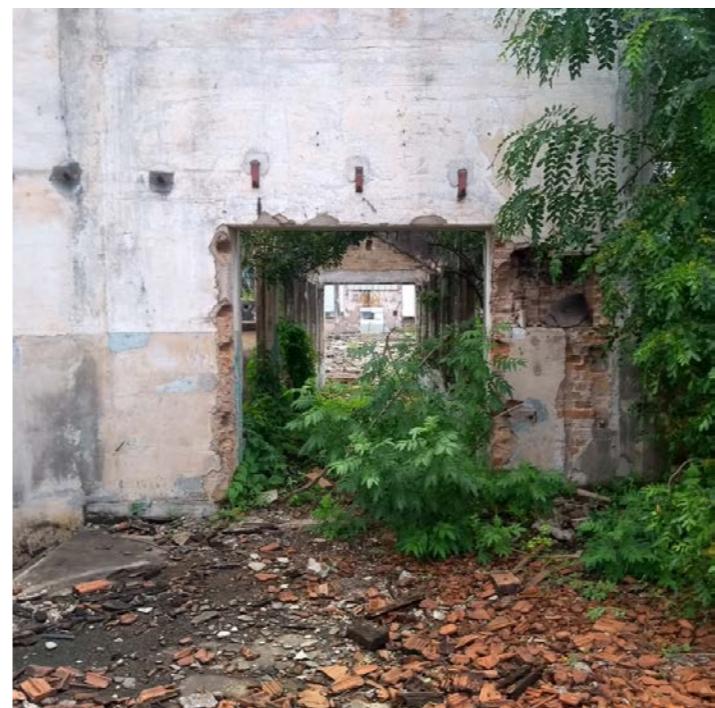




54

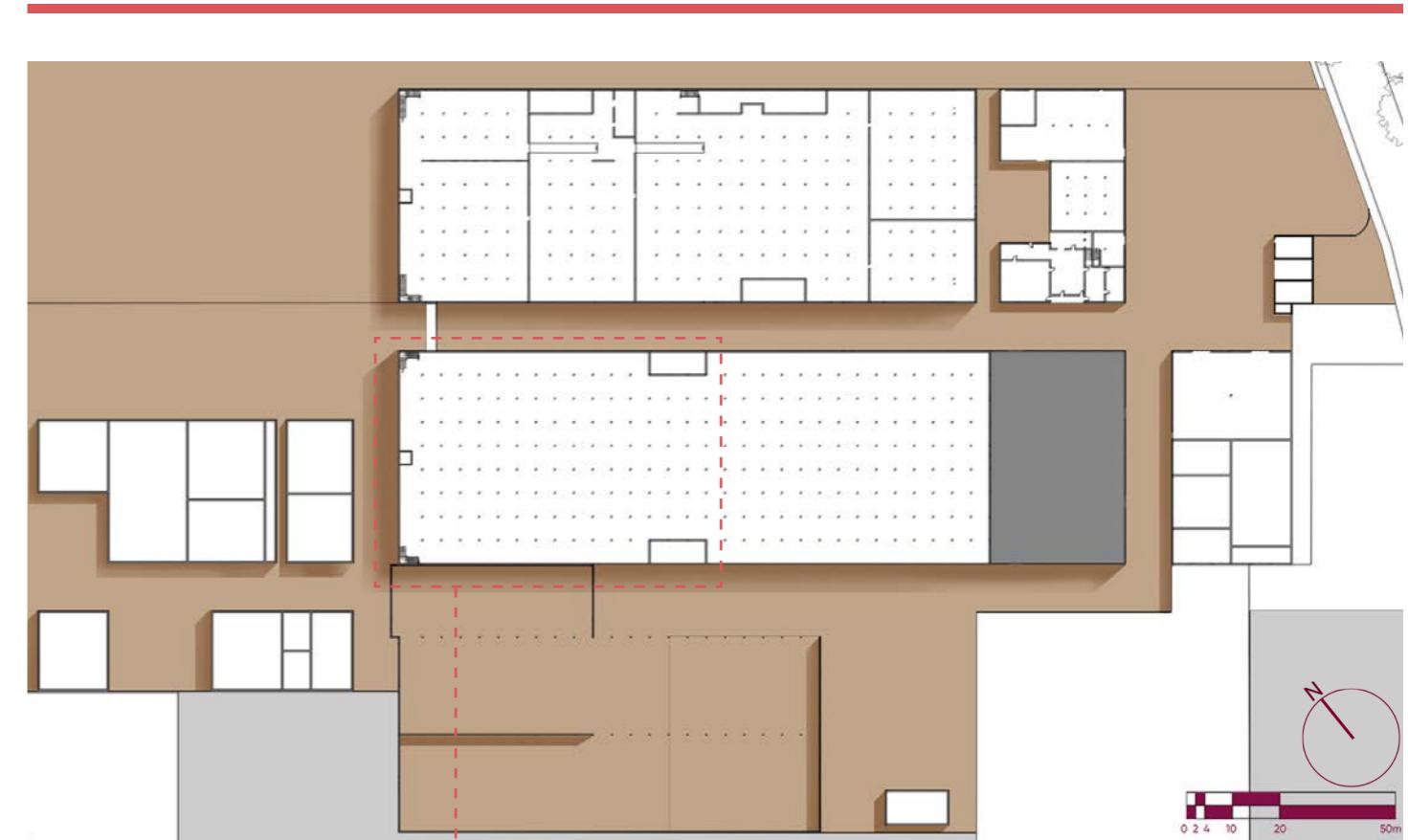


55





PLANTA COBERTURA



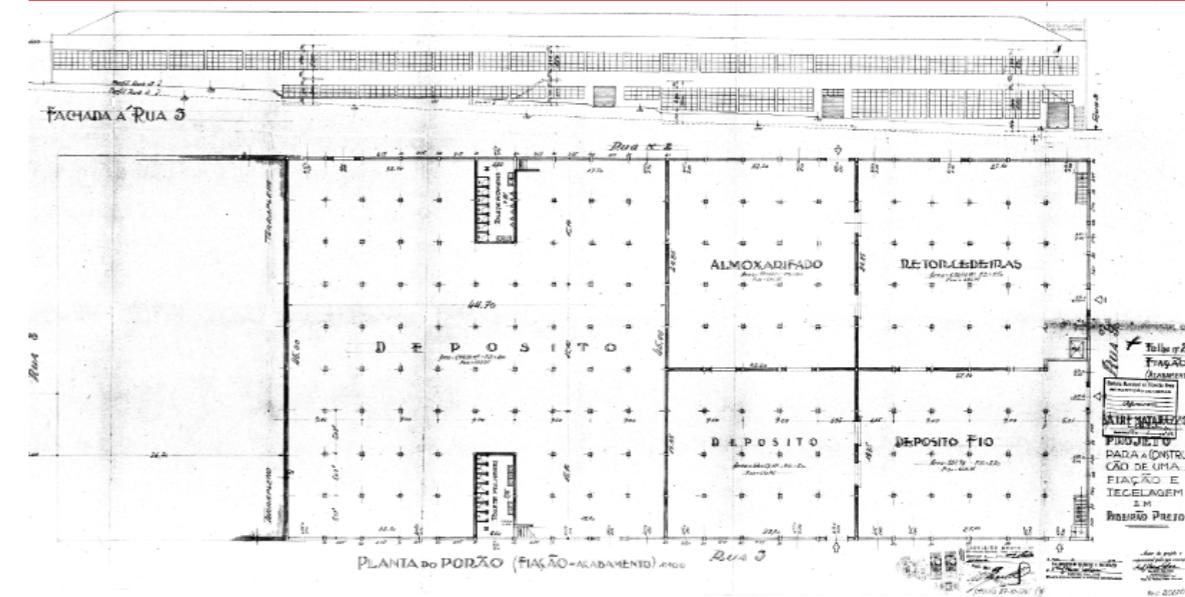
PLANTA TÉRREO



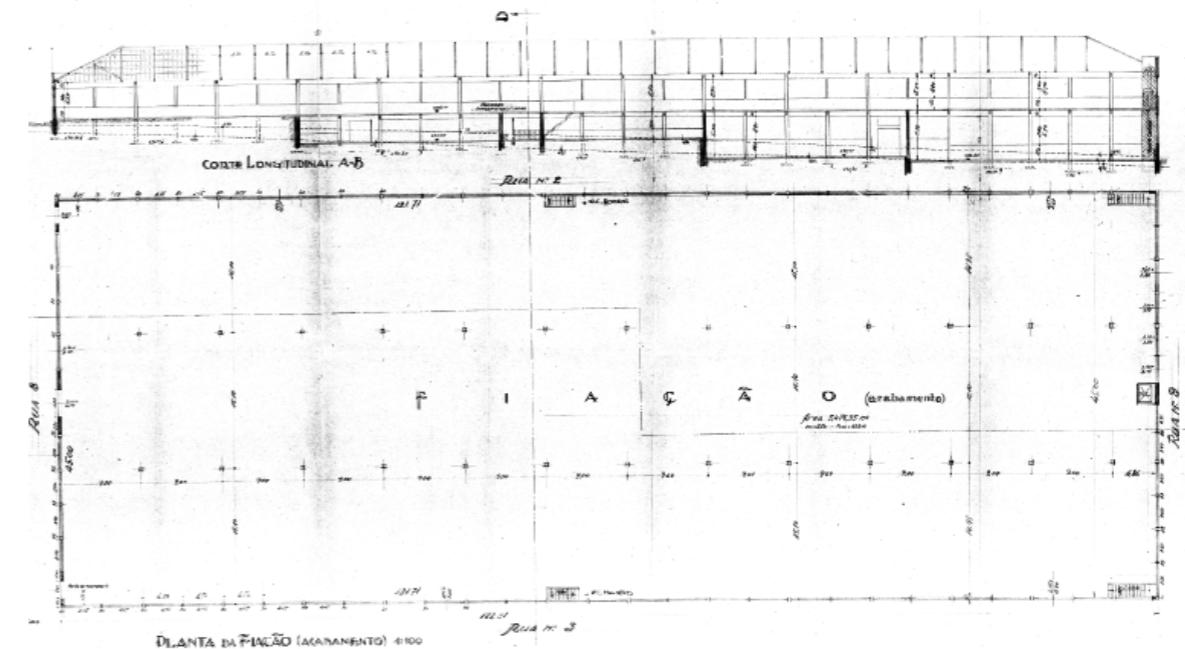
PLANTA SUBSOLO BLOCO 2



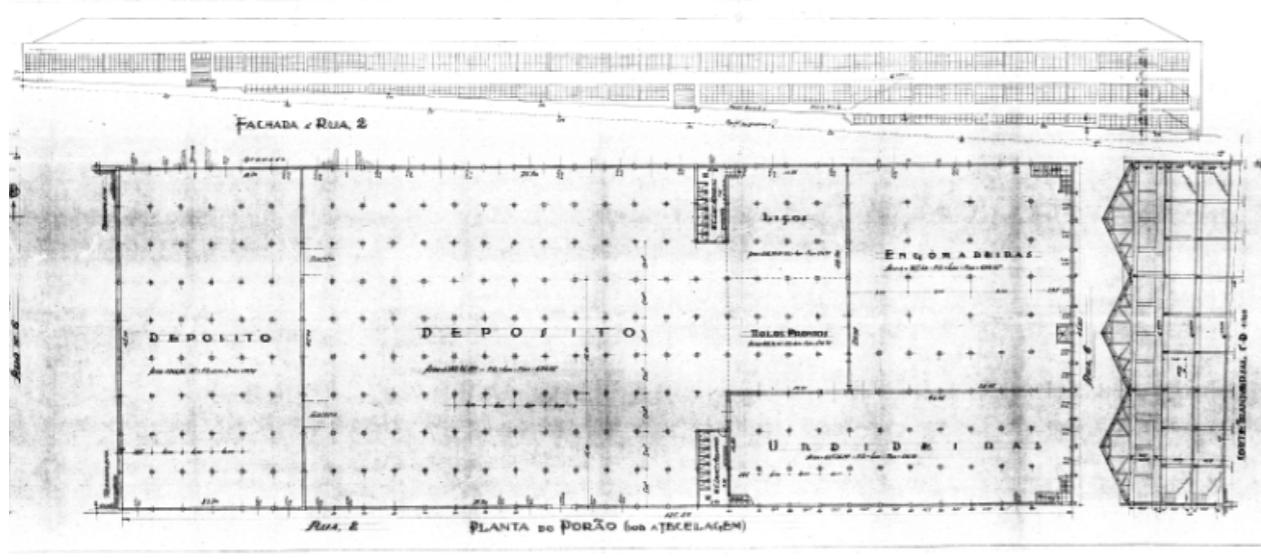
<fig. 9> Foto aérea da tecelagem em 1994.
(fonte: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Ribeirão Preto)



<fig. 10> Planta baixa original subsolo do galpão da fiação
(Fonte: Arquivos do Acervo de Obras da Prefeitura de Ribeirão Preto)

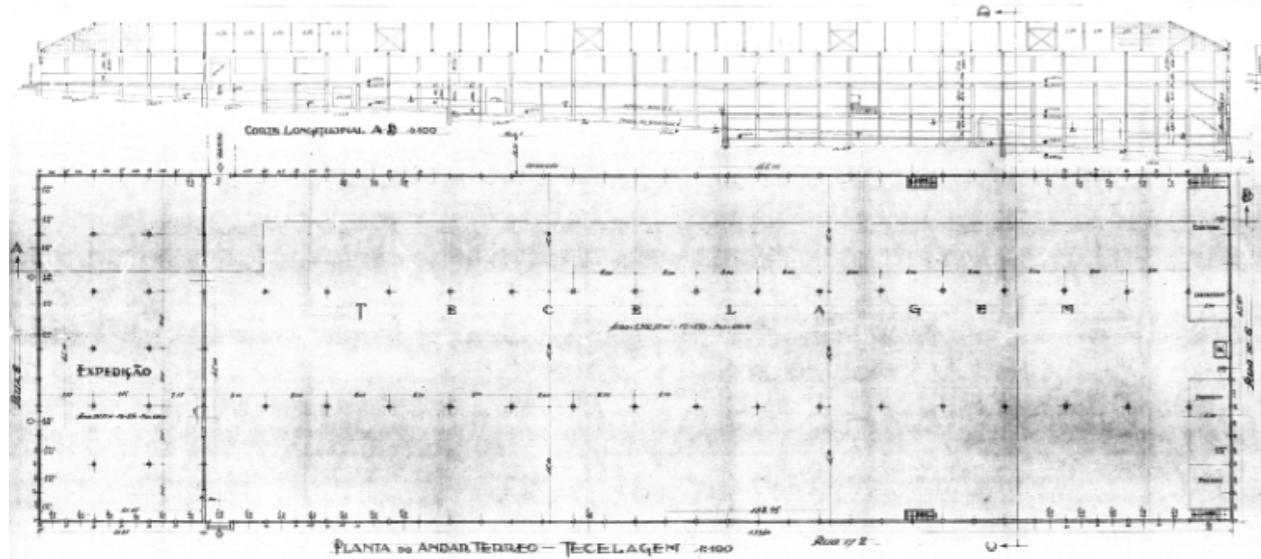


<fig. 11> Planta baixa original térreo do galpão da fiação
(Fonte: Arquivos do Acervo de Obras da Prefeitura de Ribeirão Preto)



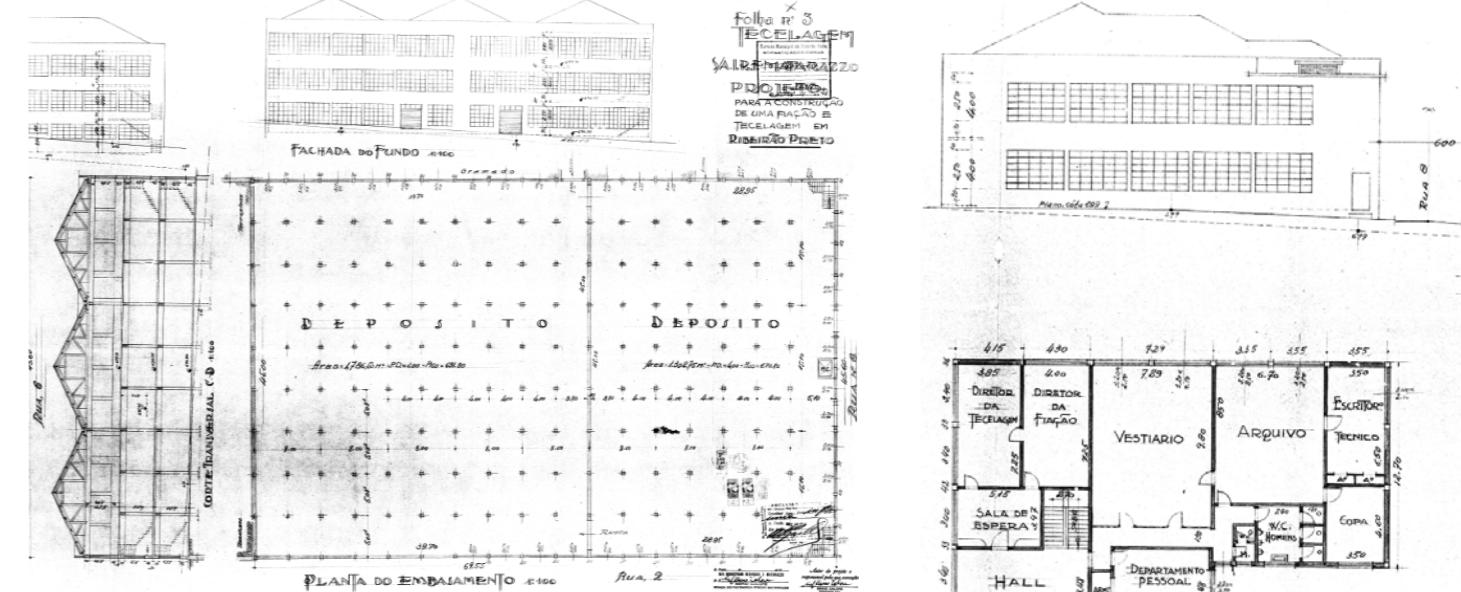
<fig. 12>

Planta baixa original subsono 1 do galpão da tecelagem (Fonte: Arquivos do Acervo de Obras da Prefeitura de Ribeirão Preto)

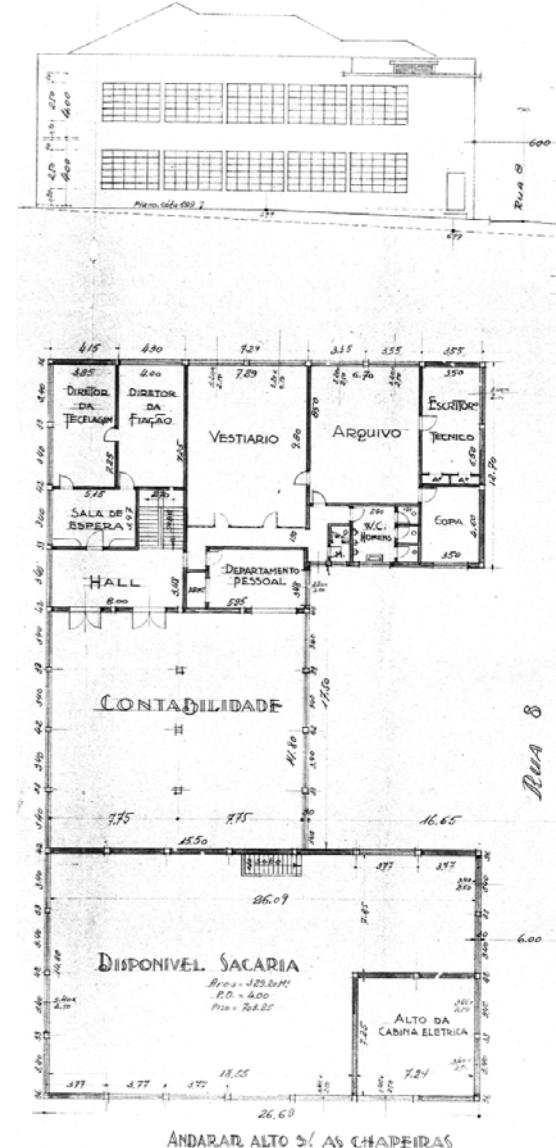


<fig. 13>

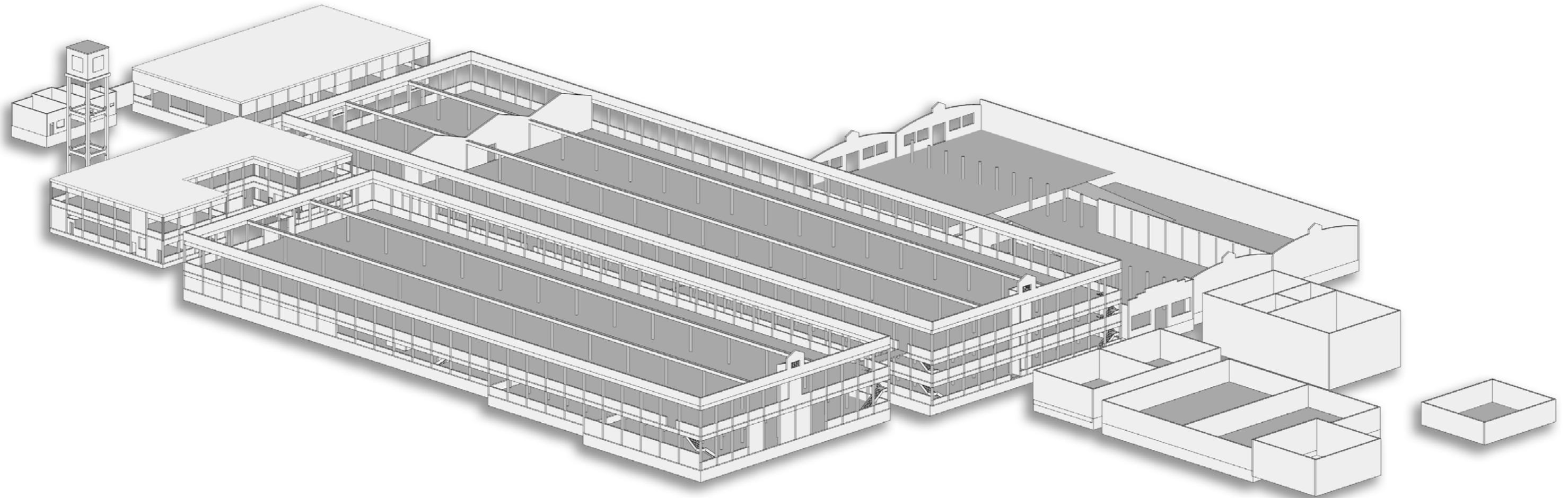
Planta baixa original térreo do galpão da tecelagem (Fonte: Arquivos do Acervo de Obras da Prefeitura de Ribeirão Preto)



<fig. 14> Planta baixa original subsolo 2 (depósitos) do galpão da tecelagem (Fonte: Arquivos do Acervo de Obras da Prefeitura de Ribeirão Preto)

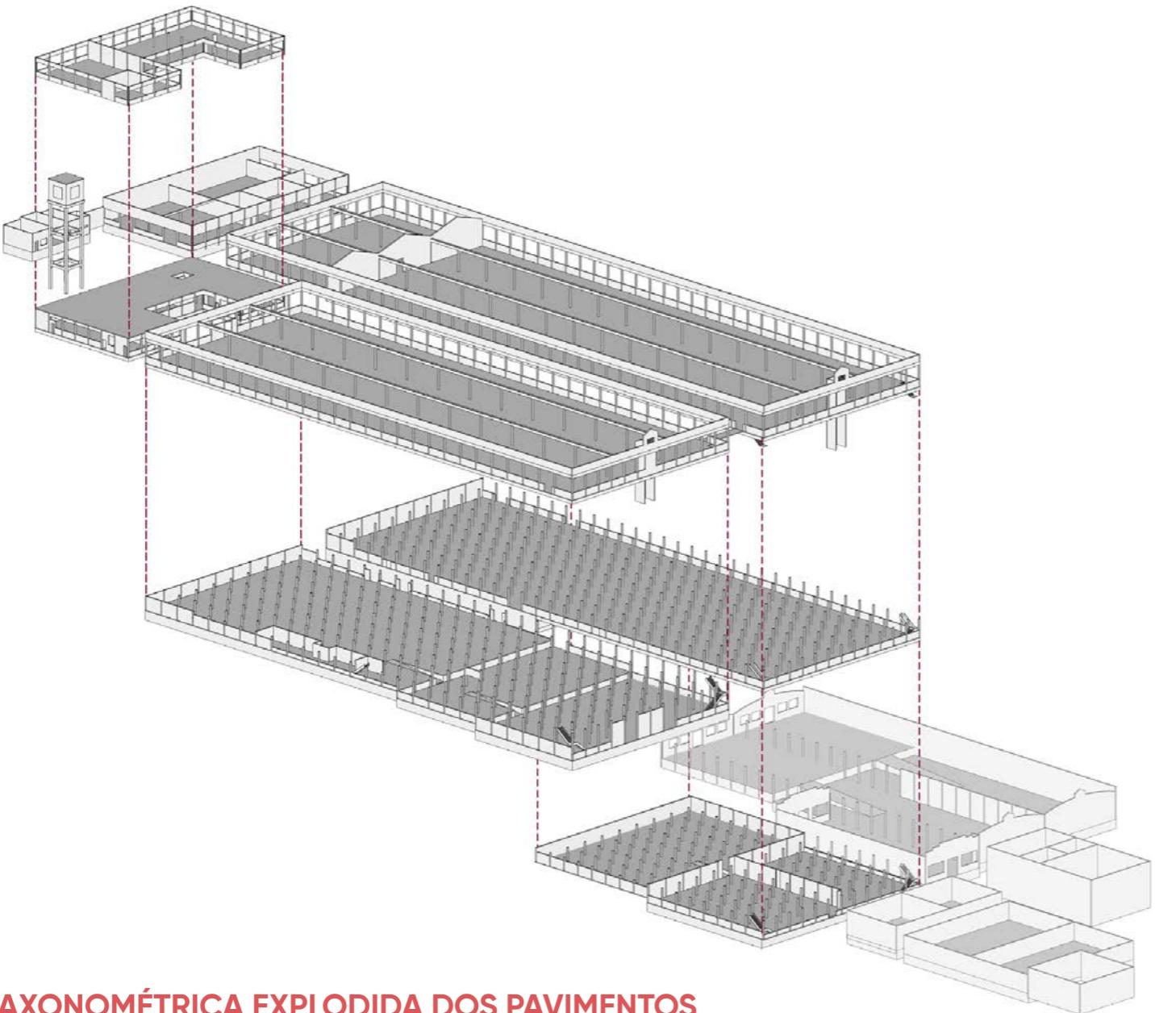


<fig. 15> Planta baixa original térreo do berçário/administração (Fonte: Arquivos do Acervo de Obras da Prefeitura de Ribeirão Preto)



MODELO 3D DOS GALPÕES E ANEXOS

4.2 A QUESTÃO DO USO NAS TEORIAS PRESERVACIONISTAS



AXONOMÉTRICA EXPLODIDA DOS PAVIMENTOS

A necessidade de adaptar e intervir é inerente à história da preservação arquitetônica. Durante séculos, as intervenções em edifícios existentes tinham como principal objetivo a sua adequação às necessidades contemporâneas, podendo variar desde o reuso dos materiais, destruição e abandono decorrentes da perda de função, até alterações no projeto original e adaptação para novos usos.

Entre os séculos XV e XIX, verifica-se um longo processo de desenvolvimento das ideias preservacionistas frente à questão do patrimônio. O Renascimento italiano aponta uma nova relação com a cultura de épocas anteriores, introduzindo uma avaliação crítica em relação às obras do passado recente e de exaltação da herança da Antiguidade Clássica, não só pelo aspecto histórico, mas também pelo artístico.

No século XVIII, com o desenvolvimento proporcionado pela revolução industrial, a compreensão sobre o monumento histórico enquanto instrumento de preservação de memória coletiva e sobre os modos de intervir foram se transformando.

Discussões e debates intensificaram-se durante o século XIX e algumas posições se estruturaram, dentre elas a polarização das ideias não intervencionistas de John Ruskin (1819-1900) na Inglaterra, e as intervencionistas de Viollet-le-Duc (1814-1879), na França.

De um lado, Ruskin apresentou importantes conceitos que promoveram a postura não intervencionista, como o respeito à arquitetura menor, a atribuição da questão da herança, e a conservação como uma necessidade anterior à restauração entendida como último recurso. Porém, não há qualquer menção em relação à forma pela qual os edifícios deveriam ser apropriados em termos utilitários.

De outro lado, Viollet-le Duc, de postura intervencionista, defendia a necessidade de um uso às edificações, além de justificar que adaptações são necessárias para se atingir o conforto contemporâneo. Segundo Le Duc:



"Ademais, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, e satisfazer tão bem todas as necessidades que exigem essa destinação, que não haja modo de fazer modificações".
(VIOLET-LE-DUC, 2000, p. 65)

fig. 16 Viollet-le-Duc
(fonte: Wikipedia)

No início do século XX, houve a formulação da Carta de Atenas de 1931, documento inaugural do campo da preservação. Nos princípios da carta, foi enunciada a reutilização dos monumentos, contanto que respeitosa, compatível com suas especificidades, de modo a não sobrepor a necessidade de um novo uso à preservação.

Mediante a destruição decorrente da Segunda Guerra e a necessidade de reconstrução de cidades inteiras, alguns aspectos da carta patrimonial de 1931 foram reavaliados. Formou-se um novo documento denominado Carta de Veneza, definido no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos em 1964. Esta carta delineou uma unidade metodológica para as intervenções nos bens culturais, inserindo a restauração no quadro social, econômico e cultural.

Nos últimos anos, o interesse pelo patrimônio edificado aumentou consideravelmente, não só pela maior consciência do seu valor histórico, mas também por razões como o aumento demográfico, saturação territorial e a complexidade urbana que acarreta diversos problemas político-econômicos vinculados, por exemplo, à especulação imobiliária e à exploração hostil do turismo. Assim, o uso do patrimônio existente como fonte cultural, social e econômica tornou-se de grande interesse, que acaba por extrapolar a questão meramente preservacionista.

A Carta Europeia de Patrimônio Arquitetônico, promulgada em 1975 em Amsterdã, evidencia a necessária leitura do aspecto preservacionista sob a ótica do desenvolvimento urbano na medida em que propõe, justamente, uma ação conjunta entre as técnicas de restauro e a pesquisa de funções compatíveis, "com o objetivo de uma conservação integrada no âmbito do planejamento urbano e territorial, para a definição de uma estratégia única para os meios técnicos, administrativos e financeiros" (CARBONARA, 1997, p. 375).

Segundo o pesquisador Giovanni Carbonara, o maior problema da preservação está no reconhecimento do patrimônio como um bem cultural. Para ele, somente a partir do reconhecimento da significação histórico-artística, é que se pode estabelecer os critérios para uma intervenção de restauro.

Conclui-se, portanto, que a reutilização deve ser interpretada como um meio para a preservação e não como o fim (CARBONARA, 1997, p. 375; KÜHL, 2005, p. 186).

O monumento, analisado por meio de um juízo de valor crítico pode revelar a destinação mais adequada à vocação da edificação, que não é necessariamente o uso original, respeitando a realidade material e imaterial do monumento.

4.3 O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A partir das considerações em relação às teorias preservacionistas e à forma como o uso é abordado, chega-se à problemática do reconhecimento do valor de "bens culturais" em obras mais recentes.

O patrimônio industrial só passou a ser efetivamente considerado como bem cultural a partir de 1950, na Inglaterra. Nesse contexto, os movimentos para a valorização e preservação do patrimônio industrial relacionaram-se ao campo disciplinar da "arqueologia industrial", cujo objetivo é estudar as mudanças sociais, econômicas e culturais a partir da interpretação das evidências materiais do legado industrial.

O crescente interesse em relação a este patrimônio nas últimas décadas pode ser sintetizado na formulação da Carta de Nizhny Tagil, em 2003, pelo International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH), na qual são apresentadas definições, valores e disposições sobre intervenções e conservações do patrimônio fabril. Sobre o tema da reutilização, a Carta dispõe:

4.III – [...] A adaptação harmônica e a reutilização pode ser uma forma adequada e econômica de assegurar a sobrevivência dos edifícios industriais, e deve ser promovida mediante os controles legais, os conselhos técnicos, as bolsas e os incentivos fiscais adequados. (TICCIH, 2003).

5.IV – [...] Os novos usos devem respeitar o material significativo e manter os padrões originais de circulação e atividade, e deve ser tão compatível com o uso original ou principal quanto seja possível. É recomendável habilitar uma área onde se represente o uso anterior. (TICCIH, 2003).

A dificuldade de reconhecimento do valor histórico de obras mais recentes abre espaço para intervenções com preocupações rasas, sendo comumente realizadas meras adaptações às exigências mais modernas de uso, subjugando o valor documental às exigências de caráter econômico e funcional. Segundo Simona Salvo:

"A casuística demonstra que as intervenções mais frequentes oscilam, indo: da demolição, justificada de variadas maneiras, ao abandonodoedifício, com as relativas consequências deletérias; do exercício de uma manutenção inconsciente, à adequação às normas conduzidas sem atenção para com a qualidade da obra existente; [...]. (SALVO, 2007, p. 143).

Além da dificuldade de reconhecimento do valor histórico-artístico, os edifícios do patrimônio industrial são potencialmente "reutilizáveis" por conta de suas características espaciais como sua amplitude e a relativa versatilidade: "[...] os edifícios isolados, em geral de construção sólida, sóbria e de manutenção fácil são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e se prestam a múltiplos usos, públicos e privados" (CHOAY, 2001, p. 219).

Além disso a maioria se localiza em posições estratégicas dentro das cidades, o que alavanca seu potencial especulativo.

4.4 O REUSO ADAPTATIVO COMO FORMA DE RECONVERSÃO SUSTENTÁVEL

Essas características fazem com que, em muitos casos, as edificações sejam encaradas principalmente por seu potencial econômico, muito mais que pelo potencial sociocultural. Dessa forma, o patrimônio vem sendo objeto de adaptações a diversos usos, demonstrando uma intensa viabilidade econômica.

Porém, muitas vezes, “há a tendência a desconsiderar o existente ou um pseudo-interesse pela restauração com o intuito de construir novos empreendimentos induzindo a escolha de novos usos” (RUFINONI, 2004, p. 154).

Para que isso não se tornasse uma realidade do meu projeto, considerei de extrema importância a análise do entorno existente ao patrimônio, as situações socioeconômicas da cidade e considerei ainda um uso que seja a favor da sustentabilidade, utilizando o conceito do reuso adaptativo, conforme explicarei adiante.

Ao analisar um edifício com potencial de revitalização, devemos atentar aos estudos que abrangem análises importantes sobre as possibilidades de conexões das edificações com a malha urbana, que possibilitam o entendimento da importância da preservação das características locais, do espírito do lugar, e da renovação do espaço, visando a sustentabilidade do ambiente construído.

Seria fundamental que em planos de revitalização, a existência constante de uma visão global dos lugares que preservam um patrimônio histórico vinculado ao desenvolvimento industrial da cidade, para que o patrimônio não desapareça em função das ações que vêm revitalizá-lo.

Todavia, a maioria das iniciativas de revitalização acontecem sem o planejamento necessário, acarretando na insustentabilidade da vitalidade do edifício, em especulação imobiliária e até mesmo no processo de gentrificação de uma determinada área.

Invariavelmente, muitas das áreas revitalizadas acabam retornando à sua condição inicial de decadência. Segundo Jane Jacobs (2000), a vida breve de muitas iniciativas de revitalização urbana deve-se ao fato de serem pensadas como projetos, e não de parte integrante do espaço urbano. Para ela, regiões de baixa vitalidade não devem ser revitalizadas isoladamente, é preciso incorporá-las à cidade, reestruturando

seu entorno, tornando-as acessíveis e viabilizando novas dinâmicas de sociabilidade, a fim de permitir que se reconectem às regiões nas quais o dinamismo ainda não se perdeu completamente.

Alguns exemplos de boas iniciativas de revitalização de espaços industriais são notáveis e serviram como inspiração para o meu projeto, como o **Teatro Erótides de Campos**, em Piracicaba (fig. 9), a **LX Factory**, em Portugal (fig. 10) e a **Fábrica da Bhe-ring**, no Rio de Janeiro (fig. 11). Todos os exemplos citados ocupam imóveis em áreas industriais subutilizadas, otimizando as estruturas pré-existentes, e gerando uma cidade mais compacta e sustentável.

O impacto gerado pela reconversão destes espaços industriais, localizados próximos a zonas centrais e com grande infraestrutura urbana, é imenso. Ao tornar estas zonas novamente produtivas, aproveita-se toda a infraestrutura já existente, revalorizando o patrimônio edificado.

A partir da regeneração produtiva destas zonas, “ressignificamos o lugar” (CASTELLO, 2007), mantendo viva sua memória coletiva. Para que isso seja válido, as edificações devem suprir as necessidades da sociedade, adaptando-as a novos usos.



<fig. 17> Teatro Erótides de Campos, Piracicaba
(Fonte: Archdaily)



<fig. 18> LX Factory, Lisboa
(Fonte: lxfactory.com)



<fig. 19> Fábrica da Behring, Rio de Janeiro
(Fonte: vemprafabrica.com.br)

Outro fator importante refere-se à sustentabilidade do processo construtivo. Ao reutilizarmos uma edificação que se encontra em desuso, economizamos processos e materiais construtivos, caracterizando assim, um processo urbano sustentável, pois seu impacto no meio ambiente é minimizado. Ao mantermos o existente, praticamos o que se denomina de reuso adaptativo.

O reuso adaptativo é descrito como o "desenvolvimento do potencial de uso para um edifício funcionalmente obsoleto". É essencialmente a reciclagem de um edifício. Comumente associado à preservação histórica, o processo envolve mais do que a simples restauração.

"A reabilitação é o ato ou processo de possibilitar um uso compatível para uma propriedade através de reparos, alterações e adições, preservando porções ou características que transmitem seus valores históricos, culturais ou arquitetônicos"
(McDONOUGH, 1988).

Em vez de buscar continuar o uso existente do edifício por meio de atualizações ou restaurá-lo para um período específico, o reuso adaptativo procura encontrar novos usos para ele. O conceito não é limitado por aquilo que o edifício costumava ser, mas respeita a história e a estrutura à medida que um novo programa é inserido.

Devemos ter em mente que a arquitetura sustentável não consegue resolver todos os problemas intrínsecos à sustentabilidade urbana. Ela pode, no entanto, colocar o ambiente construído em sintonia com os processos naturais e demonstrar a possibilidade de se realizar um ato sustentável dentro do contexto urbano.

A sustentabilidade reconhece que nada dura para sempre em sua forma original, e procura facilitar a evolução e a mudança conforme o tempo passa. Isso requer um novo modo de se aproximar do design e da construção de edifícios que respeitem o meio ambiente, o bem-estar dos indivíduos e a relação que existe entre eles. O reuso adaptativo pode, portanto, cumprir muitos dos objetivos da sustentabilidade e contribuir para uma vida urbana (um pouco) mais saudável.

Tendo em vista os conceitos de patrimônio fabril, sua importância histórica e do reuso adaptativo como forma de estabelecer uma prática urbana social e sustentável para a cidade de Ribeirão Preto, proponho a reconfiguração do tecido urbano através da reconexão do bairro e da cidade com o local do projeto.

Busco também, além do novo uso, formas de intervenção no edifício que não sejam muito intrusivas, respeitando sua configuração original e evitando descaracterizá-lo por completo.

A proposta é restaurar o que já existe e não foi completamente destruído pelo incêndio de 2011, e reconstruir os elementos depredados respeitando sua configuração original, como as janelas e caixilhos. A manutenção das edificações deve seguir um levantamento cadastral e laudos técnicos sobre sua situação estrutural e patologias existentes nas estruturas.

A maior das intervenções será quanto algumas paredes dentro dos galpões, que além de configurarem um perigo pela possibilidade de desabamento por falta de manutenção, já não servem mais ao seu propósito original, de dividir espaços com diferentes programas.

A definição dos materiais para as novas intervenções foi feita com base no objetivo sustentável do projeto. Todos os materiais pensados são de baixo impacto ambiental, e alguns, como o fibrocimento com bagaço de cana de açúcar, utilizam matéria prima abundante na região. Tais materiais foram pensados também como forma de diferenciar as novas intervenções do que já é pré-existente.

Como forma de conexão entre patrimônio cultural, sustentabilidade e práticas sociais, escolhi a ecogastronomia e o ensino da educação ambiental como peças chave do projeto. Tais conceitos serão justificados e explicados mais detalhadamente a seguir.

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR



5.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Atualmente, a reflexão sobre práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação sem precedentes do meio ambiente, envolve uma necessária e urgente articulação com a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve atores do universo educativo, e a reprodução deste conhecimento deve necessariamente contemplar as relações do meio natural com o social, sendo acessível para todos.

Leff (2001), fala sobre a impossibilidade de resolver os complexos problemas ambientais e reverter suas causas, sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica existente na vida moderna, baseada no desenvolvimento predatório de aspecto exclusivamente econômico.

Refletir sobre a complexidade ambiental dentro do contexto capitalista, abre uma oportunidade para desenvolvermos um processo educativo articulado, compromissado com a sustentabilidade e a participação comunitária e apoiado em uma lógica que providencie um diálogo entre diferentes áreas do saber.

Refletir sobre as práticas existentes abre também um espaço para mudar a percepção do sujeito frente ao meio em que ele está inserido, e para conscientizá-lo de que mudar é possível.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa hoje, a possibilidade de se garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos existentes. A complexidade deste processo educativo se faz cada dia mais necessária, uma vez que somos crescentemente afetados por ameaças ambientais e problemas de infraestrutura urbanos que acarretam na degradação ambiental.

A sociedade atual pode ser configurada como uma "sociedade de risco", conceito elaborado por Ulrich Beck, em 1992. Esta concepção nos auxilia a entender um cenário marcado por problemas ambientais e biológicos, tornados frequentes em uma sociedade que não percebe o quanto nociva é ao próprio meio de existência.

Ulrich Beck identifica a sociedade de risco como uma modernidade que emerge com a globalização, a individualização, o subemprego e a difusão de riscos globais. Os riscos atuais caracterizam-se por ter consequências, em geral de alta gravidade, desconhecidas a longo prazo e que não podem ser avaliadas com precisão.

Um claro exemplo deste conceito se dá no momento presente. Passamos por uma crise global causada pela pandemia do Covid-19, que foi seriamente agravada por nossa falta de preparo urbano e social para lidar com este tipo de ameaça biológica.

A epidemia afeta principalmente as camadas mais vulneráveis da população, uma vez que estes mal possuem acesso a redes de saúde, água potável, possuem alta instabilidade financeira, falta de informações, alimentação precária, entre outros fatores que poderiam amenizar os riscos de contaminação e consequentes mortes.

O tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da "sociedade de risco". Isso demonstra a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental.

Deve-se, portanto, promover o crescimento da consciência ambiental e de apoiar políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social e compartilhamento de conhecimentos básicos.

A atual postura de dependência e de desresponsabilização da população diante dos problemas ambientais, decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de políticas e práticas baseadas na participação dos cidadãos, que proponham uma nova cultura baseada na motivação de uma postura ecológica e coletiva.



Cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma ação necessária e transformadora, na qual a conscientização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover o desenvolvimento sustentável.

Entende-se, portanto, que a EA é condição necessária para modificar um quadro crescente de degradação socioambiental, apesar de não ser suficiente em uma visão mais global, sendo, portanto, uma ação predominantemente local.

O desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um processo no qual, de um lado existem restrições e limites relacionados com a exploração de recursos, e de outro, o entendimento e respeito dos ciclos naturais.

Assim, a ideia de sustentabilidade implica a premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de participantes sociais ativos por meio de práticas educativas e colaborativas, reforçando a constituição de valores éticos.

Isso também explica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar as dimensões culturais, sociais e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, correndo o

risco de manter um padrão predatório de desenvolvimento caso estes fatores sejam deixados de lado.

Atualmente, o avanço para uma sociedade sustentável é repleto de obstáculos, na medida em que existe uma limitada consciência na sociedade a respeito das implicações negativas do modelo de desenvolvimento atual.

Isso implica na necessidade de estimular uma participação ativa na sociedade e no debate do destino das cidades, como forma de identificar problemas e propor objetivos e soluções. Para que isso seja alcançado, deve-se criar condições para facilitar esse processo, tornando possível o estabelecimento de equipamentos sociais centrados em práticas que promovam uma consciência ética coletiva que questione o atual modelo de desenvolvimento, propondo soluções e alternativas sustentáveis para o mesmo.

Nesse contexto, a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamentos, desenvolvimento de competências, e participação ativa dos sujeitos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração entre os indivíduos e o meio ambiente.

Assim, a EA deve ser acima de tudo, um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem e a natureza, levando em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável por sua degradação é o homem.

O principal eixo de atuação da educação ambiental deve buscar também, a solidariedade, a igualdade e o respeito às diferenças através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e no sentimento de coletividade. Isto se converge no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores éticos e morais, individuais e coletivos (JACOBI, 1997).

Dessa forma, a educação ambiental demonstra ser uma ferramenta fundamental para o processo de mudança de percepção do ambiente e possui consequências diretas nas atitudes tomadas pela sociedade. Loureiro, destaca a EA como sendo:

"portadora de processos individuais e coletivos que contribuem com:
(1) a redefinição do ser humano como ser da natureza, sem que este perca o senso de identidade e pertencimento a uma espécie que possui especificidade histórica;
(2) o estabelecimento, pela práxis, de uma ética que repense o sentido da vida e da existência humana;
(3) a potencialização das ações que resultem em patamares distintos de consciência e de atuação política, buscando superar e

romper com o capitalismo globalizado;
(4) a reorganização das estruturas escolares e dos currículos em todos os níveis do ensino formal; e
(5) a vinculação das ações educativas formais, não formais e informais em processos permanentes de aprendizagem, atuação e construção de conhecimentos adequados à compreensão do ambiente e problemas associados".

As considerações deste autor permitem entender a EA como um dos caminhos para a conscientização do sujeito em direção à sua cidadania, à integração social e à defesa de um ambiente ecologicamente equilibrado. Neste sentido, vislumbram-se as possibilidades de mudança através de um processo de construção do conhecimento crítico que valorize uma relação harmoniosa entre sujeitos e o ambiente.

Podemos dizer que aqui cabe denominar este tipo de Educação Ambiental como Crítica ou Emancipatória.

"é o meio reflexivo, crítico e auto-críticocontínuo, pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização, em um processo que parte do contexto societário em que nos movimentamos, do "lugar" ocupado pelo sujeito, estabelecendo experiências formativas, escolares ou não, em que a reflexão problematizadora da totalidade, apoiada numa ação consciente e política, propicia a construção de sua dinâmica. (...).

Emancipar não é estabelecer o caminho único para a salvação, mas sim a possibilidade de construirmos os caminhos que julgamos mais adequados à vida social e planetária, diante da compreensão que temos destes em cada cultura e forma de organização societária, produzindo patamares diferenciados de existência".
(LOUREIRO, 2009, p.32)

Um dos principais objetivos da educação ambiental consiste, portanto, em contribuir para a compreensão da complexidade do ambiente em suas dimensões ecológica, econômica, social e cultural de maneira a proporcionar ao cidadão uma visão holística da realidade quanto à importância de sua organização e participação na defesa de todas as formas de vida.

5.2 A PROBLEMÁTICA DA ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diante do contexto da educação ambiental, a alimentação é o assunto que pretendo dar destaque em meu trabalho. Para tanto, proponho enfatizar a problemática da alimentação, e a soberania alimentar como forma de embasamento e justificativa para a realização do projeto e desenvolvimento de seu programa.

A alimentação é uma demanda básica aos seres humanos. No entanto, a comida vem sendo destruída em sua estrutura e propriedades, ao ser convertida em mercadoria, deixando de ser coerente com as necessidades humanas para saúde e bem-estar.

Entendemos a educação ambiental como o campo de práxis cujo esforço formativo é atentar e emancipar os sentidos humanos, acionando o pensamento a compreender a necessidade de transformarmos as relações não sustentáveis que estabelecemos com a sociedade e com a natureza, numa perspectiva que possibilite compreender o fenômeno de investigação como parte de uma totalidade contraditória. Assim, estaremos orientados em direção a práticas transformadoras, comprometidas com a qualidade do ambiente e da vida humana.

Logo, a educação ambiental comprometida em educar sobre os riscos à saúde associados ao consumo de alimentos quimicamente poluídos e nutricionalmente empobrecidos e suas implicações socioambientais é fundamental para que as perso-

as possam buscar formas alternativas de se alimentar. Enquanto a produção de alimentos estiver vinculada aos interesses das grandes corporações, não haverá a liberdade de produtores e consumidores.

A produção hegemônica de alimentos pelo agronegócio e pela indústria alimentícia, fundada nas relações sociais do modo de produção capitalista, vem degradando a qualidade dos alimentos disponibilizados para consumo, incluindo substâncias prejudiciais e alienando o consumidor quanto aos processos realizados. O alimento, como mercadoria, é alienado em seu valor de uso para as reais demandas da humanidade.

A moderna indústria de alimentos impulsionou a substituição de comida fresca, preparada em casa, por produtos ultra-processados, de fácil preparo e repletos de conservantes.

"por um lado, a indústria e as novas tecnologias da alimentação foram um processo histórico de racionalização, industrialização e funcionalização da alimentação, por outro, as consequências negativas da industrialização também começaram a ser denunciadas: contaminação ambiental com embalagens e garrafas plásticas, uso de aditivos químicos, padronização dos gostos alimentares, controle oligopólico dos mercados, relações comerciais desvantajosas para os países periféricos."
(CARNEIRO, 2003, p. 102-103)

A educação ambiental crítico-transformadora atua, portanto, para superar a naturalização cultural da degradação alimentícia, imposta pelas leis de mercado.

Vivemos um processo crescente de globalização de hábitos alimentares que tende a destruir a diversidade cultural-gastronômica, em um processo que põe também à deriva, a diversidade biológica. É por estas questões que a problemática da alimentação é essencialmente ambiental.

Uma produção de alimentos amplamente poluente e ambientalmente desgastante, ao mesmo tempo que não consegue alimentar de modo saudável, deve ser problematizada.

Devemos pensar em modelos alternativos de produção, com níveis reduzidos de impactos socioambientais, guiada pelos princípios da ética e da sustentabilidade, valorizando o trabalho do produtor, o cuidado com a saúde e com os sistemas naturais que sustentam a produção. Este modelo é conhecido como Agorecologia.

Este conceito é compreendido como uma ciência ancorada à produção com o objetivo de suprir as reais necessidades da humanidade, como o de ter à disposição para consumo alimentos saudáveis e produzidos sem ônus social e ambiental.

A globalização de produtos alimentícios industrializados empobreceu a dieta das populações, e tornou global a fome oculta. A dieta forjada na lógica de mercado fez surgir e progredir diversas patologias associadas à ingestão excessiva de aditivos e alguns gêneros alimentares pouco saudáveis

A problemática da alimentação envolve também a distribuição totalmente desigual de insumos ao redor do mundo. Raj Patel afirma que "a humanidade produz atualmente mais alimentos que em toda a sua história, no entanto, uma cifra superior a 10% da população padece de fome, enquanto outras mil milhões apresentam sobre peso" (2008, p.11).

"Os obesos e os famintos estão vinculados entre si por cadeias produtivas que conduzem os alimentos desde o campo até a nossa mesa. Guiadas por sua obsessão por benefícios, as grandes corporações que nos vendem comida delimitam e condicionam nossa forma de comer e nossa maneira de pensar sobre a comida" (PATEL, 2008, p. 11).

O problema da fome não tem a ver com escassez de comida no mundo, mas com a dificuldade de acessá-la ou a impossibilidade de comprá-la. O controle privado dos alimentos impede a sua justa distribuição, e determina que estes possam perecer nos supermercados, mesmo quando milhões de pessoas vivem com fome.

Com a globalização desta dieta industrializada nutricionalmente defasada a um custo mais baixo do que se pagaria para adquirir alimentos de melhor qualidade, são justamente os mais vulneráveis que sofrem com a injustiça alimentar e ambiental do setor agroalimentar.

"Enquanto consumidores, somos encorajados a pensar que um sistema econômico baseado na escolha individual nos salvará dos males comuns da fome e da obesidade. No entanto, é precisamente a liberdade de escolha que originou estes males. Aqueles que podem dirigir-se ao supermercado ficam frente à possibilidade de escolher entre cinquenta marcas de cereais açucarados, meia dúzia de tipos de leite com sabor a giz, estantes de pão tão saturados de produtos químicos que nunca apodrecerão e estantes repletas de produtos cujo ingrediente principal é o açúcar"

(PATEL, 2008, p. 14-15)

Apesar do que nos fazem pensar, nossas eleições alimentares não são livres. A imensa maioria dos alimentos nos supermercados está repleta de aditivos e ingredientes nutricionalmente empobrecidos. Isso por que "as corporações que produzem alimentos têm todos os incentivos para vender comida submetida a um processamento que a torna mais rentável, embora menos nutritiva" (PATEL, 2008, p.15).

Enquanto isso, a oferta de alimentos frescos e nutritivos é escassa e pouco acessível, e por esta razão, é muitas vezes, ignorada.



Não há ética, justiça ou sustentabilidade no fracasso existencial dos agricultores, na doença dos consumidores, na degradação do ambiente, no desperdício de comida que demandou insumos para ser produzida, em razão das leis de mercado.

O poder centralizado na mão de poucas multinacionais possibilita o controle de mercado e permite às corporações exercerem poder tanto sobre quem produz, quanto sobre quem consome a comida.

O redirecionamento para outra forma de pensar a comida e de nos alimentarmos, implica compreender o caráter sistêmico da dominação imposta pelas corporações do sistema agroalimentar. Exige assim, o conhecimento de que a comida que compramos tem uma história, um longo processo, pouco enxergado, que ocorre do campo até o prato.

"A trajetória de um produto alimentício adquirido no mercado passa por diferentes fases: a produção, a transformação, o envase, a refrigeração, o transporte, a distribuição e a venda, o armazenamento em casa, o preparo e a eliminação dos resíduos. O trajeto entre as matérias primas originais e a forma como estas são cultivadas, extraídas ou criadas, e o final do processo é cada vez mais longo em um duplo sentido: o da distância que separa a produtores de consumidores e na quantidade de processos e agentes intermediários.

Esta distância física e psicológica contribui para ocultar as derivações econômicas, sociais e ambientais da dieta, tornando-as invisíveis aos consumidores (ARTO-BLANCO; MEIRA-CARTEA, 2012, p. 88).

Somos analfabetos alimentares funcionais. O consumidor, ao lutar contra este "analfabetismo" imposto, luta por sua soberania alimen-

tar. Nesse sentido, a alfabetização alimentar é uma iniciativa, perspectiva e estratégia de educação formativa, que visa atitudes conscientes e escolhas de consumo que sejam sustentáveis do ponto de vista socioambiental e da saúde.

Ao entender o ciclo da comida, repensamos nossas escolhas e abrimos espaço para que a educação ambiental cumpra o seu papel de criticar e transformar o espaço de forma sustentável. A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e nas redes de agricultor a agricultor.

Elaborado pela Via Campesina em 1996, o conceito de Soberania Alimentar significa tomar o controle sobre os nossos hábitos alimentares. Comer de maneira sã e consciente implica interrogar-se sobre de onde vem o que consumimos, como se elaborou, em que condições, porque pagamos um determinado preço.

O conceito foi definido como "o direito de cada nação a manter e desenvolver os seus alimentos, tendo em conta a diversidade cultural e produtiva". As políticas agrícolas e alimentares atuais, no entanto, não o permitem, e, portanto, entender e lutar contra elas, é necessário no contexto de uma luta pela sustentabilidade.

O compromisso da educação ambiental aparece aqui como sendo a de formar cidadãos de todos os extratos sociais, para que possam compreender as possibilidades de ação individual e coletiva, valorizando iniciativas alternativas ao modo de produção vigente de alimentos, tensionando a transformação do sistema hegemônico não sustentável para um que respeite o binômio homem-natureza.

São por estas questões que proponho que o foco do programa de meu projeto seja a educação ambiental e a realização de práticas colaborativas, considerando o meio ambiente e a sustentabilidade como principais vetores deste ensino.

A ecogastronomia entra aqui como modo de aplicação da educação ambiental, acessível a todas as camadas sociais, porém tendo foco principal o atendimento de sua prática social, sendo assim acessível para todos.

6.

O ENSINO DA ECOGASTRONOMIA

APLICAÇÃO DA EA E SEU POTENCIAL SOCIAL



6.1 A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INSERÇÃO SOCIAL

Além de lutar pela aplicação da educação ambiental, deve-se lutar para que tal seja acessível para todos. A soberania alimentar deve contemplar todas as classes sociais, porém as mais vulneráveis são as que mais necessitam da emancipação frente ao modo de produção atual.

Juntamente à discussão da Educação Ambiental e da Soberania Alimentar, proponho uma educação voltada também para atender um déficit de políticas sociais na cidade de Ribeirão Preto.

Para isso, proponho o ensino da gastronomia social como forma de aplicabilidade dos conceitos da Educação Ambiental de modo transversal na sociedade, visando atingir e melhorar a situação de vulnerabilidade de uma parcela da população da cidade.

O modelo econômico e político de caráter neoliberal é um dos principais responsáveis pela degradação ambiental, pela pobreza e pela fome. A pobreza, percebida como situação social marcada pela vulnerabilidade do indivíduo, têm sido um dos principais temas dos debates públicos que buscam construir um conjunto de intervenções governamentais com vistas à inclusão social e à cidadania.

Na visão de Lima (2002), a pobreza e a fome são determinantes da vulnerabilidade social brasileira. Segundo o autor, essas duas vertentes comprovam que a fome é o aspecto mais eviden-

te da pobreza. Ambas estão associadas à mesma realidade, ou seja, são frutos de regiões marginalizadas do processo de desenvolvimento urbano. Podemos claramente, como já foi evidenciado no trabalho, apontar para esta marginalização durante o processo de urbanização de Ribeirão.

Já Marques (2009) afirma que para se combater a pobreza, é necessária uma mudança significativa nas relações interpessoais, trazendo para o centro das redes sociais, os valores individuais e coletivos para serem discutidos e analisados, a fim de reverter a reprodução da pobreza e definir como políticas públicas poderiam reajustar a economia vigente, em termos de inclusão social.

Para tanto, políticas de inclusão social são essenciais para o desenvolvimento de um urbanismo socialmente sustentável.

Conforme já explicitado, a vulnerabilidade social é um dos fatores que, somada à falta de educação ambiental, atinge diretamente o consumo e a alimentação dos indivíduos desse extrato social, alienando sobre os processos de produção e sobre o que realmente se come.

Por isso, é de extrema importância que o programa do projeto seja de caráter social, abrindo portas para a possibilidade de se educar quem nunca teve a oportunidade de aprender.

Na sociedade contemporânea, observa-se em muitos segmentos que o direito individual ultrapassa o coletivo. A educação, principalmente aquela voltada para a preservação do meio ambiente e para a inclusão social, é o caminho para que os valores individuais não se sobreponham aos valores coletivos.

Como afirma Ortega (1999), hoje sabemos que a educação social deve ajudar a ser consciente e a conviver com os outros: aprender a ser com os outros e a viver juntos em comunidade. Portanto, os objetivos que perseguem a educação social poderiam sintetizar-se no contributo para que o indivíduo se integre no meio social que o envolve, mas com capacidade crítica para o melhorar e o transformar.

6.2 A GASTRONOMIA COMO FERRAMENTA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Tendo estas questões colocadas à mesa, a ecogastronomia entra aqui como principal recurso para a aplicação de uma educação ambiental que integre socialmente e ensine sobre a preservação do meio ambiente, formando cidadãos politicamente conscientes de seu impacto ecológico e de sua capacidade de emancipar-se.

Na vivência de um curso de gastronomia, são trazidos os conceitos referentes ao trabalho educativo, proporcionando um processo de ensino e aprendizagem que capacita em prol da emancipação humana, demonstra a possibilidade da geração de renda que pode garantir o sustento da família do aluno e educa para o mundo do trabalho a partir de metodologias educacionais ativas.

Ensinamentos e práticas pedagógicas devem ser desenvolvidas para impulsivar a prática de cozinhar tão promissora, em possibilidades e oportunidades de empregos.

A transmissão do conhecimento deve ser entendida como algo libertador, que contribua para a emancipação dos sujeitos, colaborando para torná-lo autor consciente de sua existência no sentido individual, seu papel no coletivo, sua responsabilidade social e ambiental.

A arte da gastronomia, no seu aspecto cultural, pode contribuir para desenvolver o espírito de democracia, pois colabora-se compartilhando experiências, especialmente quando se amplia a habilidade de produzir o próprio alimento.

O importante é contribuir para que os indivíduos tenham como ambição, não apenas a estabilidade financeira, mas o desejo de se desenvolver como cidadão emancipado socialmente e consciente ambientalmente.

O trabalho em gastronomia sociabiliza e faz com que os sujeitos acolhidos se integrem através do trabalho, tornando-os mais confiantes de maneira individual e coletiva. Este é o primeiro passo para que um indivíduo se torne autônomo em relação ao modo de produção capitalista e se emancipe economicamente.

No modelo de ensino proposto no projeto, os professores devem capacitar os sujeitos através de oficinas onde o conceito da sustentabilidade é aplicado de forma holística, contribuindo para irradiar valores que apenas a gastronomia pode proporcionar.

Tanto os valores colaborativos quanto os de respeito ao meio ambiente devem ser aplicados para formar e responsabilizar o indivíduo como cidadão.



PROJETO SOCIAL COZINHA E VOZ

Como exemplo de gastronomia sendo utilizada como forma de educação e inclusão social, aponto o projeto social "Cozinha e Voz", um modelo que conta com cursos voltados principalmente para cidadãos transem situações de vulnerabilidade social.

Em 2017, a chef ítalo-argentina Paola Carosella, em parceria com o Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT-SP) e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criou o curso "Cozinha & Voz".

Em uma sociedade onde, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), 90% da população transgênero recorre ao menos uma vez à indústria do sexo como fonte de renda e apenas 4 dos 10% empregados têm chances de crescer na carreira, a iniciativa é um exemplo positivo de política pública que tenta reverter esse cenário secular de exclusão.

No evento de lançamento do projeto, Paola disse que mais do que ministrar as aulas, ela quer fazer "com que as pessoas sintam-se acolhidas e que possam ter ferramentas e oportunidades para crescerem profissionalmente".

O Cozinha e Voz está estruturado em dois componentes. O componente Cozinha conta com a coordenação técnica da cozinheira Pao-

la Carosella e com o apoio de Neide Rigo e Fernanda Cunha. Já o componente Voz é coordenado pela atriz e poeta Elisa Lucinda e pela atriz e diretora Geovana Pires, sócias da Casa Poema. É composto por oficinas, nas quais alunos e alunas, por meio da poesia, criam novas ferramentas para a comunicação no trabalho e na vida.

O curso dura menos de dois meses, com nove aulas sobre as aptidões básicas do trabalho em uma cozinha de restaurante. O Projeto mobiliza ainda empresas para apoiar na empregabilidade das egressas e dos egressos do curso, uma das fases mais difíceis, já que é muito difícil garantir uma vaga de trabalho.

Desde o lançamento, foram capacitadas mais de 314 pessoas como assistentes de cozinha em diversas cidades do país, sendo que 70% delas estão empregadas em empresas ou montaram o próprio negócio no setor de gastronomia.

Para garantir a capacitação contínua e treinamentos essenciais em tempos de COVID-19, a OIT e o Ministério Público do Trabalho (MPT), realizadores do Cozinha & Voz, adotaram um plano de contingência para assegurar a profissionalização das alunas e dos alunos, com um método inédito de aulas online ministradas por meio de ferramenta de videoconferência, conversas virtuais e outras alternativas de conexão.



<fig. 20> Alunos do projeto Cozinha e Voz
(Fonte: maiscinco.com.br)

PROJETO FAVELA ORGÂNICA

Com o lema “devolver para a terra o que ela nos dá”, o Projeto Favela Orgânica é uma iniciativa pioneira que teve origem nas comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Surgiu em setembro de 2011, como fruto do olhar sensível e da iniciativa de Regina Tchelly.

Com os objetivos de modificar a relação das pessoas com os alimentos, evitar o desperdício, cuidar do ambiente e mostrar que é possível acabar com a fome, o projeto já levou suas oficinas e palestras para diversos estados do Brasil.

Sua missão é modificar a relação do ser humano com os alimentos, conscientizando as pessoas sobre cada etapa do ciclo da alimentação: começando do planejamento das compras e indo até o preparo e o descarte do alimento. Desta forma, possibilita a criação de hábitos e práticas alimentares responsáveis em relação ao meio ambiente e saudáveis para diversas famílias e comunidades.

Plantar ou planejar as compras, escolher os alimentos, preparar as refeições, consumi-las e cuidar minuciosamente dos resíduos são ações de extrema importância no projeto da Favela Orgânica.

Ao participar de suas oficinas e palestras, é possível ampliar a visão sobre o alimento, apren-

dendo a valorizar cascas, talos e sementes – que geralmente são descartados – como ingredientes e fontes de nutrientes. Os moradores locais, além de serem beneficiários diretos, também compram alimentos produzidos no projeto, o que ajuda em sua sustentação e na divulgação dentro da comunidade.

O Favela Orgânica também promove uma mudança na cultura de consumo e desperdício: compra-se menos e gera-se mais comida com a mesma quantidade de alimentos quando esses são aproveitados integralmente. As partes não aproveitadas na produção das refeições passam a serem vistas como matéria prima para a produção de adubo e não mais como lixo.

O termo “orgânica” que compõe o nome do projeto tem o sentido de valorizar a intimidade que nós seres humanos deveríamos ter com os alimentos que nos nutrem e a relação entre nosso corpo e a terra. O nome “orgânica” para o projeto quer lembrar o sentido de vida, de amor que é o de devolver para a terra o que ela nos dá com sabedoria.

O projeto ainda não conta patrocínio particular e nem do governo. Quando tem dinheiro em caixa, a equipe que trabalha com Regina é remunerada. São por volta de doze pessoas que, quando não há verba, doam seu tempo em prol do projeto.



<fig. 21> Fotos do projeto Favela Orgânica
(Fonte: organicsnet.com.br)

PROJETO CIDADES SEM FOME

Como último exemplo de projeto social, destaco a organização "Cidades sem Fome", que nasceu em 2004, na cidade de São Paulo, entre a Cidade Tiradentes, São Mateus, Itaquera e São Miguel Paulista. O seu objetivo é a integração social de grupos vulneráveis, utilizando como ferramenta de inclusão trabalhos de horticultura, que contribuem efetivamente na melhoria da alimentação das crianças e dos adultos das comunidades adjacentes.

O bairro São Mateus, localizado na Zona Leste, possui uma falta clara de espaços públicos abertos ou verdes. A população local é um misto de residentes de média e baixa renda e a maioria trabalha no centro da cidade e se desloca diariamente para o trabalho.

O trabalho de Cidades sem Fome consiste basicamente de organizar e manter hortas na comunidade e em escolas. Além de garantir a sobrevivência de algumas das famílias mais pobres, o que é único nessa iniciativa comunitária é que a maioria das hortas tem sido formadas em terrenos públicos e particulares negligenciados, como espaços de passagem normalmente reservados para uso de grandes empresas de serviços de utilidade pública.

O Cidades sem Fome atualmente está expandindo suas operações em algumas hortas comunitárias em São Mateus, de modo a permitir outras atividades que gerem renda. Novas iniciativas propostas incluem desenvolver produtos locais para vender para comunidades vizinhas, cozinhar, realizar eventos e oferecer refeições aos fins de semana, com objetivo educativo.

Uma dessas hortas se encontra sob a rede elétrica da AES Eletropaulo e tem um impacto local, verdejando 8.000 metros quadrados de terreno anteriormente vago, gerando renda para residentes locais, e fornecendo alimento orgânico a preços acessíveis para a comunidade. Também protege e mantém o terreno à volta das linhas de transferência da AES Eletropaulo.

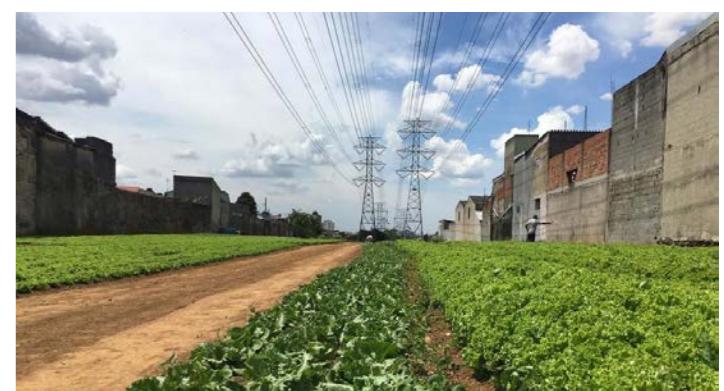
Para atender às necessidades das partes interessadas locais, e ao mesmo tempo projetar o futuro da iniciativa, uma equipe de designers chegou a um plano contendo cinco camadas a serem projetadas: o Telhado, o Banheiro, a Academia, o Playground e o a Horta Vai para Fora.

O telhado foi uma infraestrutura projetada para permitir que a horta funcionasse como espaço de eventos, o banheiro foi pensado como um sistema de compostagem para gerar fertilizantes para a horta, servindo também como ferramenta educativa, demonstrando o ciclo da natureza.

Já a academia é o esforço de se pensar a horta como um ginásio externo, uma vez que algumas atividades exigem esforços físicos. O playground se manifesta com instalações que ativam os elementos existentes na horta e são voltados para o entretenimento de crianças, como pneus, restos de madeira, areia, terra e os próprios produtos da horta.

Por fim, a proposta "a horta vai pra fora" consiste na construção de uma cozinha móvel, com o intuito de estender a horta para a vizinhança de inúmeras maneiras.

Em uma escala mais ampla, este projeto é concebido para servir de inspiração—não apenas para outras hortas gerenciadas pelo Cidades sem Fome, mas também para o resto da cidade. Ressalta o potencial de áreas subutilizadas para serem convertidas em espaços produtivos—de todas as formas: economicamente, socialmente e criativamente.



<figs. 22, 23 e 24> O telhado, o carrinho e a Horta de São Mateus, respectivamente
(Fonte: urbanxchanger.com)

6.3 A ECOGASTRONOMIA COMO FORMA DE APLICABILIDADE DA EA

A gastronomia, sendo a forma mais evoluída do ser humano relacionar-se com o seu alimento, tem o papel de aproximar a sociedade global, promover sustentabilidade por meio da produção de alimentos locais, da biodiversidade, transmitindo conhecimentos, e promovendo, consequentemente, o bem-estar social.

Hoje, os impactos econômicos, culturais e de saúde da gastronomia, assim como os impactos da agricultura extensiva sobre o meio ambiente, são altíssimos (YURTSEVEN, 2011, p. 17). É preciso reavaliar a maneira como se come e a gastronomia pode desempenhar um papel de aproximação social global.

Além disso, quando proposta de maneira sustentável, pode ensinar os valores culturais, a apreciação por comida de qualidade, o conhecimento sobre o ciclo de vida do alimento, a valorização do trabalho rural da localidade e o modo como os ingredientes de uma refeição foram produzidos e transportados até o prato (SCARPATO, 2002).

Tendo estas questões em vista, a Ecogastronomia surge como alternativa sustentável à prática da alimentação contemporânea.

O termo Ecogastronomia foi cunhado por Carlo Petrini, presidente do movimento Slow Food, e representa a união entre a ética e o prazer da alimentação. "É uma atitude capaz de combinar o res-

peito e interesse na cultura gastronômica com apoio para aqueles que lutam para defender os alimentos e a biodiversidade no mundo todo" (Slow Food Brasil, 2011, s.p.) e que apoia um novo modelo de agricultura, menos intensivo, mais saudável e sustentável, com base no conhecimento de comunidades locais.

O Slow Food é um ideal, um estilo de vida oposto ao que é vendido pelo fast food. Propõe uma filosofia de vida que valoriza o ato de nutrição, ensina os prazeres dos sabores e variedades de alimentos, reconhecendo as origens e os produtores responsáveis pelos alimentos, respeitando o ritmo das estações e os grupos sociais humanos (PETRINI, 2001).

A maioria dos autores que discutem estes temas (POLLAN, 2007; SINGER & MASON, 2007), escrevem contra o método de produção que foi instaurado para suprir as necessidades do consumo exacerbado nos padrões do *american way of life*. Tudo servido em grandes proporções, desperdício nos processos, sem preocupação com a origem e ou com as consequências das escolhas.

A solução proposta é a ética da alimentação ou uma gastronomia ética, que se preocupe em conhecer tais informações para tomar uma decisão consciente. O atual contexto social pede por uma nova ética, fundamentado na responsabilidade e na solidariedade com o futuro.

"Necessita-se de uma mudança fundamental na maneira de pensarmos acerca de nós mesmos, nosso meio, nossa sociedade e nosso futuro; uma mudança básica nos valores e crenças que orientam nosso pensamento e nossas ações; uma mudança que nos permita adquirir uma percepção holística e integral do mundo com uma postura ética, responsável e solidária"
(MEDINA; SANTOS, 1999, p.18)

Para Pollan (2007) comer além de um ato ecológico, é um ato político, pois "o que e como comemos determinam, em grande parte, o que fazemos com nosso mundo – e o que vai acontecer com ele" (p. 19). Por isso é tão importante conhecer cada detalhe deste ciclo, do campo à mesa, na produção, no comércio justo e em serviços de alimentação conscientes. Para ele, a maneira como o homem come representa seu compromisso mais profundo com o mundo natural.

"Diariamente, ao comermos, fazemos a natureza virar cultura, transformando o corpo do mundo nos nossos corpos e mentes. A agricultura fez mais para mudar a forma do mundo natural do que qualquer outra coisa que os seres humanos tenham feito, tanto no que diz respeito a suas paisagens, como à composição de sua flora e fauna. [...] Comer nos põe em contato com tudo aquilo que compartilhamos com outros animais, e com tudo o que nos mantém à parte. É algo que nos define"
(POLLAN, 2007, p.18).

Fica caracterizado aqui, portanto, a importância de mudar a preocupação que se tem com o que se come, de se questionar sobre a procedência dos alimentos e sua forma de produção.

Segundo Singer e Mason (2007), quanto mais pessoas considerarem suas opções alimentares como uma forma de ação política, questionando, por exemplo, se determinado alimento é cultivado sem agrotóxicos, se os trabalhadores rurais recebem pagamentos justos ou mesmo se animais sofrem desnecessariamente para produção de determinado alimento, estará se concretizando um movimento crescente em direção ao consumo ético da alimentação e à melhor aplicação da Educação Ambiental.

Os autores ainda sugerem a preferência por alimentos orgânicos, de produção local e de comércio justo. Tais produtos são tradicionalmente mais saudáveis, respeitam os ritmos da sazonalidade, consomem menos combustíveis fósseis e água, não usam agrotóxicos e nem ameaçam a biodiversidade local.

Apesar disso, a questão da ética e da alimentação sustentável ainda é um ideal e depende diretamente da ação política e social das pessoas. Por essa razão, é difícil estabelecer argumentos que convençam a todos do que é ético ou não na sua alimentação, se vale a pena alterar hábitos para atingir certos objetivos ou mesmo se existe realmente a possibilidade de quebrar esse antigo paradigma.

A educação e a informação são atualmente as ferramentas mais eficientes nesse processo de conscientização, e portanto, indispensáveis.

7. O PROJETO



7.1 DIRETRIZES DO PROGRAMA

Tendo a Ecogastronomia como possibilidade para o equipamento, estudei as formas de aplicabilidade da educação ambiental tanto em seu programa como um todo quanto em sua arquitetura.

O ciclo de vida do alimento deve ser considerado, e as práticas aplicadas devem desenvolver conhecimentos e habilidades interligados ao meio ambiente. Para contemplar todo o ciclo, os alunos terão a oportunidade de acompanhar e aprender sobre o plantio, o preparo dos alimentos, o consumo consciente e o reuso através da compostagem de resíduos orgânicos.



Para desenvolver o programa, usei como referência o **programa Ecoeficiência**, desenvolvido pelo SENAC Campos do Jordão e aplicado em seu curso de Gastronomia, que demonstrou resultados positivos tanto na conscientização dos alunos quanto sobre as questões que tangem o ciclo do alimento.

Este programa tem como objetivos implementar e aprimorar medidas voltadas à ecoeficiência, com ênfase no uso racional de recursos naturais, energéticos e materiais, na minimização da geração de resíduos e na maximização do reuso e da reciclagem.

Além do projeto realizado pelo SENAC, também utilizei como base as oficinas e aulas realizadas pelo **projeto Favela Orgânica**, no Rio de Janeiro.

Os conhecimentos do curso dado pelo projeto oferecem alternativa de renda para os moradores, além de serem uma atividade saudável e produtiva para as crianças e jovens no tempo em que não estão na escola. Tudo isso tendo o alimento como ferramenta de transformação social.

APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS - REeducação ALIMENTAR E GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS

A missão do programa é modificar a relação do ser humano com a alimentação, conscientizando as pessoas sobre as etapas do ciclo do alimento: desde o planejamento das compras passando pelo preparo do alimento até a destinação adequada de resíduos e rejeitos.

Deve-se contemplar a realização de aulas teóricas que abordem o tema do reaproveitamento de resíduos sólidos orgânicos, visto que várias ações podem ser realizadas com sobras de produções de alimentos não processados e que geralmente são descartados, como cascas, talos, folhas, e sementes.

USO E PLANTIO DE INGREDIENTES ORGÂNICOS E SAZONAIOS - OFICINAS DE HORTAS URBANAS

O que define os produtos orgânicos, nas palavras de Galvão (2006, p. 16), [...] é a ausência de agrotóxicos e fertilizantes químicos para o seu cultivo. Um pomar, uma horta urbana e uma estufa são propostos para o projeto, para incentivar e ensinar sobre as possibilidades de plantio de orgânicos.

Os alunos vão aprender sobre as formas de plantio e todos os cuidados necessários para manter hortas urbanas em peque-

nos espaços, uma alternativa para garantir autonomia alimentar e melhor a condição de segurança alimentar das famílias na cidade.

Além do uso dos ingredientes orgânicos planejados para a realização das aulas, é de suma importância para o meu projeto apoiar o pequeno produtor, sendo incentivada a realização de feiras orgânicas e livres no espaço do projeto, aberto para todos.

COMPOSTAGEM

Além das possibilidades de conscientização sobre a geração de resíduos sólidos orgânicos, é muito importante que os alunos desenvolvam o conhecimento de que os mesmos podem ser reciclados por meio de compostagem

Sobras pós-consumo constituem uma parte importante para a compostagem de resíduos. A compostagem é a maneira mais eficiente no que diz respeito ao manejo de resíduos sólidos, e deve ser ensinada tanto em aulas práticas quanto teóricas do centro proposto.

Essa técnica, segundo Santos (2006, p. 36), [...] é um processo natural de decomposição biológica de materiais orgânicos de origem vegetal ou animal, pela ação de microrganismos. Neste processo de reciclagem da matéria orgânica, o resultado final é um composto estável, similar ao húmus".

O valor nutricional desse tipo de adubo é inigualável, funcionando como condicionador de solo e melhorando as características desse para o uso durante o plantio de novos insumos.

ADOÇÃO DE TÉCNICAS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO

Técnicas para evitar o desperdício devem ser aplicadas nas aulas teóricas e práticas do programa, sendo algumas delas:

1. A reutilização do óleo de cozinha, produto com alto nível de contaminação. Se dispensado incorretamente, na rede de esgotos, pode causar entupimentos, exigindo, em alguns casos, o uso de produtos tóxicos para solucionar o problema.

2. Reaproveitamento da água: a água da chuva é reaproveitada por meio de coletores e usada para lavar as áreas do edifício, regar jardins, hortas e pode até mesmo ser utilizada para descargas dos banheiros.

3. Coleta Seletiva: os resíduos recicláveis são separados, identificados e recolhidos pelas empresas responsáveis. Os resíduos orgânicos são separados dos recicláveis e todos terão correto descarte ou reaproveitamento.

CULINÁRIA VEGETARIANA - *PLANT BASED*

O centro de Ecogastronomia deve conscientizar seus alunos sobre impactos ambientais. Tendo isso em mente, seu programa deve contemplar a propagação de uma alimentação baseada no vegetarianismo, possuindo incentivo e orientação sobre o consumo reduzido de produtos com origem animal.

Além de possuir benefícios para a saúde dos adeptos ao vegetarianismo e principalmente para o meio ambiente, a redução do consumo de carne ajuda também na redução de gastos, já que o quilo de carne é muito mais caro do que um quilo de grãos e legumes com alto teor de proteínas.

Uma vez que o pomar, a horta e a estufa não serão 100% suficientes para a produção do Centro, deve-se considerar a compra de insumos de produtores terceiros. Este tipo de compra deve priorizar os pequenos produtores da região, evitando comprar grãos e insumos de redes de super e hipermercados.

O incentivo ao pequeno produtor deve ser difundido como incentivo ao consumo de produtos orgânicos e como forma de melhorar a renda de famílias que vivem deste modo de produção na região de Ribeirão. Por esta razão, será incentivado a realização de feiras dentro da área da intervenção, valorizando o produtor e possibilitando maior alcance de sua produção.

OFICINAS DE ARTESANATO COM RECICLÁVEIS

Oficinas de artesanato a partir de materiais reciclados levam os participantes a pensarem sobre suas práticas diárias de consumo e descarte. A reutilização dos materiais visa geração de renda e redução de resíduos. O conteúdo das oficinas deve incluir a história da reciclagem, a reutilização consciente e fortalecimento econômico de práticas cooperativas de reciclagem.

OFICINAS INFANTIS

No projeto, devem ser realizadas oficinas para as crianças, uma vez que uma alimentação saudável pode possuir grande impacto quando ensinada logo nas primeiras fases da vida. As oficinas propostas ensinam as crianças à fazer versões mais saudáveis dos alimentos que costumam consumir.

De forma criativa as crianças são introduzidas a novas práticas alimentares e são levadas a conhecer novos sabores e princípios básicos da cozinha

PROGRAMA PROPOSTO

4 Salas de aulas teóricas (Capacidade total = 192 alunos)
11 Salas de aulas práticas (Capacidade total = 198 alunos)
6 Salas de demonstrações culinárias (Capacidade total = 222 alunos)
1 Cozinha pedagógica (Capacidade = 22 alunos)
Restaurante pedagógico (Capacidade de atendimento = 130 pessoas/hora)

Áreas de estar e redários

Áreas para a apresentação de trabalhos

Biblioteca/Cafeteria (Capacidade = 90 pessoas e 8 funcionários)

Memorial Matarazzo

Sala de professores

Administração

Enfermaria

Depósitos de insumos

Depósito de materiais recicláveis

Espaço para feiras livres

Estufas

Horta urbana orgânica

Pomar

Composteiras

Bicicletário

Banheiros

Almoxarifado

Cinemateca Gourmet (Capacidade = 140 pessoas)

2 salas de aula práticas do cinema (Capacidade total = 36 alunos)



7.2 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

O projeto desenvolvido buscou evidenciar a relação entre o novo e o existente, preservando a estrutura dos galpões e intervindo pontualmente em sua fachada, sendo que as intervenções externas buscam remeter à fachada original.

Houve um esforço para manter as características originais do edifício também em seu interior, uma vez que as intervenções propostas não são invasivas, e sim, se adaptam à grande quantidade de pilares presentes nos galpões. Procurei estabelecer uma aproximação pouco intervencionista, buscando ao máximo respeitar a configuração da estrutura original do edifício. O uso muda completamente, mas a sua integridade física permanece.

Para as novas intervenções, busquei referências projetuais catalogadas na exposição francesa "Un bâtement, combien des viés?", que categoriza as intervenções feitas em edifícios patrimoniais inutilizados ou considerados "banais" para a cidade.

Algumas das intervenções destacadas na exposição serviram como referências para o meu projeto, como o "Nave de la Música" em Madrid, uma intervenção que cria pequenas edificações dentro do edifício pré-existente, criando um jogo entre externo e interno, e trazendo a dinâmica da cidade para dentro de seu percurso.

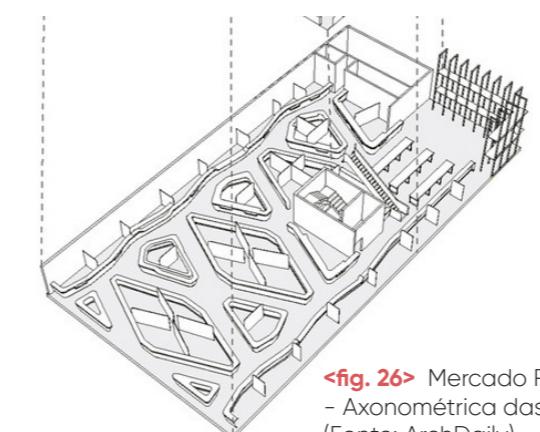
Essa dinâmica ocorre também em outro projeto que serviu de referência para este trabalho, o SESC Pompéia, de Lina Bo Bardi. Além da dinâmica exposta, o SESC Pompéia conta também com espaços de socialização e descanso que também serviram de inspiração para minhas intervenções. O refeitório merece destaque, uma vez que as grandes mesas que o configuram incentivam e afloram a sociabilização entre os participantes do espaço.

Para a elaboração do programa interno, baseei minhas escolhas no projeto Mercado Roma, projetado por Rojkind Arquitectos onde são criadas "ilhas" com diferentes tipologias para diferentes programas. Cada ilha representa uma utilização distinta, e o edifício é preservado ao máximo.

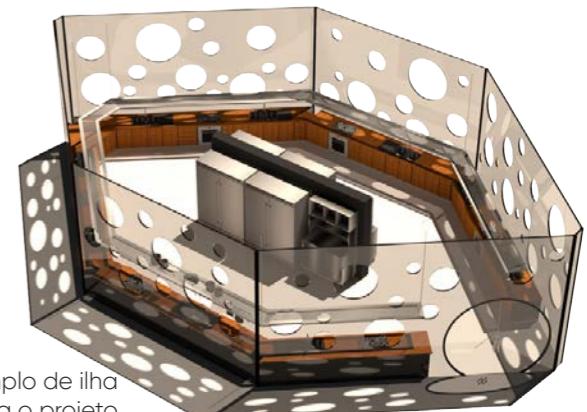
As colunas do edifício histórico servem de apoio e modulação para o projeto. Concebido como um espaço para abrigar expressões da rica cultura gastronômica contemporânea e mexicana, o Mercado Roma cria uma ênfase especial no sentido de comunidade e colaboração.



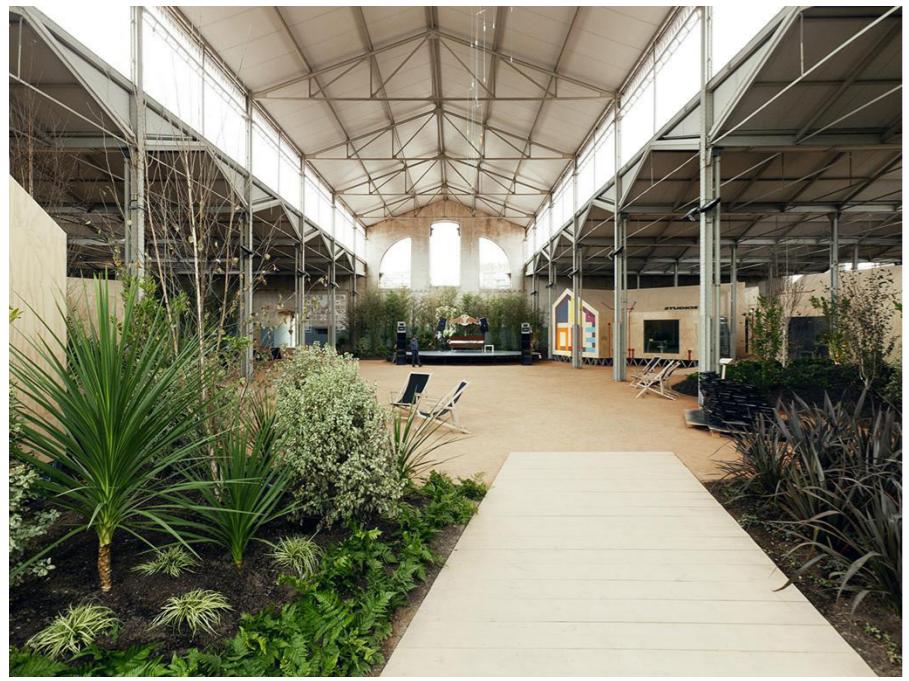
<fig. 25> Mercado Roma
(Fonte: ArchDaily)



<fig. 26> Mercado Roma
- Axonométrica das ilhas
(Fonte: ArchDaily)



Exemplo de ilha
proposta para o projeto



<fig. 27> Nave de la Musica, Madrid
(Fonte: Miesarch.com)



<fig. 28> Comedoria, SESC Pompeia
(Fonte: sescsp.org.br)

Busquei também referências em projetos de concursos de design para escolas de gastronomia e projetos ainda não realizados. Entre as propostas encontradas, destaco a *Culinary Arts School* de San Diego, e a *IF Factory*, do escritório MDRDV.

A *Culinary Arts School* foi concebida por estudantes da Universidade de Arquitetura e Design de San Diego, nos Estados Unidos e conta com o reuso adaptativo de uma estrutura já existente, buscando um novo design e programa para a mesma. A missão da escola é a de demonstrar como a culinária se baseia em circulação e eficiência.

A escola tem a pretensão de se tornar um ícone urbano que irradia um design verde, utilizando treliças já existentes para a estrutura de grande vão, cultivando ervas no telhado e utilizando uma fachada dupla de aço e vidro para controlar as condições de iluminação.

Ao criar uma transparência entre uso público e privado, cada um que anda pela estrutura deve tirar uma experiência de aprendizado arquitetônico e culinário única.

Todos esses elementos tem a intenção de promover o aprendizado nas interações diárias, enquanto as pessoas esperam no ponto de ônibus, interagem com o restaurante do térreo ou passeiam por sua praça comunitária.



<figs. 29 e 30> Render da Culinary Arts School
(Fonte: evolo.us)



fig. 31 Render da fachada da IF Factory
(Fonte: mrvdv.nl)

Apresentado pelo escritório de arquitetura MDRDV, o projeto da *IF Factory*, em Shenzhen, China, chamou a atenção por utilizar os mesmos princípios que pretendo para o meu projeto.

Ao invés de demolir e reconstruir, o projeto renova de forma sustentável um prédio fabril abandonado transformando-o em uma "fábrica criativa", contendo escritórios para o Instituto de Pesquisa Urbana da China.

No centro do projeto, uma escada pública proporciona aos visitantes uma visão das atividades internas e leva a um terraço denominado de "A Casa Verde".

A principal intervenção é uma simples limpeza e renovação do antigo. Utilizando novas técnicas de pintura, a estrutura antiga será tratada para resistir ao envelhecimento.

Isso preserva os traços da história do edifício, mantendo a moldura de concreto que se encontra exposta devido ao estado de degradação do edifício – em linha com os princípios da sustentabilidade e da economia circular.

As paredes exteriores dos novos escritórios são recuadas desta moldura para criar varandas perimetrais que permitem a circulação e o encontro casual com os colegas. As paredes são de vidro, enquanto os pisos dessas varandas incluem blocos de vidro que marcam as entradas do edifício.

A adição mais notável no design do MVRDV é uma grande escadaria pública, revestida em madeira para distingui-la do concreto e do vidro que caracterizam o resto do design.

As janelas embutidas na escada permitem vislumbrar o trabalho que está sendo feito nos escritórios, garantindo que este centro criativo ajude com transparência e permaneça conectado à vida da comunidade do bairro.

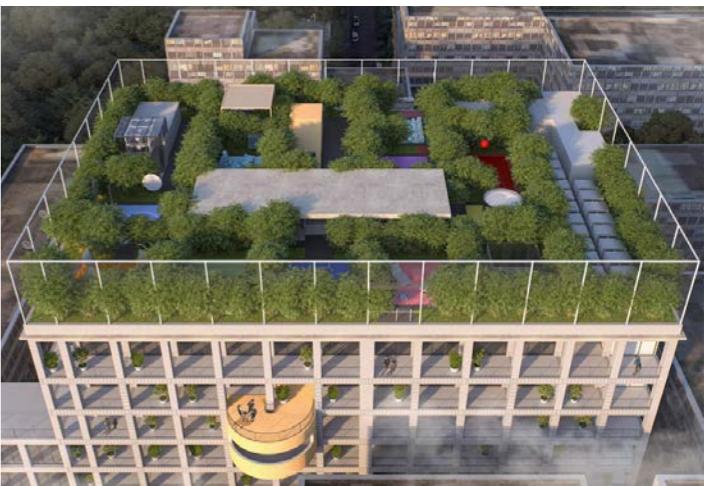
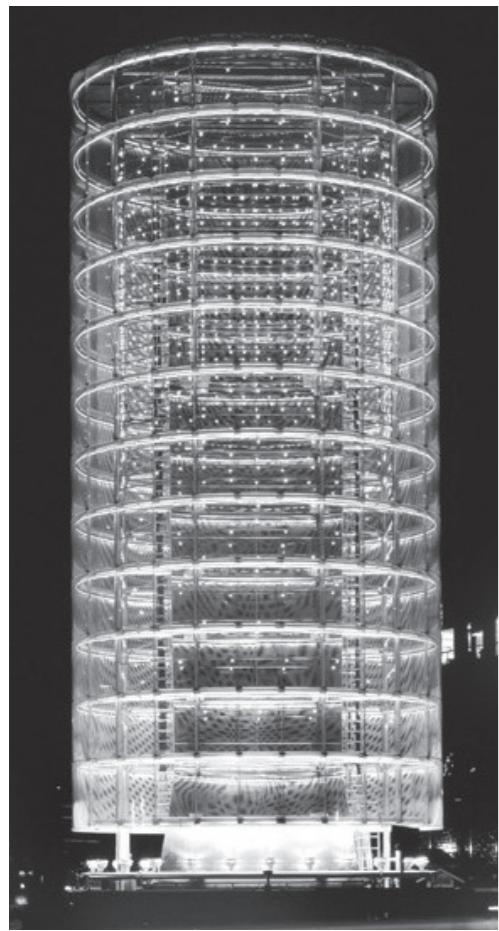


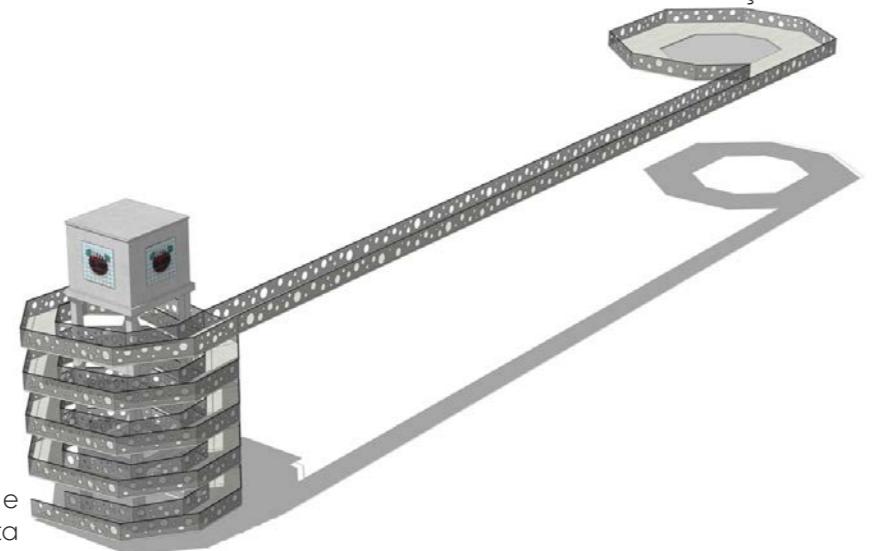
fig. 32 Render da "Casa Verde"
(Fonte: mrvdv.nl)



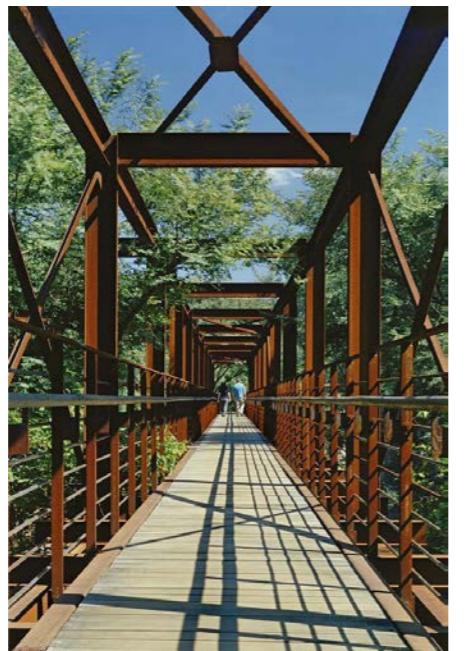
fig. 33 Render da escada central
(Fonte: mrvdv.nl)



<fig. 34> Torre dos Ventos
(Fonte: ArchDaily)



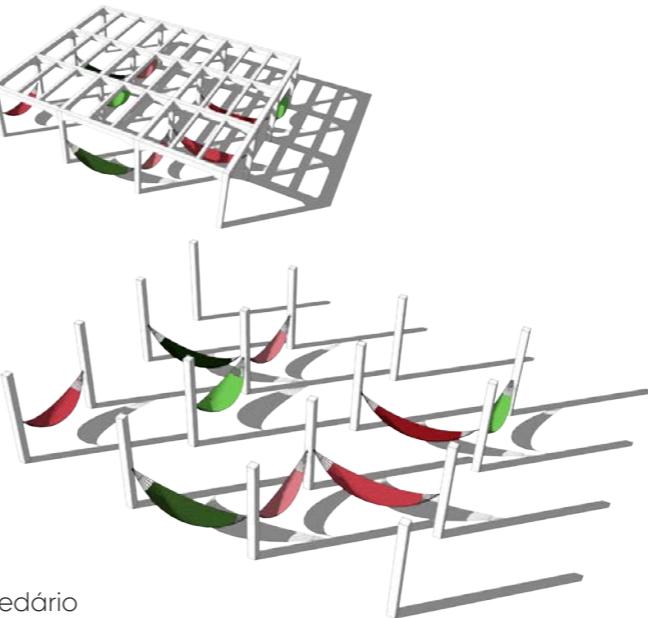
Caixa d'água e
passarela proposta



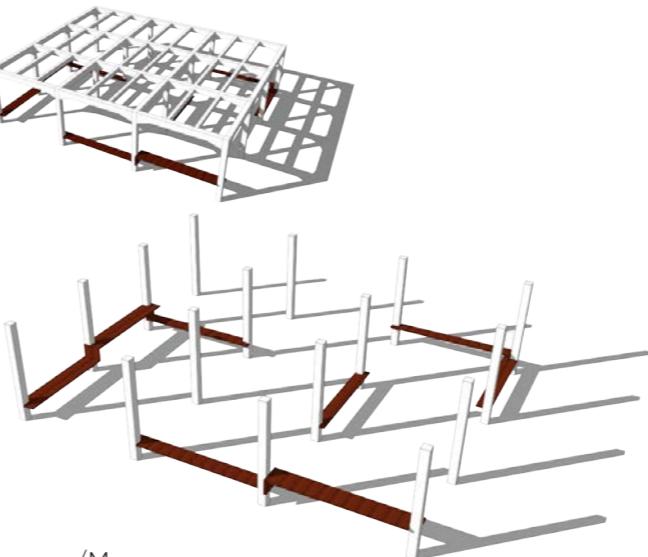
<fig. 35> Passarela Carandiru
(Fonte: ArchDaily)

Para manter a caixa d'água como elemento de memória e enfatizar sua presença, uma passarela foi desenhada ao seu redor, com guarda-corpos transparentes e um grande observatório com vista privilegiada para toda a cidade e também para o projeto como um todo.

Como referências, utilizei a Passarela Carandiru, no parque da Juventude e a Torre dos Ventos, de Toyo Ito, uma instalação que abraça uma caixa d'água com uma estrutura transparente, evidenciando a estrutura com uma intervenção moderna.



Redário



Bancos/Mesa

Para o desenvolvimento dos mobiliários, que se integram à estrutura, utilizei como referência a Mediateca de Sendai, também de Toyo Ito. Já a instalação artística de Hélio Oiticica, as Cosmococas, serviram como inspiração para o redário.



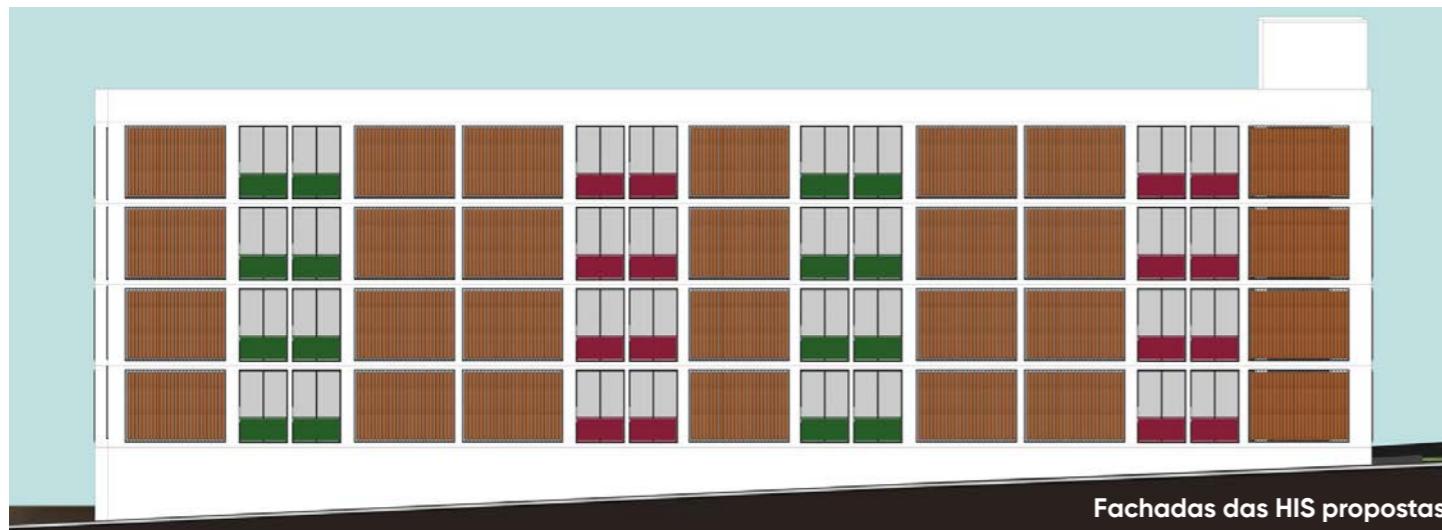
<fig. 36> Cosmococas
(Fonte: revistacarbono.com)



<fig. 37> Mediateca de Sendai
(Fonte: arquiscopio.com)



fig. 38> Residencial Corruiras
(Fonte: Arch Daily)



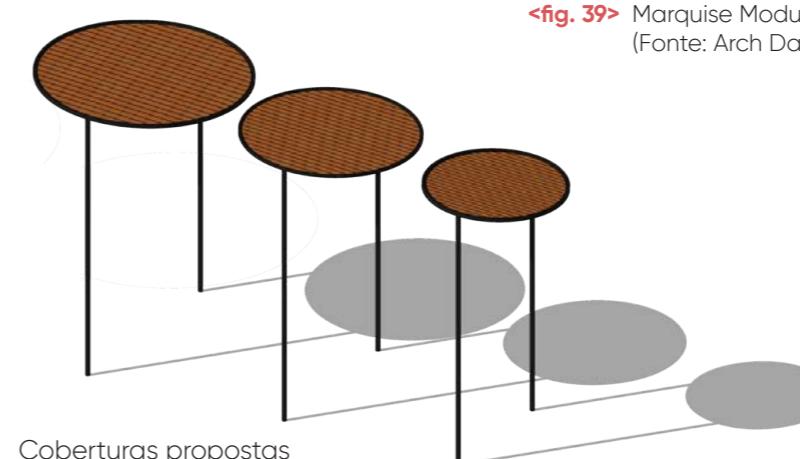
Para o desenvolvimento das fachadas dos prédios da Habitação Social, o Residencial Corruiras, de Boldarini Arquitetura e Urbanismo, em São Paulo, foi a principal referência.

O intuito foi o de dar vida às fachadas das Habitações Sociais, e ao mesmo tempo procurar caracterizá-las de modo a conversar com as escolhas projetuais do Centro proposto.

Para isso, os fechamentos com brises de MLC possuem o mesmo desenho dos brises nos galpões e as cores escolhidas para os guarda-corpos nas sacadas são cores predominantes no projeto.



fig. 39> Marquise Modular
(Fonte: Arch Daily)



A proposta das coberturas teve como principal referência o projeto de Marquise Modular, do escritório FGMF Arquitetos, em São Paulo. A sua proposta foi a de criar um espaço que fizesse uma sutil ponte entre o espaço externo e o interno.

Os elementos utilizados são modulares, industrializados, geométricos, mas a utilização deles de forma repetitiva, criam uma ocupação orgânica do espaço em harmonia com as árvores e jardins pré-existentes.

A proposta das coberturas para o Centro segue a mesma proposta do escritório, com o objetivo de criar espaços de estar entre as áreas internas e externas do projeto.

7.3 ASPECTOS CONSTRUTIVOS SUSTENTÁVEIS

São propostas aqui linhas gerais sobre os aspectos físicos com foco na sustentabilidade, a fim de fomentar o debate de forma a guiar o restaurador na busca por projetos que permitam ter um ambiente físico sustentável.

Deve-se lembrar que a sustentabilidade de uma construção não se restringe apenas aos seus impactos no meio ambiente, mas também deve prover o bem-estar de seus ocupantes (NUNES, 2012).

A construção sustentável é “[...] um sistema construtivo que promove alterações conscientes no entorno, de forma a atender as necessidades de edificação, habitação e uso do homem moderno, preservando o meio ambiente e os recursos naturais, garantindo qualidade de vida para as gerações atuais e futuras” (ARAÚJO, 2012).

Assim como na ecogastronomia, os materiais utilizados na construção devem ser locais, a fim de favorecer a paisagem da região, de integrar clientes com o meio e de diminuir a emissão de poluentes devido ao reduzido transporte.

Em um restaurante, segundo Araújo, a construção civil sustentável pode ser resumida em nove passos, sendo eles:

1. PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL:

Ser econômica, ter longa vida útil e conter apenas materiais com potencial para serem reciclados ou reutilizados. Sua meta deve ser resíduo zero.

2. APROVEITAMENTO PASSIVO DOS RECURSOS NATURAIS:

Aproveitar o sol, vento e vegetação, para promover conforto e bem-estar dos ocupantes, além de economizar recursos como energia e água.

3. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:

Resolver ou atenuar as demandas de energia geradas pela edificação, preconizando o uso de energias renováveis. Para alcançar essa eficiência, proponho a utilização de placas fotovoltaicas para a geração de energia solar, e aberturas na cobertura dos galpões, que permitirão a entrada de iluminação natural dentro dos edifícios.

4. GESTÃO E ECONOMIA DA ÁGUA:

Economizar a água; trata-la localmente e recicla-la, além de aproveitar recursos como a água da chuva. Para isso, proponho o uso da captação de águas pluviais através do telhado verde com um sistema laminar alto, que funciona para a reutilização de água de forma não potável. Entre os benefícios, destacam-se a retenção de água da chuva, o conforto térmico acústico, a diminuição da temperatura do micro e macro ambiente externo e a diminuição da amplitude térmica.

5. GESTÃO DOS RESÍDUOS NA EDIFICAÇÃO:

Ser eficiente na gestão dos resíduos gerados pelos usuários da edificação, por meio da compostagem por exemplo, no caso da gastronomia

6. QUALIDADE DO AR E DO AMBIENTE INTERIOR:

Prover excelentes condições termoacústicas, de forma a melhorar a qualidade de vida física e psíquica dos indivíduos

7. CONFORTO TERMOACÚSTICO:

Criar um ambiente interno e externo com elevada qualidade no tocante à paisagem local e à qualidade atmosférica e elétrica do ar



MLC
(COM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO E TRATAMENTO DE ÓLEO VEGETAL)



ALUMÍNIO PRETO



CONCRETO COM BAIXO TEOR DE CIMENTO



VIDRO AUTOLIMPANTE



FIBROCIMENTO COM CINZAS DO BAGAÇO DE CANA DE AÇÚCAR (+PIGMENTAÇÃO)

8. USO RACIONAL DE MATERIAIS:

Usar materiais que não comprometam o meio ambiente, a saúde dos ocupantes e que contribuam para promover um estilo de vida sustentável.

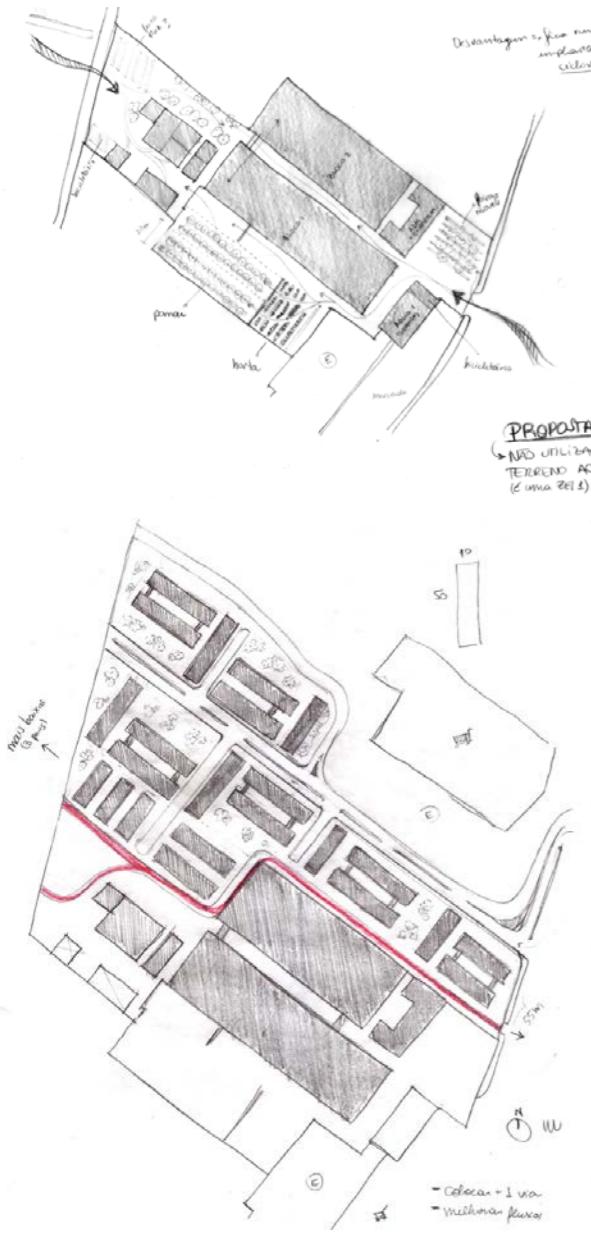
9. PRODUTOS E TECNOLOGIAS AMBIENTALMENTE AMIGÁVEIS:

Resolver localmente ou minimizar a geração de resíduos, que dissemine a consciência ambiental.

Quanto ao uso de materiais ambientalmente amigáveis, proponho a utilização de materiais com baixo impacto ambiental para as novas intervenções no edifício, sendo estes explicitados na tabela abaixo.

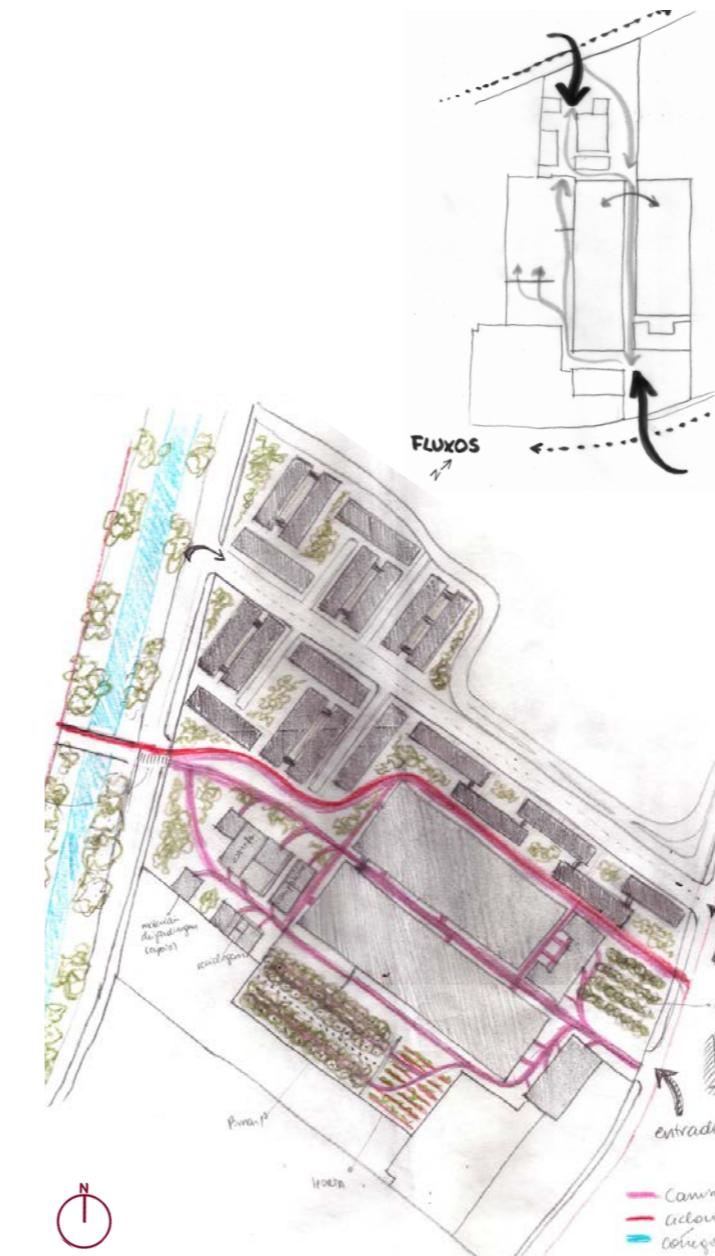
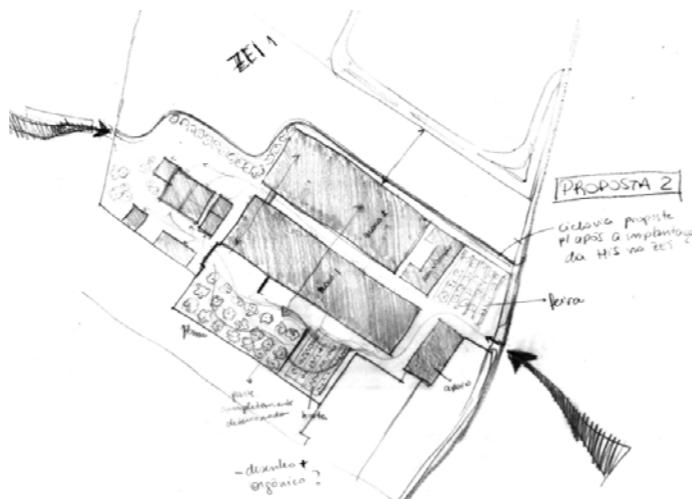
Mobiliário interno
Bries
Pergolados
Esquadrias
Estrutura de apoio coberturas
Calhas
Corrimãos
Articulações entre vidros
Pisos intertravados
Paredes das ilhas
Rampas e escadas
Marquises
Janelas
Guarda-corpos
Ilhas de aulas práticas
Vidros da cobertura
Mobiliário externo
Coberturas
Vasos da cobertura

7.4 PROCESSOS - DESENVOLVIMENTOS DE PROJETO



Inicialmente, os estudos contaram com uma aproximação de pouca integração com o entorno. Na proposta inicial, considerei a não intervenção no terreno ao lado, a ZEI. Além de limitar o trabalho, esta proposta não satisfazia totalmente minhas ambições para o projeto, uma vez que dificultaria a total integração com o bairro e continuaria a segregar socialmente o espaço.

Conforme os estudos foram avançando, passei a considerar a possibilidade de implantar uma Habitação Social no terreno adjacente. Deste modo, a intenção social do projeto teria possibilidade de se realizar com maior integração. Além disso, a ZEI se configura como uma conexão essencial entre o bairro e o projeto.



Após considerar os obstáculos, fluxos e condicionantes do entorno, cheguei à primeira proposta de intervenção para a ZEI. Apesar de ainda não considerar as linhas de força do projeto, esta proposta leva em consideração dois grandes desencontros urbanos que necessitavam ser solucionados: o córrego Ribeirão e a Avenida Eduardo Matarazzo.

Estas duas condicionantes são obstáculos na área para a passagem entre os bairros Ipiranga e Campos Elísios. Portanto, propus a construção de uma passarela sobre o córrego e a colocação de semáforos, para permitir melhor permeabilidade dos pedestres para a intervenção.

Além disso, considerei a abertura de uma rua para o acesso aos edifícios implantados e para o escoamento do fluxo das avenidas que contornam a área, tanto da Avenida Marechal Costa e Silva, que se localiza à sudeste, e da Avenida Eduardo Andrea Matarazzo, à noroeste.

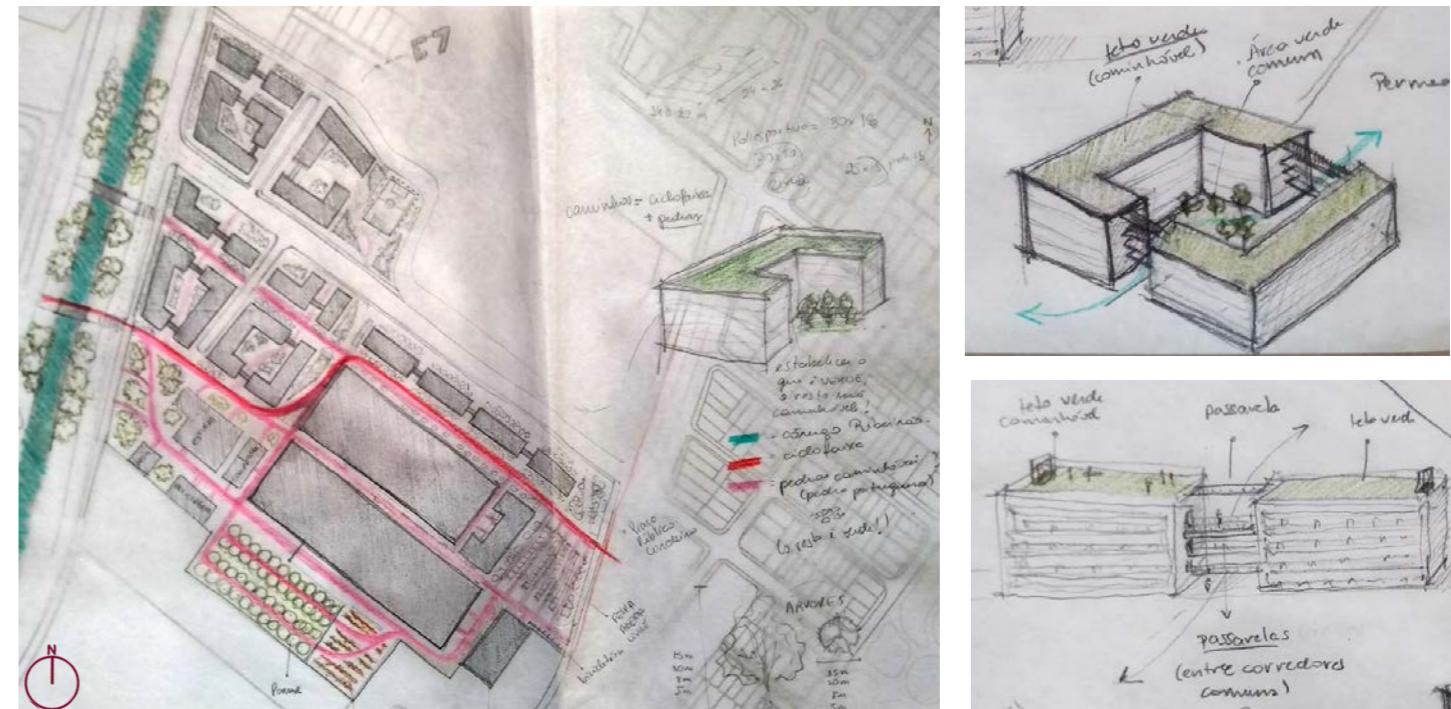


Após atendimentos sobre a proposta, passei a considerar os eixos de força presentes no local para desenvolver melhor a implantação das HIS. Nos rascunhos, os eixos em rosa são considerados os principais, onde existe o potencial para um fluxo intenso de pedestres. Tais eixos nortearam as propostas, que foram se desenvolvendo aos poucos.

Percebendo que a distribuição inicial dos prédios havia se estagnado e a proposta não considerava o terreno e fluxos que poderiam se configurar, passei a considerar uma nova possibilidade para basear seu desenho: as Manzanas de Cerdá.

Neste momento, houve uma nova elaboração para a implantação, levando em consideração não apenas os eixos de força da área, como também fluxos internos e possíveis configurações que viessem a caracterizar o espaço, considerando tanto a implantação do projeto principal, quanto o seu entorno e as sociabilidades pretendidas para o lugar.

A permeabilidade entre os edifícios proporcionou o estabelecimento de praças internas, que deverão ser utilizadas majoritariamente pelos moradores do conjunto. Há também a possibilidade dos prédios da HIS possuírem passarelas e coberturas verdes, caminháveis e comunitários, reforçando o sentido de sustentabilidade e integração social proposto pelo projeto.

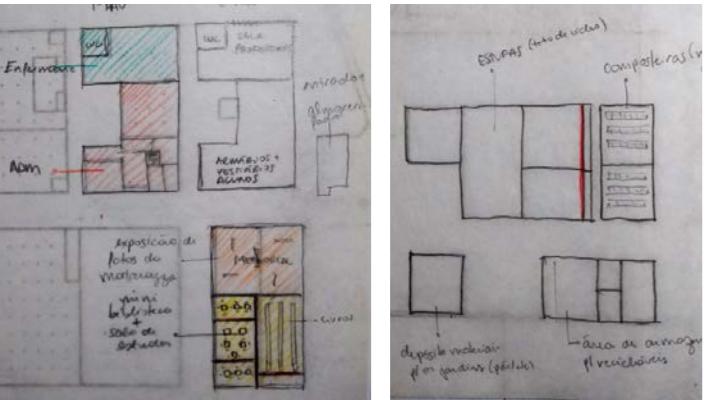
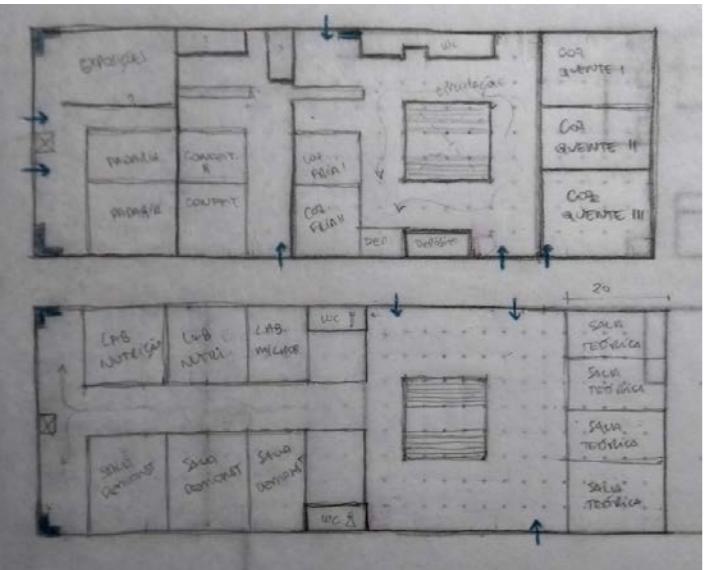


Após diversos estudos, cheguei à um resultado consolidado que atende à diversas questões colocadas durante os desenvolvimentos projetuais.

As "manzanas" configuram espaços de sociabilidade e se integram ao projeto do centro a partir de caminhos, evitando assim uma possível segregação dos moradores. Além disso, não se comportam como algo que pode ser encaixado em qualquer outro local, pois levam em consideração o entorno, o desenho do terreno e também os obstáculos urbanos a serem superados neste recorte, como o córrego e as Avenidas.

Foi determinado que os gabaritos dos prédios de HIS não passarão de 13 metros de altura, para que a visão para a cidade de quem se encontra na cobertura dos galpões não seja obstruída.

Os caminhos para pedestres foram configurados a partir de um estudo de fluxos, e a ciclovia proposta integra duas já existentes, sendo assim uma intervenção não pontual, que considera o existente nas proximidades.



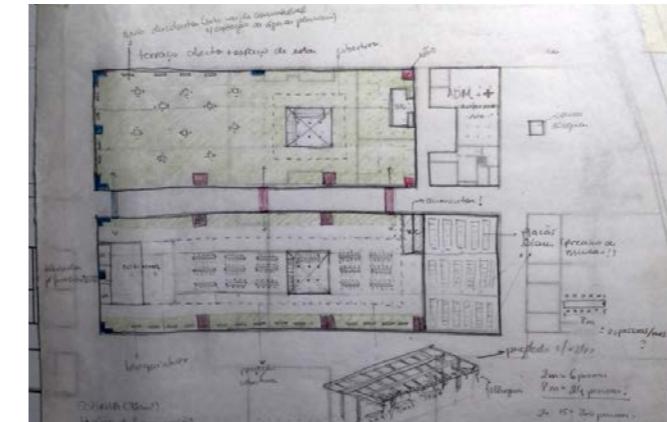
Após a finalização do estudo de massas para a implantação de habitações sociais na ZEI, parti para os estudos de distribuição do programa interno da intervenção.

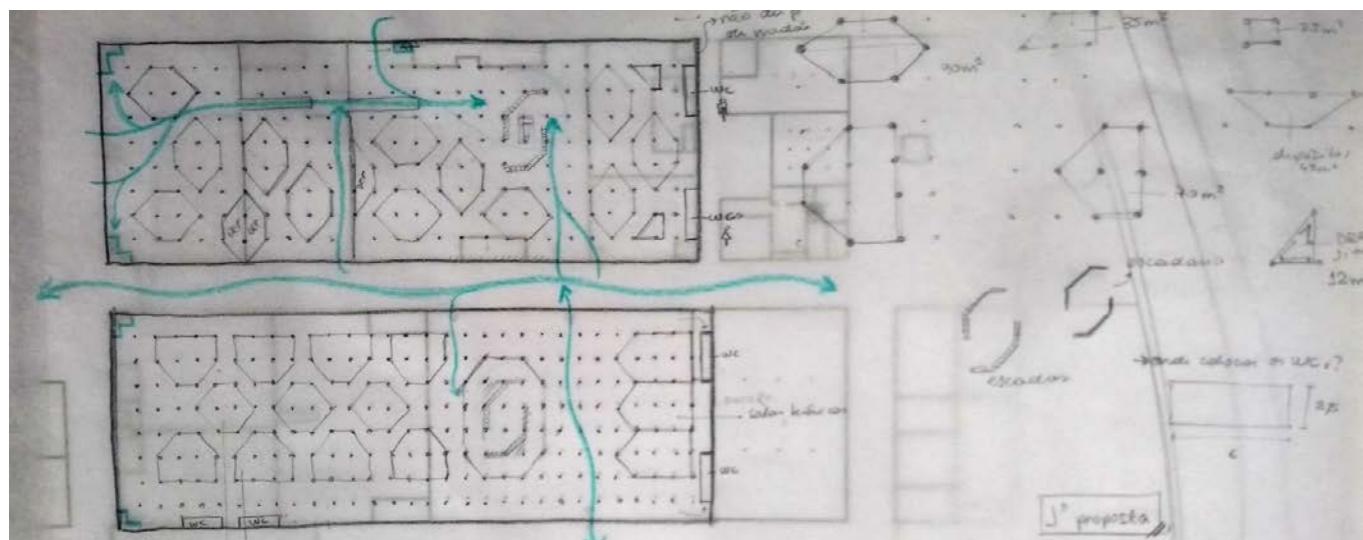
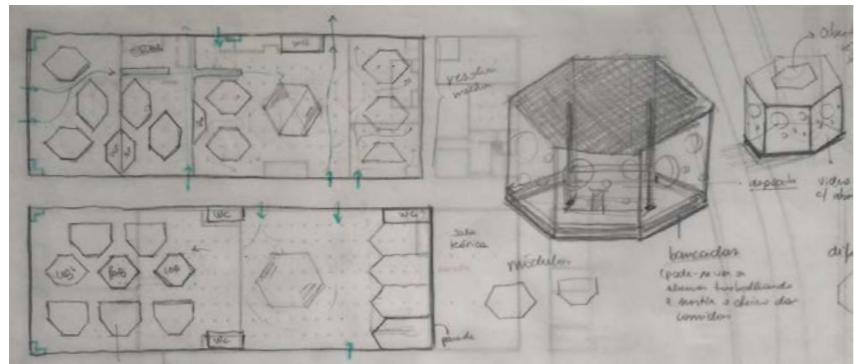
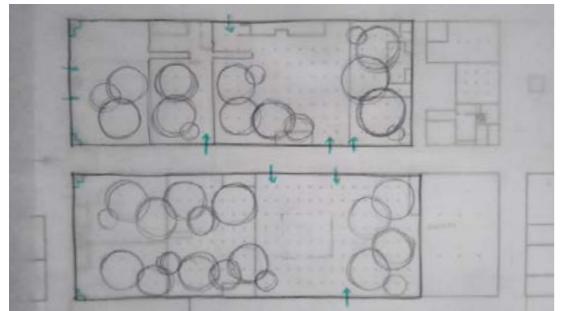
Os primeiros estudos seguiram uma configuração tradicional. As salas de aula foram distribuídas separadas por programa. Este tipo de distribuição "convencional" se mostrou problemática, uma vez que ela impede a permeabilidade dos fluxos dentro dos galpões, e obstrui a visibilidade através das janelas, que são um elemento importante do projeto.

Considerei também um grande espaço de circulação e acesso à cobertura no momento em que os fluxos se cruzam, onde se instalará um marco visual como uma grande rampa e garantirá melhor circulação de ar e entrada de luz natural.

Nos anexos dos galpões, distribui a estufa, depósitos de materiais e insumos, armazenamento de recicláveis e uma área para composteiras.

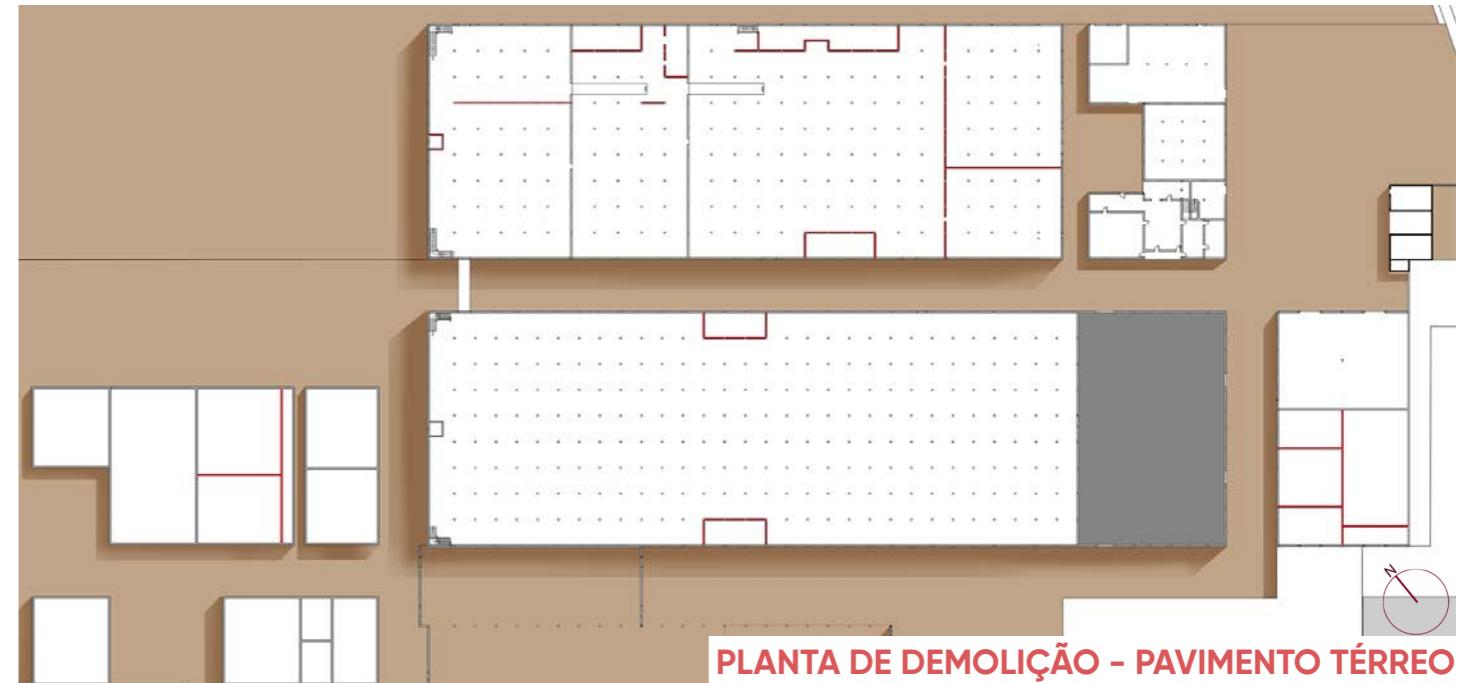
Nas edificações frontais, proponho o estabelecimento da administração, enfermaria, sala de professores, vestiários e armários dos alunos. Também proponho a implantação de uma biblioteca/cafeteria, um almoxarifado e um memorial com exposições sobre a antiga fábrica Matarazzo.



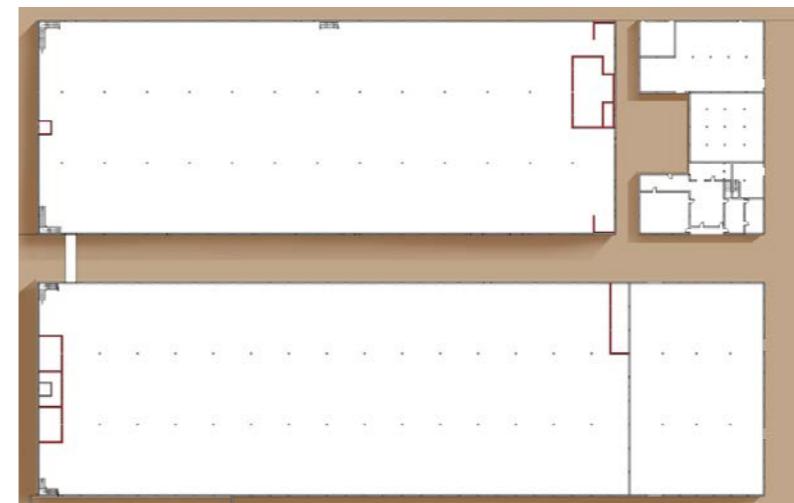


Após estudar as possibilidades para a implantação do programa e procurar por novas referências, cheguei ao modelo de "ilhas" com diferentes tipologias para abrigar o programa. Tendo como base o projeto "Mercado Roma", de Rojkind Arquitetos.

Este tipo de distribuição permitiu maior permeabilidade no projeto, uma vez que não obstrui as janelas, e nem os possíveis fluxos internos, permitindo também a criação de espaços intermediários, que articulam as áreas entre as ilhas.



PLANTA DE DEMOLIÇÃO - PAVIMENTO TÉRREO



PLANTA DE DEMOLIÇÃO - COBERTURA

Para a implantação do programa, considerei a demolição de algumas paredes presentes nos galpões e anexos. Grande parte delas se encontra em estado crítico, depredadas e com muitos buracos, correndo risco de desabarem. Apenas o subsolo do Galpão 2 não sofreu interações deste tipo.

A justificativa para este tipo de intervenção é permitir maior permeabilidade dos fluxos, acomodação de equipamentos e melhoria na ventilação e luminosidade dos espaços, além de evitar possíveis acidentes.

DIAGRAMAS DE ESTUDO



Para o desenvolvimento das áreas externas livres, foram desenvolvidas coberturas que caracterizam os espaços de encontro. A partir de um estudo de fluxos, determinei as áreas que possuem maior potencial para se caracterizar como áreas de estar. Essas áreas articulam-se com a ZEI e não retiram a força dos principais eixos já existentes no projeto.



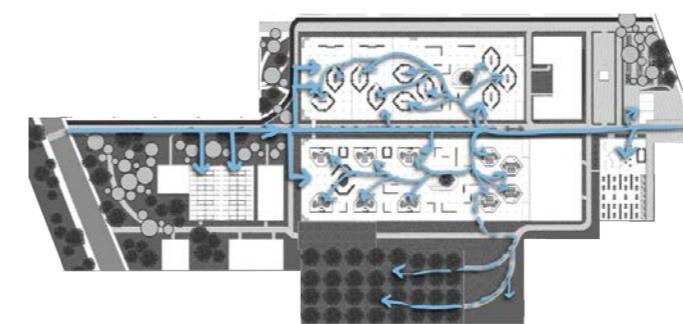
A materialidade das coberturas consiste em placas vincadas de fibrocimento, e sua estrutura de apoio metálico possui um perfil em "U", funcionando como calha, e inclinação de 3% pra evitar o acúmulo de água. Elas possuem tamanhos fixos pra facilitar sua fabricação e alturas diferentes pra se adequarem à topografia.



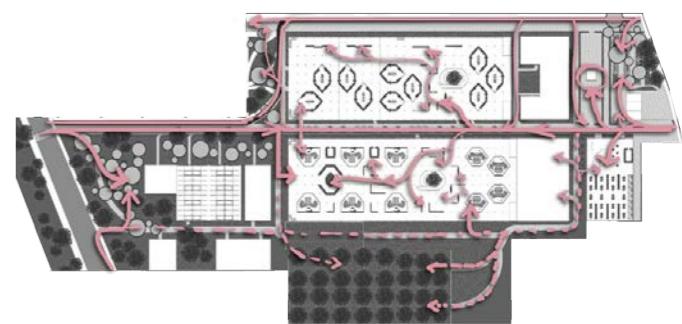
Para enfatizar a caracterização deste pequeno sistema de áreas livres que se estabeleceu e estendeu o programa para a área externa, o piso abaixo das coberturas foi desenhado a partir da projeção de seu desenho no chão. As novas geometrias indicam estes espaços com um piso de textura colorida e um rebaixamento de apenas 2cm em relação ao piso dos eixos principais de circulação.



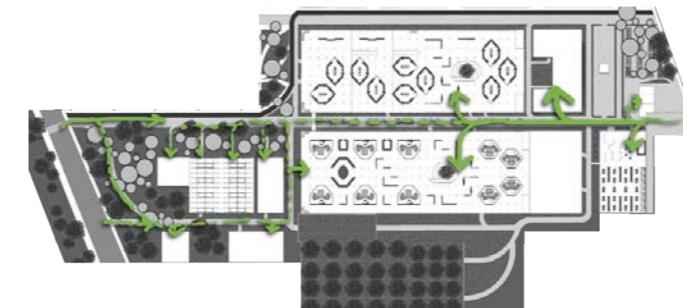
Neste momento também foi definida a colocação de uma ponte atravessando o córrego Ribeirão, articulando os dois bairros existentes e possibilitando a passagem de pedestres e ciclistas. Essa ação foi seguida da colocação de faixas para pedestres, que não existem no local e seriam necessárias para a intervenção. Na área do córrego, também foi projetada uma calçada, inexistente no local atual.



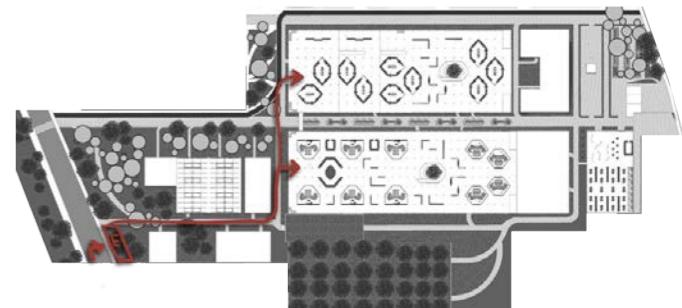
Fluxo Alunos



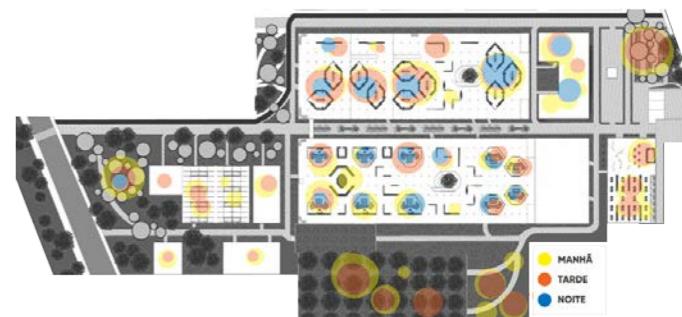
Fluxo Visitantes



Fluxo Funcionários



Fluxo Descarregamentos



Estudo do uso ao longo do dia

Tendo fixado o programa e a distribuição das ilhas, para consolidar o desenvolvimento da proposta final, foram feitos diagramas e estudos de fluxos para cada tipo de usuário da intervenção, como alunos, funcionários e visitantes.

Analisei também o uso ao longo do dia para estabelecer horários de funcionamento de cada área do centro. Isso serviu para que houvesse um melhor entendimento do fluxo ao longo do tempo e para estabelecer a localização de acessos e áreas de carga e carga/descarga.

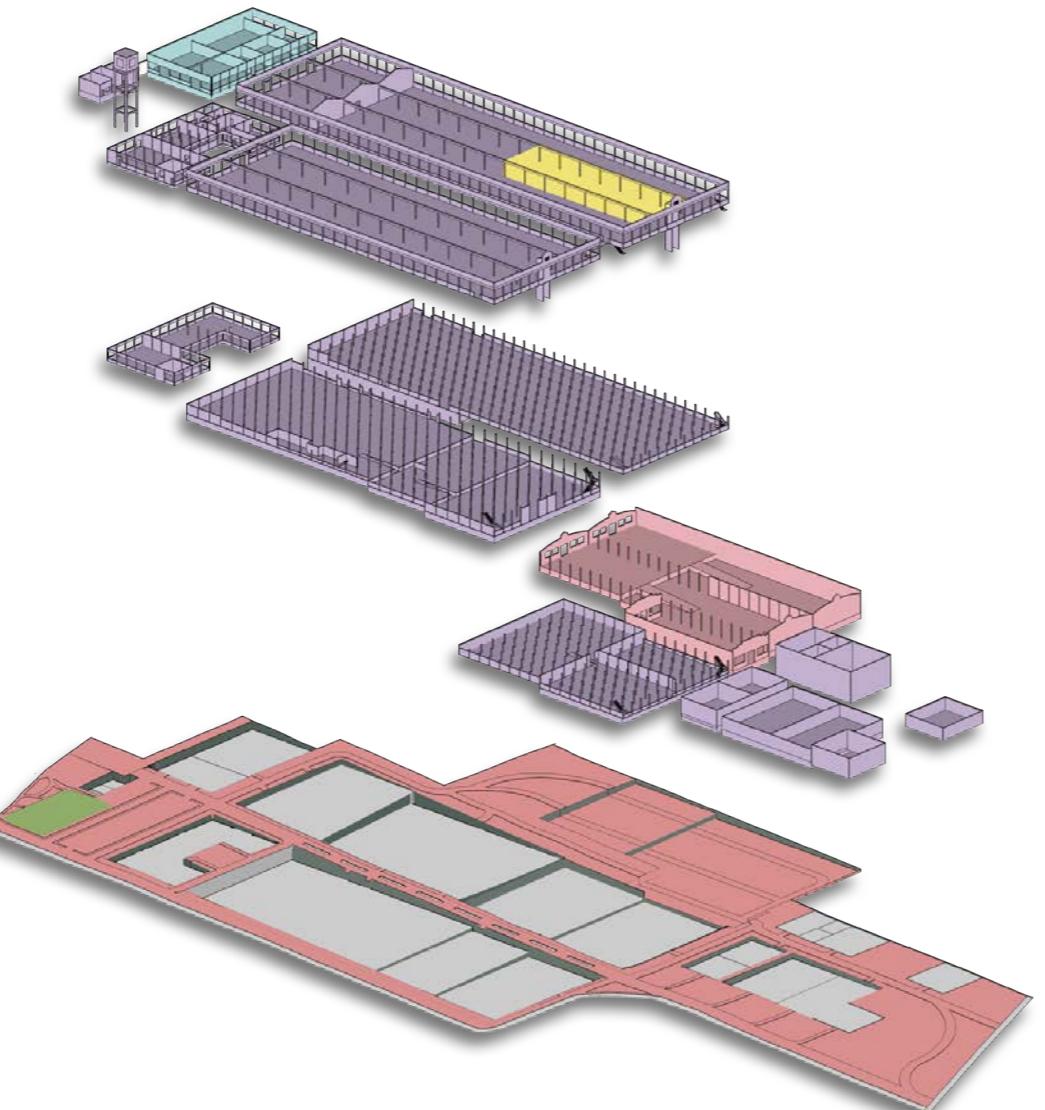
08h às 18h
cafeteria
biblioteca

10h às 18h
restaurante pedagógico

08h ás 20h
galpões
depósitos
estufa + composteira
administração
almoxarifado
cinemateca

10h às 16h
feiras livres

sempre aberto
áreas de estar externas
pomar
horta orgânica
passarela



O desenvolvimento mais detalhado da lista do programa foi importante para definir a quantidade de alunos que o centro vai poder atender, a definição de turmas, horários do curso, capacidades, quantidades de ilhas necessárias e horários de funcionamento em cada dia da semana.



SEGUNDA À SEXTA

- **SALAS DE AULA TEÓRICAS: 4**
Capacidade = 48 alunos
Total = 192 alunos
- **SALAS DE AULA PRÁTICAS: 12**
Capacidade = 18 alunos
Total = 216 alunos
- **SALAS DE DEMONSTRAÇÃO: 6**
Capacidade = 48 alunos
Total = 294 alunos
- **TOTAL = 2.106 alunos/dia**

SÁBADO

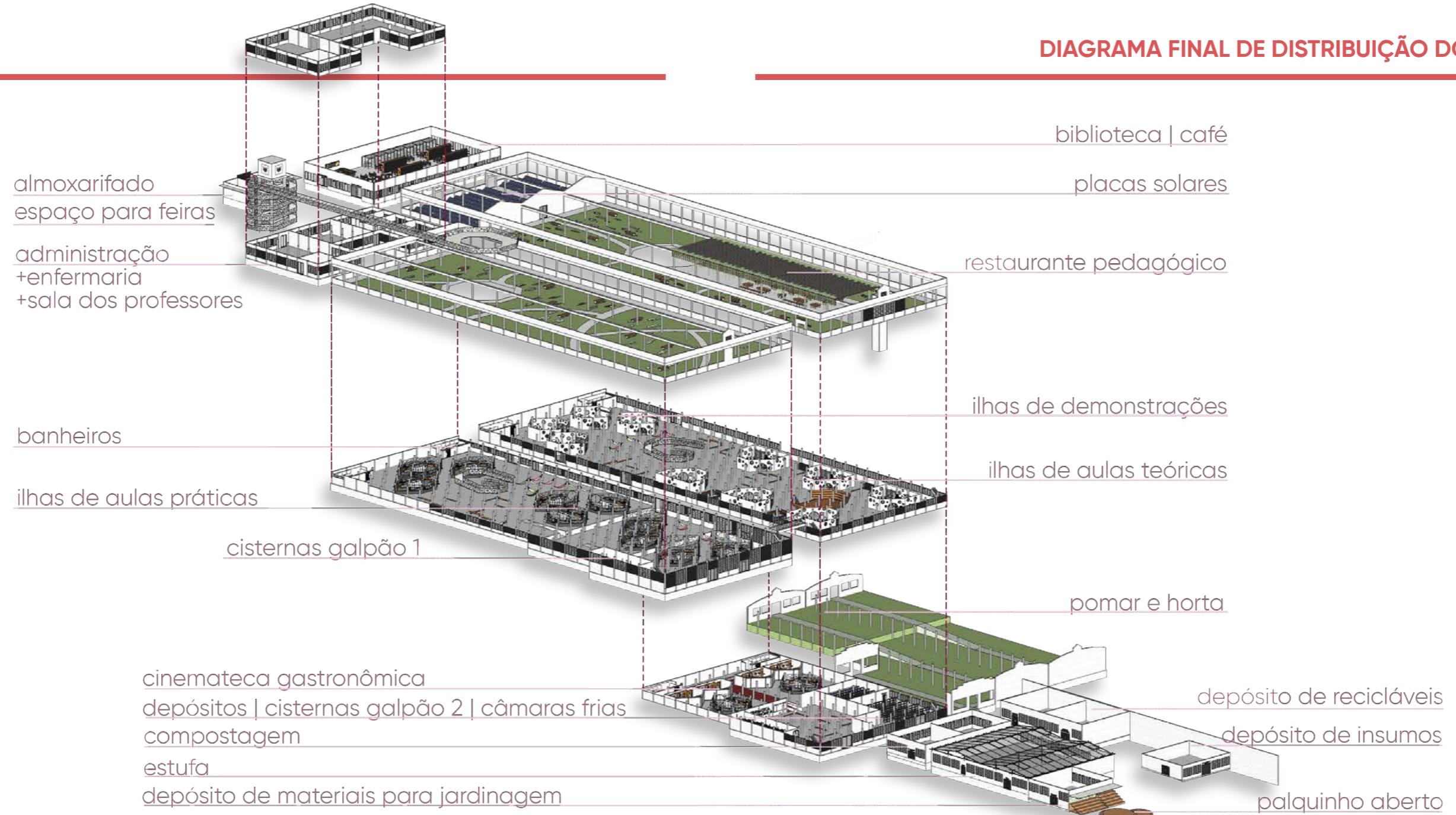
- **RESTAURANTE PEDAGÓGICO**
Capacidade da cozinha = 22 alunos e 2 professores
Capacidade do restaurante = 130
Considerando 8h de funcionamento = 2100 refeições/dia

DOMINGO

- **AULAS - 3 turmas/dia**
08h ás 12h
12h ás 16h
16h ás 20h
- **DURAÇÃO DE 4h**
1h de aula teórica
1h de demonstração
2h de aula prática

1x por semana = 4h no restaurante (22 no período das 10h ás 14h e 22 das 15 ás 18h)

DIAGRAMA FINAL DE DISTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA



7.5 PROPOSTA FINAL



ÁREA DO TERRENO:

36.820m²

ÁREA DOS GALPÕES:

5.465m² + 6.967m² = 12.432m²

ÁREA EDIFICADA DOS GALPÕES:

27.808,5m²

ÁREA DOS ANEXOS:

3.791m² + 2.050m² = 5.841m²

ÁREA TOTAL EDIFICADA:

17.248m² (46,8%)

ÁREA DA ZEI:

34.782m²

ÁREA EDIFICADA:

9.867m² (28,3%)

TO = 28% (máx. permitido pelo PD = 70%)

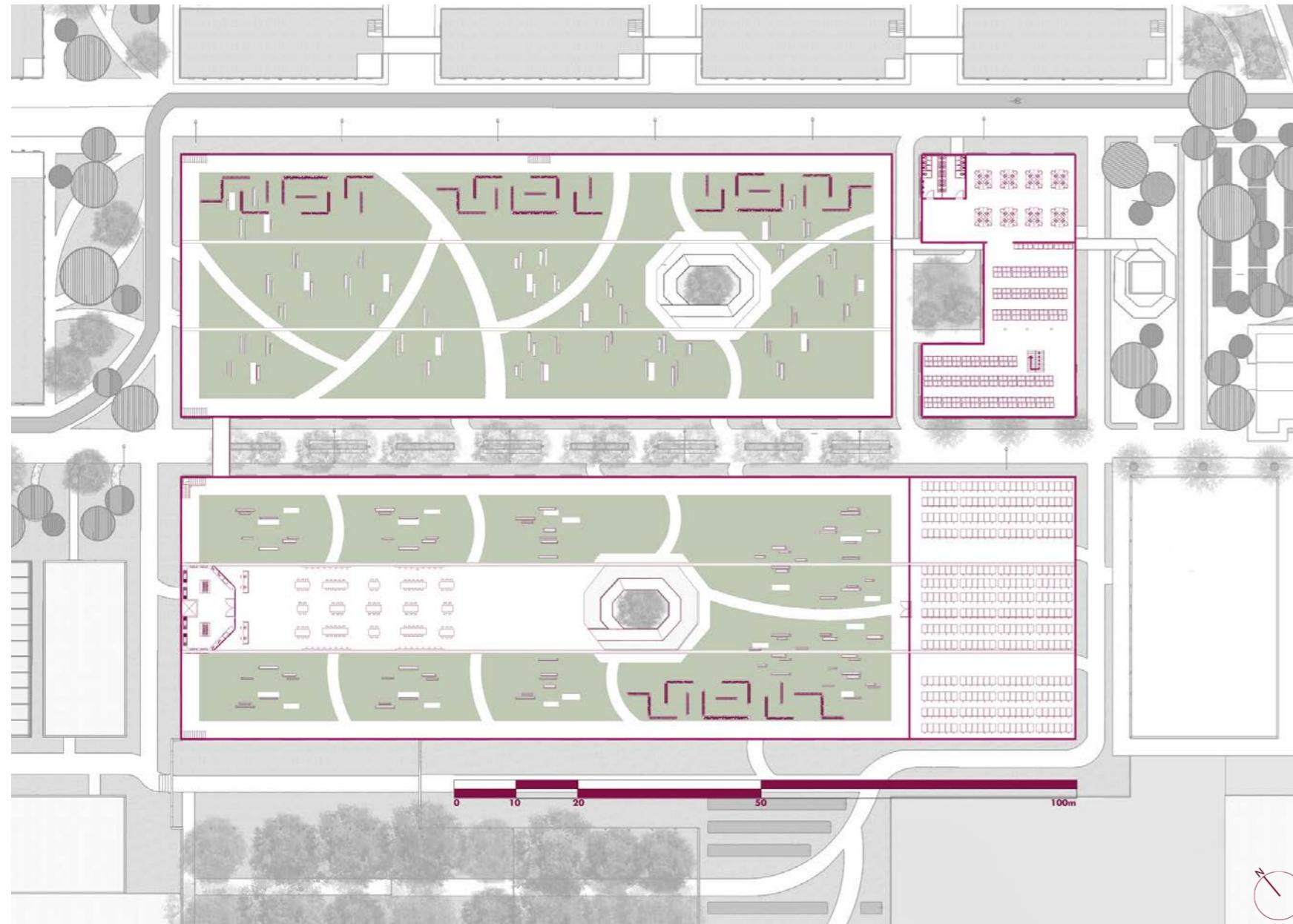
CA = 1,01 (mín. permitido pelo PD = 1,0)

DENSIDADE HABITACIONAL: 457 hab/ha

GABARITO MÉDIO: 4 pavimentos

Nº DE UNIDADES HABITACIONAIS: 400
(aprox. 1500 pessoas)

PLANTA DA COBERTURA

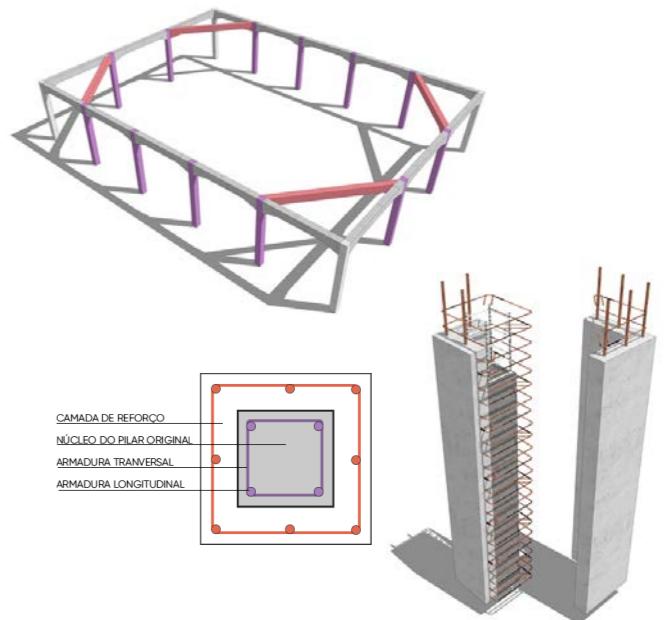
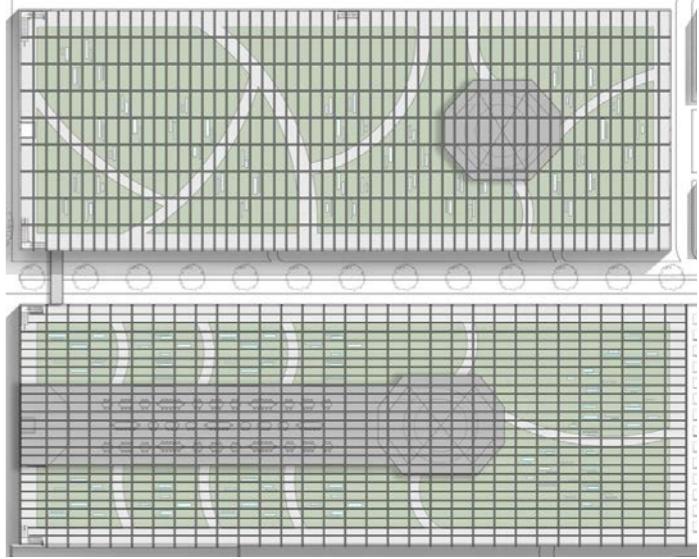


Na cobertura, o desenho proposto maximiza as áreas permeáveis, e as aberturas foram determinadas em formatos retangulares, sempre acima das ilhas para auxiliar na entrada de luz e na ventilação natural e respeitando a localização das vigas para que a estrutura não seja comprometida (imagem à direita).

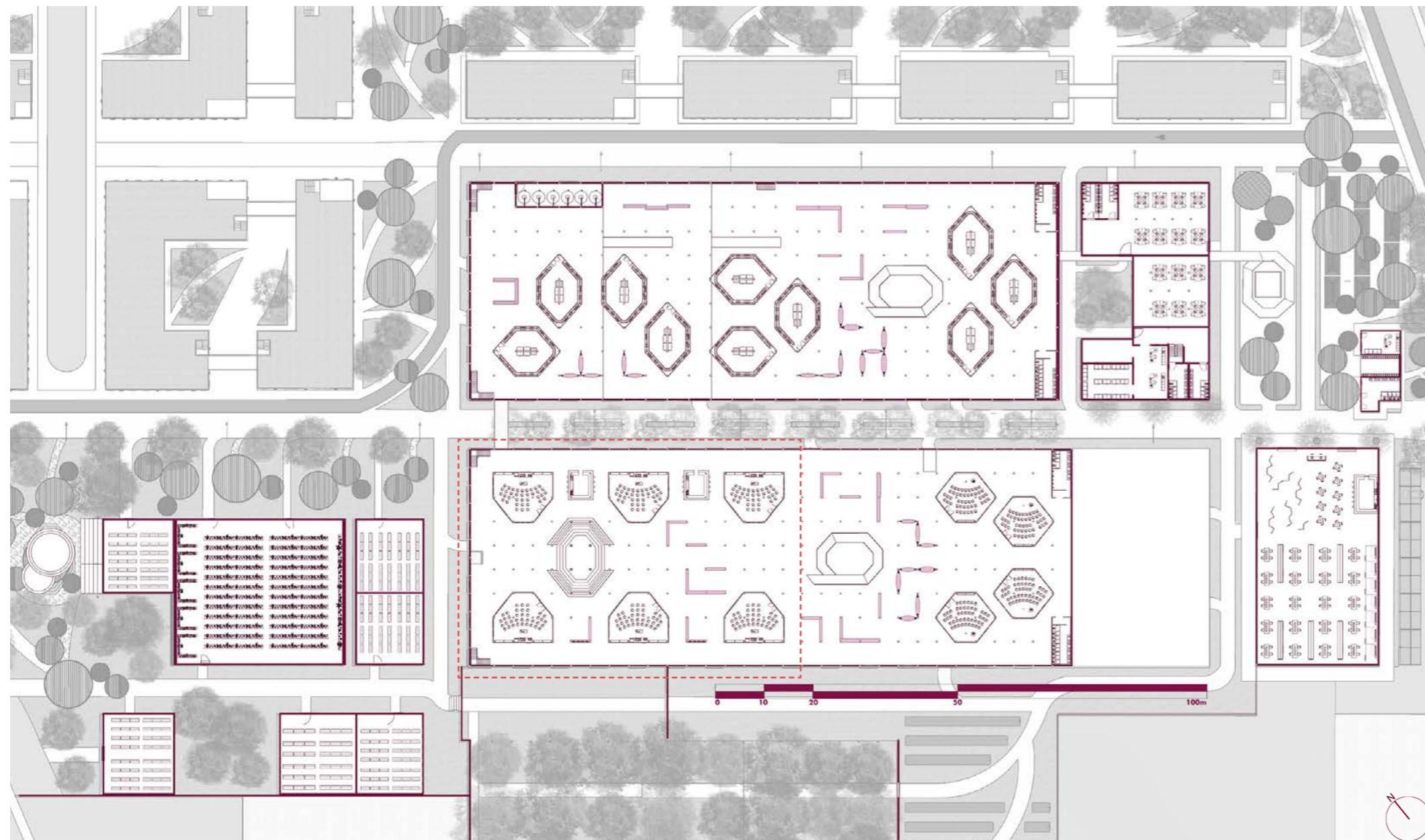
Como a maior parte destas vigas já não possuem a mesma sobrecarga de antigamente, pode-se considerar que tais cortes não resultarão em fissuras ou rompimentos na laje.

Já as grandes aberturas são intervenções que acabam por cortar vigas e aumentar a carga de alguns pilares. Sendo assim, para evitar possíveis comprometimentos estruturais, proponho a instalação de um anel de reforço ao redor destas aberturas e a agregação de um perfil metálico nos pilares das bordas.

No diagrama à direita, em roxo estão sinalizados os pilares que receberão reforços, e em rosa estão as novas vigas a serem introduzidas para que se forme o anel.

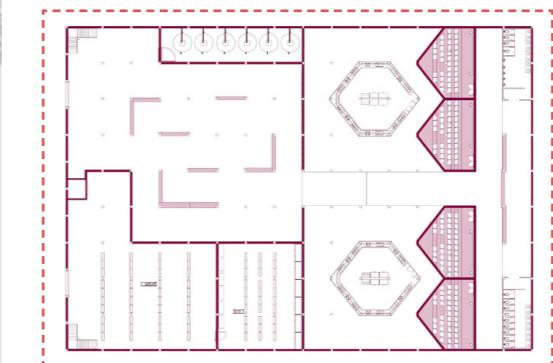


PLANTA PAVIMENTO TÉRREO



No pavimento térreo, a proposta considera a distribuição das ilhas a partir de seu programa. As aulas práticas serão realizadas no galpão 1, enquanto as aulas teóricas e de demonstração serão realizadas no galpão 2. Os espaços intermediários que aparecem entre as ilhas são aproveitados como espaços de estar, sendo eles articulados em ilhas de cafeterias, redários, bancos, bibliotecas comunitárias e áreas para a degustação e apresentação de trabalhos dos alunos. Os pilares são aproveitados como ponto de apoio para todos os mobiliários internos.

Por fim, o programa do subsolo abriga o depósito de insumos, as cisternas e um cinema gastronômico. A proposta consiste em um cinema com 4 salas de exibição, de capacidade para 30 pessoas, e 2 ilhas de aulas práticas. Os filmes exibidos são todos relacionados com gastronomia



PLANTA
SUBSOLO

Os alunos dessa aula farão pequenas porções de pratos relacionadas com os filmes exibidos, que são entregues aos visitantes em bandejas antes do início da sessão. A idéia é integrar a gastronomia com a produção audiovisual, fazendo desta uma experiência multissensorial.

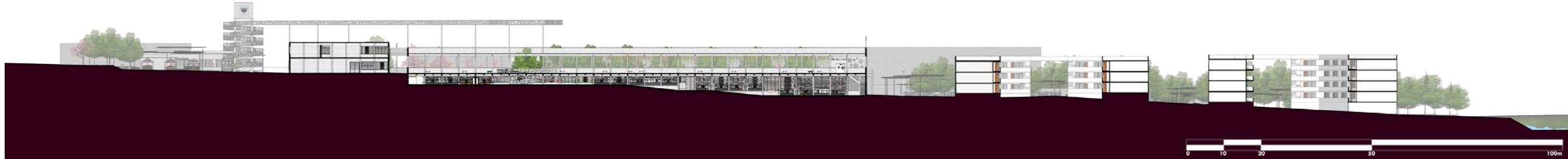
CORTES



CORTE AA'



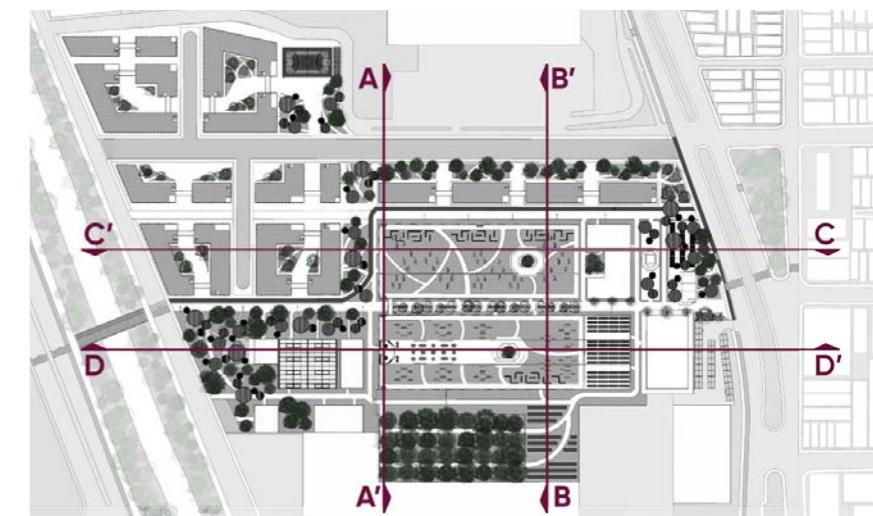
CORTE BB'



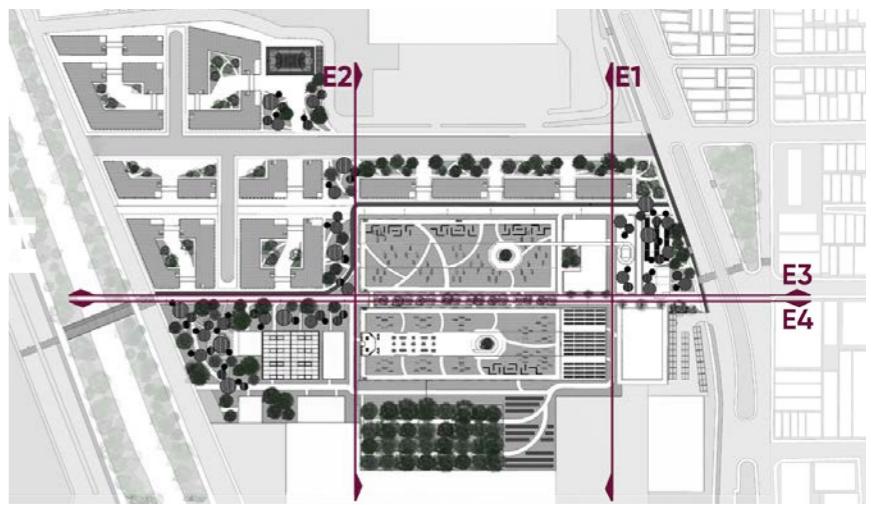
CORTE CC'



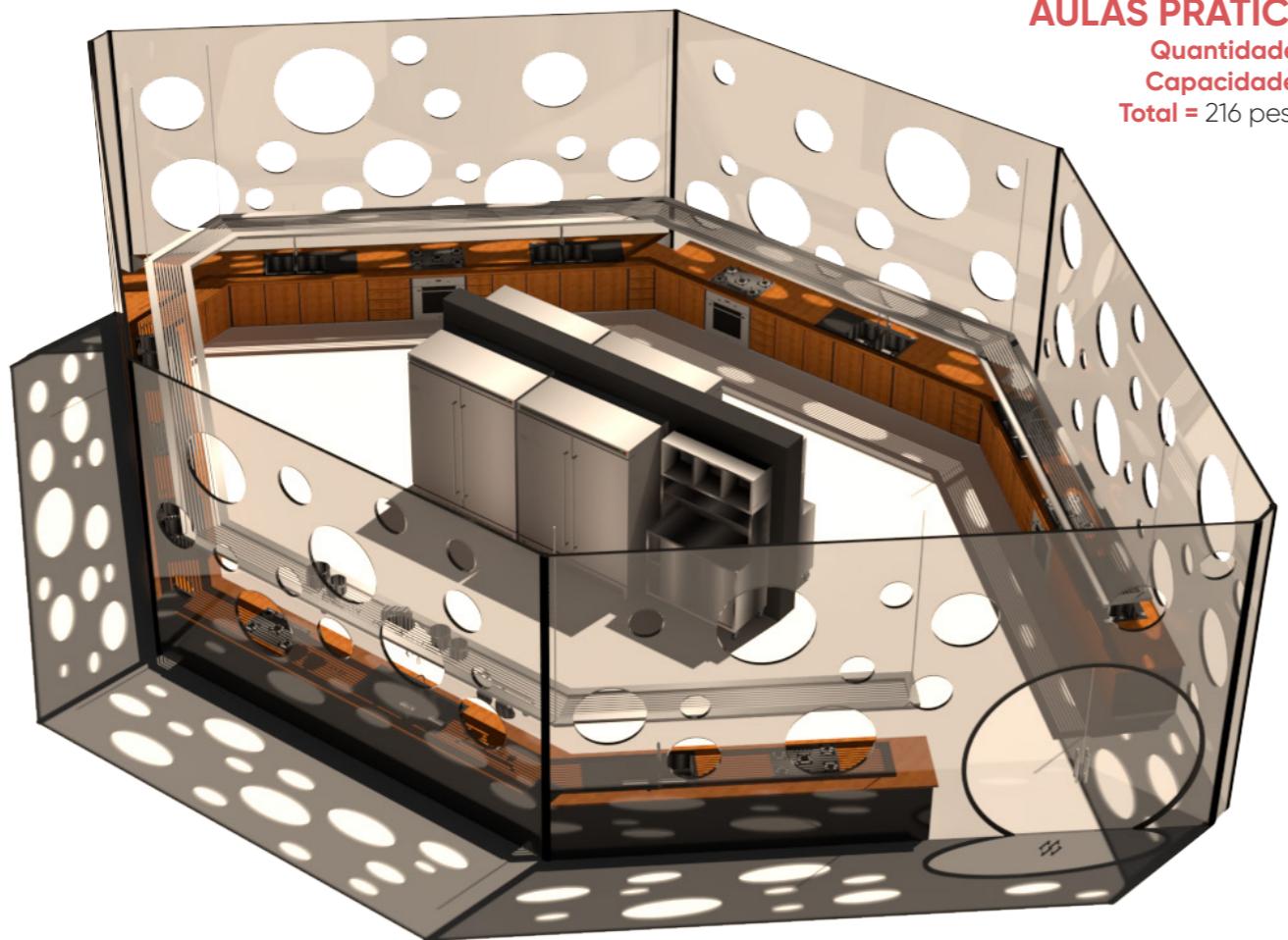
CORTE DD'



ELEVAÇÕES



DETALHAMENTOS



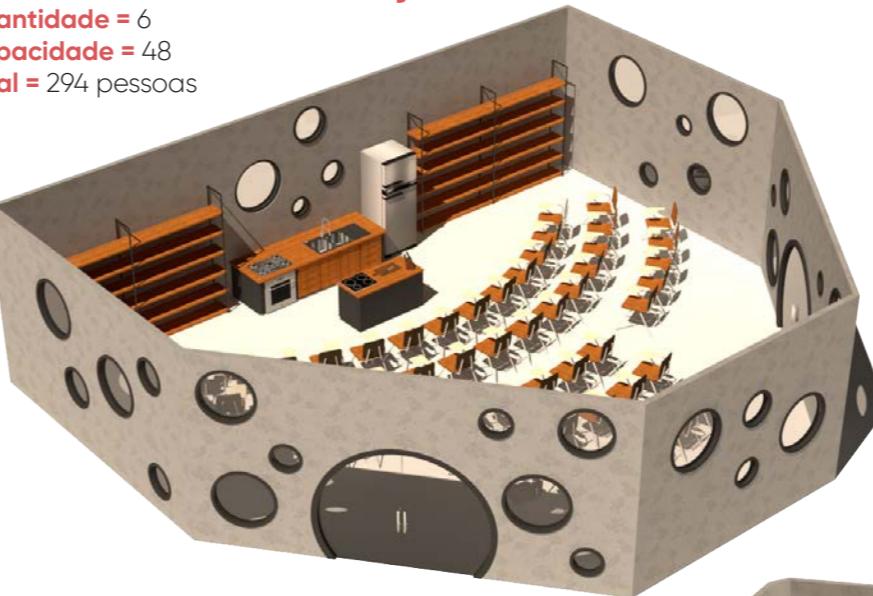
AULAS PRÁTICAS

Quantidade = 12
Capacidade = 18
Total = 216 pessoas

Cada tipologia de ilha possui uma proposta de uso. Os pilares dos galpões foram de extrema importância para a determinação de seus formatos finais, servindo como "pontos de ancoragem". A ilha onde serão realizadas as aulas práticas, possui um fechamento transparente para que o público possa acompanhar o que os alunos fazem durante as aulas. As aberturas redondas possuem o intuito tanto de proporcionar melhor ventilação, quanto de deixar com que os aromas provenientes dos preparos se disseminem à sua volta.

AULAS DE DEMONSTRAÇÃO

Quantidade = 6
Capacidade = 48
Total = 294 pessoas

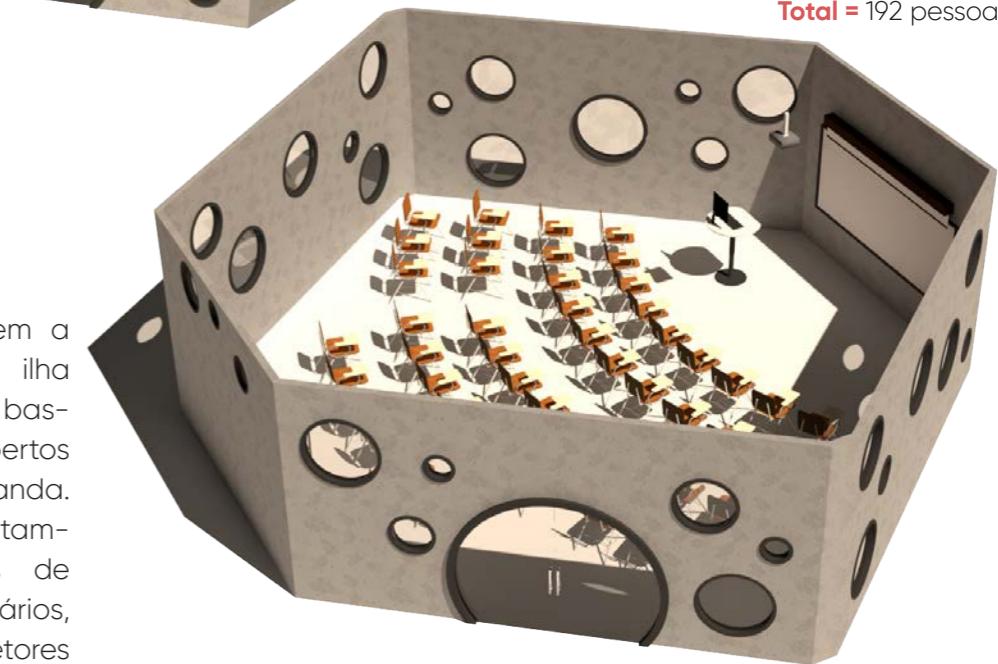


Os fechamentos seguem a mesma identidade visual da ilha prática, porém possuem vidros basculantes, que podem ser abertos ou fechados conforme a demanda. Nelas, os pilares e as vigas também servem como pontos de apoio para outros mobiliários, como prateleiras e projetores

As ilhas para aulas teóricas (à esquerda) e de demonstração (abaixo), possuem fechamentos concretos, pois tais aulas exigem maior concentração dos alunos e professores e menos ruídos para serem realizadas sem interrupções.

AULAS TEÓRICAS

Quantidade = 4
Capacidade = 48
Total = 192 pessoas





CINEMA GASTRONÔMICO

Quantidade = 4

Capacidade = 30

Total = 120 pessoas

A ilha da cinemateca gastronômica teve seu interior baseado em uma sala de cinema convencional. Ao invés de cadeiras, os assentos são mais simples, com uma almofada para cada visitante, dando uma sensação mais aconchegante e descontraída no espaço.



COZINHA PEDAGÓGICA

Quantidade = 1

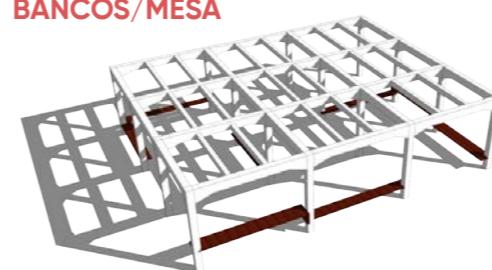
Capacidade = 24

Total = 24 pessoas

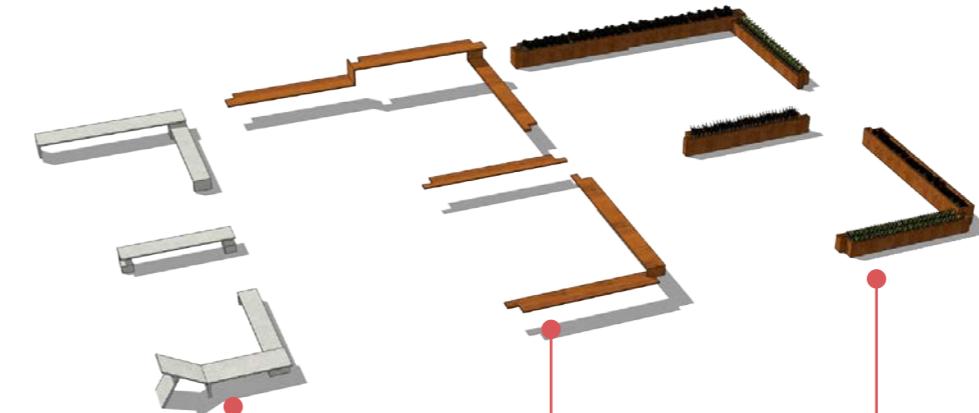
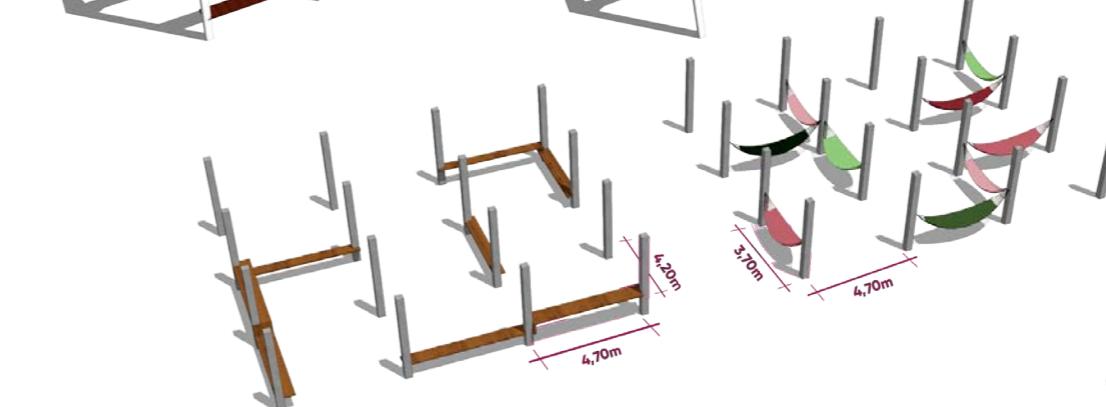
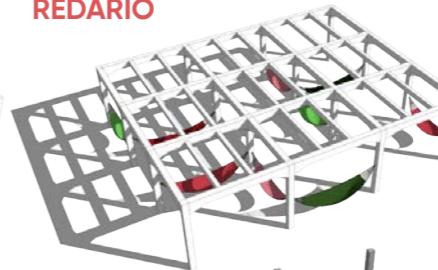
A ilha da cozinha pedagógica, localizada na cobertura, foi desenhada com capacidade para 22 alunos e 2 professores, e diferentemente da ilha de aulas práticas, ela possui distribuição de equipamentos e apoios que seguem a configuração de cozinhas profissionais, para que os alunos tenham a experiência de trabalhar em um ambiente mais controlado e profissional.

O transporte de alimentos até a cozinha considera a continuidade do shaft que antigamente portava um pequeno elevador. Este receberá um novo equipamento, saindo do subsolo do bloco 2, que abriga a dispensa de insu- mos para as atividades do centro.

BANCOS/MESA



REDÁRIO



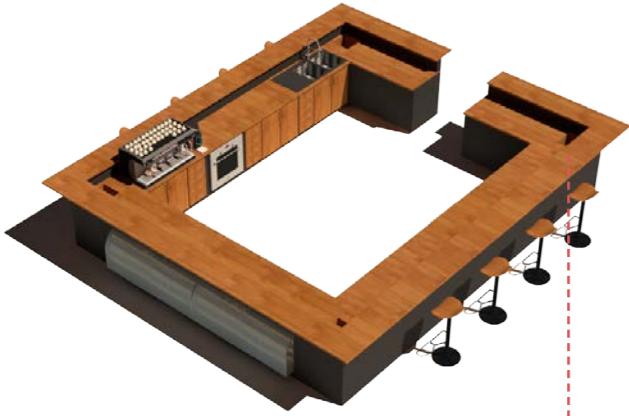
BANCOS EXTERNOS
(fibrocimento)

BANCOS INTERNOS
(MLC)

VASOS COBERTURA
(fibrocimento)

O mobiliário foi pensado para que houvesse praticidade durante a sua construção e um mesmo código de dese- nho, permitindo coesão den- tro do projeto como um todo.

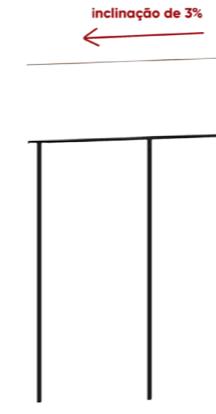
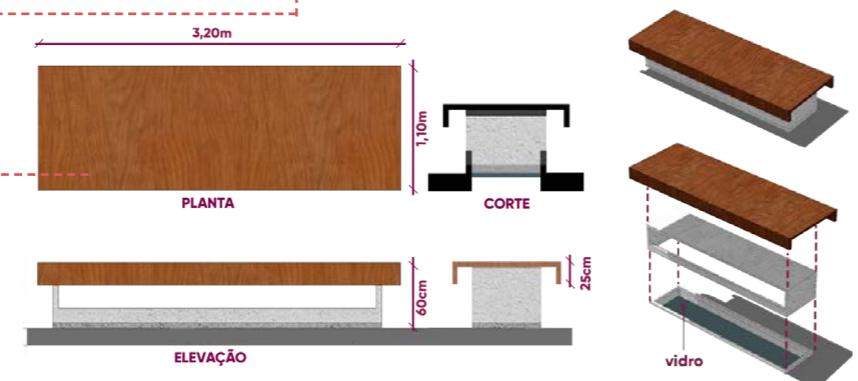
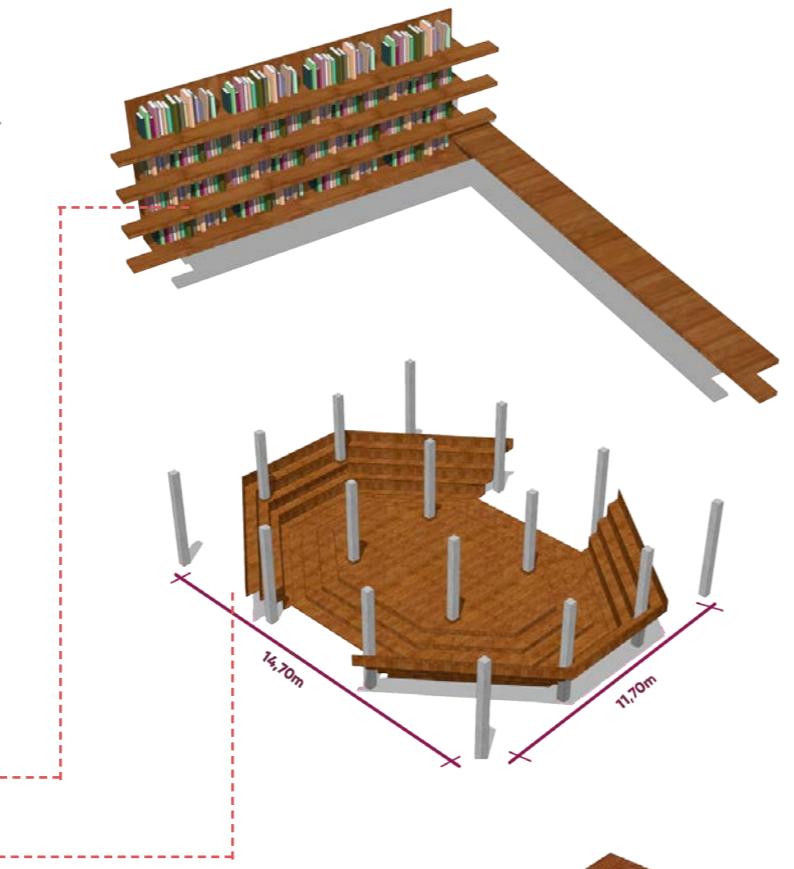
Os materiais são ade- quados para cada utilização, sendo que os internos serão de madeira laminada colada (MLC), e os externos serão de fibrocimento, uma vez que te- rão que aguentar intempéries.



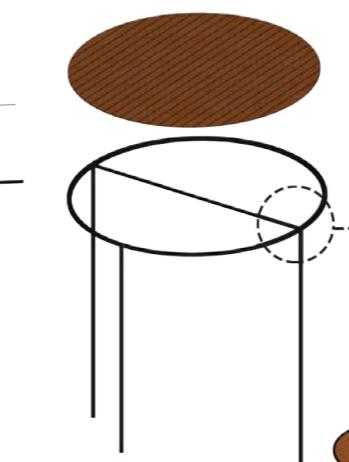
Para as áreas intermediárias, foram desenvolvidas intervenções que tem como principal objetivo estimular a permanência dos usuários no centro.

Para isso, além dos bancos e redários, existem duas ilhas de cafeteria, seguindo a proposta das ilhas dos galpões, uma biblioteca comunitária, para estimular a leitura e a troca de livros pelo público e um palquinho aberto, ancorado nos pilares do Galpão 2.

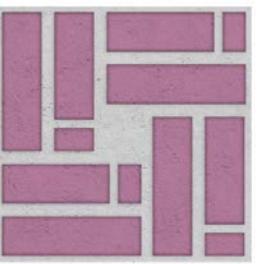
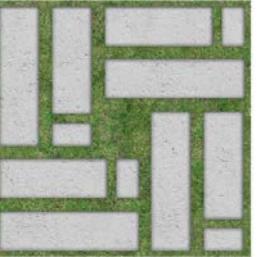
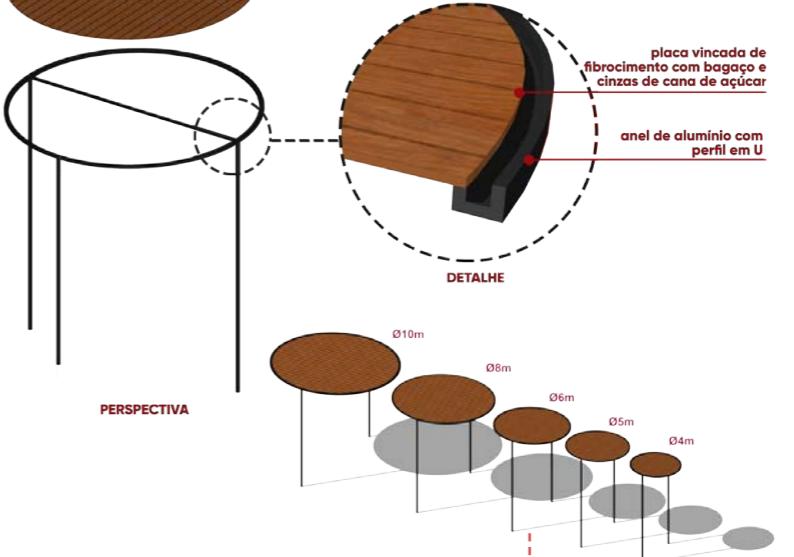
Na cobertura, o desenho dos bancos segue o mesmo formato das aberturas, possuindo pingadeiras e anteparos que evitam a entrada de água da chuva, mas possibilitam que o efeito chaminé aconteça.



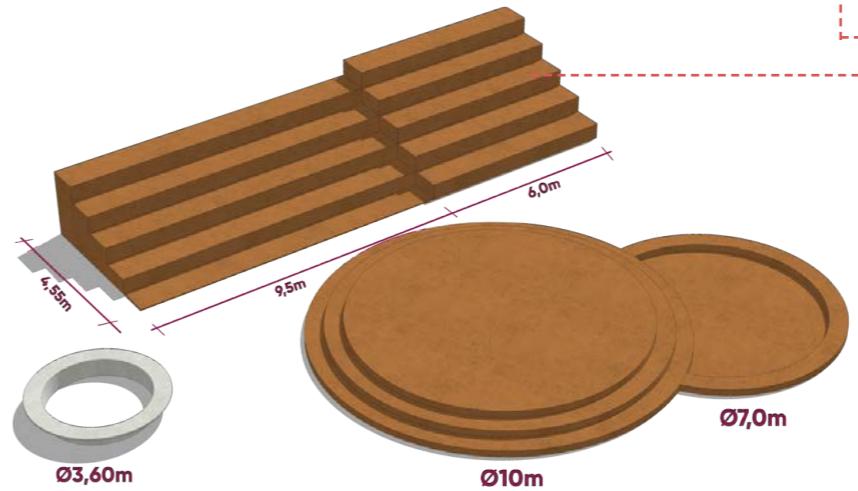
VISTA LATERAL



PERSPECTIVA



Para as áreas externas, além das coberturas, foi desenvolvido um palquinho e pisos intertravados com uma textura que remete ao desenho da planta dos galpões (acima).



Além de estimular a permanência, tais intervenções possibilitam melhor integração com os habitantes da ZEI e se configuram como marcos convidativos para adentrar ao centro, uma vez que são abertas ao público e chamam a atenção de quem passa por se localizar próximo à uma das entradas principais.



VISTA DA COBERTURA DO GALPÃO 1

Para os vasos da cobertura, além de definir espécies que aguentam sol o dia todo, foi desenvolvido um sistema de irrigação por aspersão, que consiste em jatos de vapor de água que ficam ligados o dia todo na área onde ficam os vasos.

As mesmas espécies escolhidas para os vasos foram escolhidas também para a horta orgânica



ESPÉCIES PLANTADAS NAS HORTAS

- Tomates
- Alface
- Abóboras
- Cenoura
- Abobrinha
- Repolho
- Pepino
- Agrião
- Cebolinha
- Beterraba
- Salsinha
- Coentro
- Manjericão
- Alecrim
- Pimentas

ESPÉCIES PLANTADAS NO POMAR

- Maçãs
- Laranjas
- Mexerica
- Limão
- Mangas
- Jabuticaba
- Maracujá
- Goiaba
- Amora



As janelas inseridas no projeto foram desenhadas para remeterem ao desenho das janelas originais dos galpões. Além de respeitar a memória, elas caracterizam os galpões e se intercalam com as janelas com brises, evidenciando assim a relação entre as novas intervenções e o patrimônio histórico.

As portas e as janelas sob os brises foram desenhadas para remeter também às janelas originais, sendo utilizadas sempre 4 folhas e mesma espessura de esquadrias.



Os anexos foram caracterizados seguindo fotos que tirei durante minha visita ao local. Além da caracterização com a inserção de portas, janelas e mobiliários internos, desenvolvi identificações para cada entrada, para auxiliar na localização e definição de uso de cada um dos anexos.



VISTA DA ENTRADA PRINCIPAL



VISTA DA ENTRADA DAFEIRA LIVRE



VISTA DA PASSARELA



VISTA DA CAIXA D'ÁGUA E ÁREA PARA FEIRAS LIVRES



VISTA DO PALQUINHO EXTERNO



VISTA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA HIS



VISTA DA RAMPA NO INTERIOR DO GALPÃO 1



VISTA DE UMA ILHA DE AULAS PRÁTICAS, NO GALPÃO 1



VISTA DO REDÁRIO NO GALPÃO 2



VISTA DO PALQUINHO E CAFÉ NO GALPÃO 2



VISTA DA CINEMATECA GASTRONÔMICA



VISTA DO RESTAURANTE PEDAGÓGICO, NA COBERTURA DO GALPÃO 2

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BECK, U. Risk society. London: Sage Publications, 1992.

CARBONARA, Giovanni. Avvicinamento al restauro. Napoli: Liguori, 1997.

CARDOSO, Janaina Maquiaveli. Cidades em miniatura: a revitalização urbana de Meatpacking District, em Nova York, e da região da Luz, em São Paulo. Belo Horizonte: Comunicação de Fato Editora, 2013.

CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTELLO, Lineu. A cidade dos lugares conversáveis. In: Revista Arqtexto, Porto Alegre, ano X, n. 2, PROPAR/UFRGS, 2010

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. Revista CPC (eletrônica), São Paulo, v.1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Sueli de et al. Rede de saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral. Brasília: MEC/Secad, 2009. P.92

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 2a edição. São Paulo: Cortez, 2006.

5.2

MCDONOUGH, William. The next industrial revolution. The Atlantic Monthly, 1998.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998.

PATEL, Raj. Obesos e famélicos: el impacto de la globalización en el sistema alimentario mundial. Tradução de Alejandro Manara. Barcelona: Los Libros del Lince, 2008.

POLLAN, M. O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RIEGL, Alois. Il culto moderno dei monumento – Il suo carattere e i suoi inizi. Bologna: Nuova Alfa Editoriale, 1990.

SALVO, Simona. Restauro e 'restauros' das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto. Revista CPC (eletrônica), São Paulo, v.4, n. 4, p. 139-157, maio/out. 2007.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. Expansão Urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado 1887. 2008. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) - DECiv/UFSCar, São Carlos.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. Imigração e Urbanização: o núcleo colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). – DECiv/UFSCar, São Carlos.

TAMAIO, I. A Mediação do professor na construção do conceito de natureza. Campinas, 2000. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp.

VOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

